

Renato Farias

**FLORES, VARGAS E O PRL (1932-1937):  
REGISTROS DA IMPRENSA PASSO-  
FUNDENSE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial e final para a obtenção do grau de Mestre em História, sob a orientação da Professora Dr<sup>a</sup>. Ana Luiza Setti Reckziegel.

Passo Fundo

2011

## DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação ao meu pai, Hector Farias, (*In memoriam*), à minha mãe Iolanda Luiza Farias, a “velha mestra”, pela criação e modelo de vida e espelho de retidão.

À minha esposa, Juliana Antunes Correa Farias, pelo incansável apoio, por jamais deixar de acreditar e pelos imensuráveis amor e paciência.

## AGRADECIMENTOS

Com esta dissertação, minha primeira obra científica de maior fôlego, acredito poder contribuir para o conhecimento acadêmico pela parcela de ineditismo que ela contém. Suas deficiências são de minha exclusiva responsabilidade. Quero dividir esta criação com todos aqueles que contribuíram de uma forma ou de outra, para a sua construção.

Primeiramente a Deus pela fonte inesgotável de inspiração, suporte e refúgio nos momentos de introspecção.

À minha orientadora, professora Dra. Ana Luiza Setti Reckziegel, pelo exemplo de profissional, pelo seu imensurável saber histórico e acadêmico, pela sua inesgotável paciência, pelos direcionamentos e conselhos sempre coerentes e oportunos, por sua incansável disposição para ajudar e mostrar possibilidades antes inimagináveis.

A minha esposa, Juliana Antunes Correa Farias, pelo insuperável amor, incentivo e paciência, sem contar pelas horas em que não estive presente.

Aos meus pais, Hector Farias (*in Memoriam*) e Iolanda Luiza Farias, minha sogra Jaira Barbosa Antunes, que, além de exemplos, me mostraram um caminho de retidão e caráter.

Ao Hector Gabriel Farias, meu filho, cuja expectativa pela sua chegada nos enche de esperança e de amor.

A todos os professores do curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UPF.

Ao professor Dr. Eduardo Munhoz Svartman, pelas críticas e sugestões no momento da qualificação.

Aos professores Drs. Fernando Camargo, Haroldo Loguércio Carvalho, Gerson Trombetta, Janaína Rigo Santin.

À atual coordenadora do curso, professora Dra. Ana Luiza Setti Reckziegel.

Aos meus colegas de curso, em especial Izaura Gatti, pelo apoio e pelas fontes.

À minha prima Kelen Mokva, pelo precioso auxílio e coleta de fontes.

Ao amigo Manoel do NUPERGS/URGS pelo acesso às fontes daquele arquivo.

À secretária do Programa de Pós-Graduação em História da UPF, Liliane Vedoy, pelo ímpar auxílio e inabalável ânimo.

À CAPES/MEC (Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior), pelo auxílio financeiro, imprescindível para realização deste curso.

À secretária do Arquivo do Jornal Diário da Manhã de Passo Fundo, pela cortesia e pela disponibilidade.

Aos funcionários e estagiários do Arquivo Historio Regional pela ajuda e pelas sugestões.

A Política não tem fins perpetuamente estabelecidos, e muito menos um fim que os compreenda a todos e que possa ser considerado como seu verdadeiro fim: os fins da Política são tantos quantos são as metas que um grupo organizado se propõe, de acordo com os tempos e circunstâncias.

(BOBBIO, 2004)

## RESUMO

Este trabalho procura analisar o processo de formação do Partido Republicano Liberal (PRL), no Rio Grande do Sul, sob a ótica da imprensa de Passo Fundo. Os jornais analisados foram: *O Nacional* e *Diário da Manhã*. O primeiro foi criado em 1925 por Herculano Annes, Gabriel Bastos e seus familiares. O segundo: *Diário da Manhã*, de propriedade do jornalista Túlio Fontoura, foi criado no ano de 1935. O PRL surgiu do rompimento de Flores da Cunha com o seu partido original, Partido Republicano Rio-grandense (PRR). Em decorrência desse fato, Flores da Cunha precisou criar um partido para lhe dar sustentação política, vistas as incompatibilidades que se criaram com o PRR. Em novembro de 1932, foi fundado o Partido Republicano Liberal, numa convenção dos prefeitos municipais do Rio Grande do Sul. A esse partido também aderiram dissidentes dos outros partidos existentes no Estado. À frente do governo do Rio Grande do Sul e do PRL, Flores da Cunha governou o estado durante sete anos, até renunciar, premido por reiterados conflitos com Getúlio Vargas.

Palavras-chave: História Política - Partido Republicano Liberal - Imprensa.

## RESUMEN

Este trabajo analiza el proceso de formación del Partido Republicano Liberal (PRL) en Rio Grande do Sul, desde la perspectiva de los medios de comunicación de Passo Fundo. Los periódicos estudiados fueron: Diario El Nacional y la mañana. El primero fue creado en 1925 por Herculano Annes, Bastos, Gabriel y sus familias. La segunda: el Morning Journal, propiedad del periodista Tulio Fontoura, fue creado en 1935. La PRL se levantó de la interrupción de Flores da Cunha con su partido original, el Partido Republicano Rio-grandense (PRR). Debido a este hecho, Flores da Cunha tuvo que crear un partido para dar apoyo político, habida cuenta de las inconsistencias que se habían creado con el PRR. En noviembre de 1932, se fundó el Partido Republicano Liberal, una convención de alcaldes en Río Grande do Sul. El partido también se unió a los disidentes de otros partidos en el estado. Antes de que el gobierno de Rio Grande do Sul y PRL, Flores da Cunha gobernó el estado durante siete años hasta que renunció, presionado por los conflictos repetidos con Getulio Vargas.

Palabras clave: Historia Política - Partido Republicano Liberal - Prensa.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AHR – Arquivo Histórico Regional

AL – Aliança Liberal

FUG – Frente Única Gaúcha

FUM – Frente Única Mineira

FUP – Frente Única Paulista

NUPERGS – Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-Grandense (UFRGS)

PD – Partido Democrático

PF – Partido Federalista

PL – Partido Libertador

PRL – Partido Republicano Liberal

PRR – Partido Republicano Rio-grandense



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Quadro de Candidatos, Contendo suas Profissões e Cidades de Atuação...	96
<b>Figura 2:</b> Apontamentos da Cidade, Agremiação Política à Criação do Partido Republicano Liberal e as Respectivas profissões dos Políticos Eleitos para a Constituinte Estadual de 1934.....	104

## LISTA DE MAPAS

<b>MAPA 1:</b> Distritos Eleitorais – 1898, 62 municípios.....	31
<b>MAPA 2:</b> Eleição para Presidência do Estado – 1907. Votação de F. Abbott, 66 municípios.....	34
<b>MAPA 3:</b> Eleição para Presidente do Estado – 1922. Votação de Assis Brasil, 72 municípios.....	44
<b>MAPA 4:</b> Eleições para Assembléia Constituinte de 1933/RS. Votação da FUG, 63 municípios.....	99
<b>MAPA 5:</b> Eleições para Prefeitos Municipais – 1935/RS. 86 Municípios.....	108

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>GRÁFICO 1:</b> Eleições de 1933 para a Constituinte Federal no Rio Grande do Sul.....	98
<b>GRÁFICO 2:</b> Eleições de 1934 para a Câmara Federal no Rio Grande do Sul.....	101
<b>GRÁFICO 3:</b> Eleição de 1934 para a Constituinte Estadual no Rio Grande do Sul.....	103
<b>GRÁFICO 4:</b> Eleições Municipais de 1935 no Rio Grande do Sul.....	107

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....</b>	<b>08</b>
<b>LISTA DE FIGURAS.....</b>	<b>09</b>
<b>LISTA DE MAPAS.....</b>	<b>10</b>
<b>LISTA DE GRÁFICOS.....</b>	<b>11</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>1. O CENÁRIO HISTÓRICO POLÍTICO DO SURGIMENTO DO PARTIDO REPUBLICANO LIBERAL.....</b>	<b>24</b>
<b>1.1 Partido Republicano Rio-grandense (PRR).....</b>	<b>25</b>
<b>1.1.1 Júlio de Castilhos: Breve Histórico do Primeiro Chefe Político do Partido Republicano Rio-grandense.....</b>	<b>29</b>
<b>1.2 O Partido Federalista: a sua Fundação e Participação no Cenário Político de Oposição no RS.....</b>	<b>34</b>
<b>1.3 Partido Libertador (1928 – 1937).....</b>	<b>45</b>
<b>2. A FORMAÇÃO DO PARTIDO REPUBLICANO LIBERAL E O TESTE DAS URNAS (1933 – 1935).....</b>	<b>56</b>
<b>2.1 Flores da Cunha e a Formação do Partido Republicano Liberal.....</b>	<b>56</b>
<b>2.2 Flores da Cunha no Pós -1932.....</b>	<b>76</b>
<b>2.3 Eleições 1933, 1934, 1935: a Performance do PRL.....</b>	<b>92</b>
<b>3. DECLÍNIO E FIM DO PARTIDO REPUBLICANO LIBERAL.....</b>	<b>110</b>
<b>3.1 Flores da Cunha x Getúlio Vargas: o Enfraquecimento do PRL.....</b>	<b>111</b>
<b>3.2 O Início do Fim: A Dissidência Liberal.....</b>	<b>116</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>140</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>145</b>

## INTRODUÇÃO

O período compreendido entre a proclamação da República (1889) e a instalação do Estado Novo (1937) foi marcado por uma grande efervescência política e uma acirrada disputa pelo poder em todo o Brasil. No estado do Rio Grande do Sul não foi diferente.

Politicamente, o Rio Grande do Sul era um dos principais estados da federação e as ações que ocorriam nessa unidade repercutiam nacionalmente, tanto que os políticos de fora do Rio Grande do Sul habitualmente procuravam fazer alianças com as lideranças rio-grandenses quando o foco era a política nacional. Exemplo disso foram as alianças para derrubar a chamada “política-café-com-leite”, quando, ao final do processo, ocorreu a chamada Revolução de Outubro, em que Getúlio Vargas acabou nomeado chefe do Governo Provisório por uma Junta Militar. Nessa ocasião, as principais lideranças que apoiaram Vargas nessa luta ocuparam lugares de destaque no governo.

No Rio Grande do Sul, José Augusto Flores da Cunha, aliado político de Getúlio Vargas, chefe do Governo Provisório, foi nomeado por este para o cargo de Interventor Federal e eleito governador nas eleições de 1934, passando a ser um dos seus maiores opositores. Tal disputa entre estes dois políticos permeou a presente dissertação.

Essa disputa entre o nacional e o regional, ou seja, entre Getúlio Dornelles Vargas e José Augusto Flores da Cunha, pareceu-nos bastante presente nos discursos e nas ações destes dois políticos e dos seus correligionários políticos que os acompanharam durante o período compreendido entre 1932-1937, muito embora, acima de supostas ideologias que ambos aparentassem defender, estava a busca pelo poder e pela sua manutenção.

Nesse contexto, pode-se perceber nas palavras de Ruben George Oliven:

Se a República Velha se caracterizou pela descentralização política e administrativa, a República Nova reverte essa tendência e acentua uma crescente centralização nos mais variados níveis. Esse processo precisa ser entendido como decorrência de importantes transformações que vinham sendo gestadas nas primeiras décadas deste século – XX – e que assumiram uma dimensão mais ampla a partir da década de 1930. (...) É a partir desse período que um aparelho de Estado mais centralizado é criado e que o poder se desloca crescentemente do âmbito regional para o nacional. (...) O nacionalismo ganha ímpeto e o Estado firma-se. De fato é ele que toma a

tarefa de constituir a nação. Essa tendência acentua-se muito com a implantação do Estado Novo, ocasião em que os governadores eleitos são substituídos por interventores e as milícias estaduais perdem força, medidas que aumentam a centralização política e administrativa<sup>1</sup>.

Oliven resume de forma bastante clara o resultado ao conflito ocorrido nesse período. Na fase que encerra o estudo referente à presente dissertação, ocorreu uma espécie de “volta ao início”, ou seja: em 1930, quando Vargas assumiu o Governo Provisório, conduziu ao poder, nos governos estaduais, interventores de sua confiança – e, no caso do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha. Em 1937, ocorreu o mesmo fenômeno. Ao forçar o governador eleito do Rio Grande do Sul a renunciar e, posteriormente, instituir o Estado Novo no Brasil, Getúlio Vargas adotou a mesma prática, nomeando interventores nos Estados para garantir que as suas ações fossem executadas sem oposição.

Segundo observa Adriana Bellintani:

Para Flores da Cunha o importante era manter-se no poder a qualquer preço, mesmo transparecendo por vezes liberal, ao defender o presidencialismo, sufrágio universal, plebiscitos, justiça eleitoral, federação, liberdade de imprensa e outras causas da doutrina. Este não foi somente o caso de Flores da Cunha, mas também de outros gaúchos, como Getúlio Vargas que, lutando por seus interesses na fronteira, pelo patrimônio, pela posse da terra e gado, levaram homens a disputas armadas e silenciaram opositores<sup>2</sup>.

As práticas analisadas acima por Bellintani demonstram as ações que eram praticadas pelos políticos que estavam no poder e as adotavam visando exclusivamente à manutenção do poder. No caso de Flores da Cunha, essas práticas visavam à manutenção do poder em nível regional

Mesmo tendo Getúlio Vargas “como chefe maior”, Flores da Cunha manifestou forte oposição ao não admitir que o centralismo político exterminasse o poder regional<sup>3</sup>”. As idéias de regionalismo defendidas por Flores da Cunha iam de encontro às idéias de política nacionalizadoras de Getúlio Vargas.

Procurando explicar o conceito do nacionalismo em nível mundial, Montserrat Guibernau contribui de maneira bastante clara para entendermos o que ocorreu no Brasil nesse período:

---

<sup>1</sup> OLIVEN, Rubem George. *Nação e região na identidade brasileira*. IN: *Região e nação na América Latina*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000, pgs. 76-77.

<sup>2</sup> BELLINTANI, Adriana, I. *A Conspiração de Flores da Cunha Nos Bastidores do Estado Novo* (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre: PUC/RS, 2001. ps. 25-26.

<sup>3</sup> BELLINTANI, Adriana, I. Op. Cit. p. 30.

O nacionalismo é bifronte. Isso provém das duas maneiras possíveis pelas quais a força do nacionalismo pode ser articulada. O nacionalismo pode estar associado a regimes autoritários que colocam o interesse de sua nação acima de tudo e que têm em vista a expansão econômica, cultural e política. Nesses casos, o nacionalismo é empregado para justificar a superioridade de um grupo sobre os outros e os “estranhos” são mortos, expulsos ou absorvidos<sup>4</sup>.

Para analisarmos esse período, foi preponderante também fazer uma breve retrospectiva histórica, no sentido de procurarmos entender o conceito de partido político. É notório que os partidos políticos são um fato recente – em termos de história – comparados ao Estado Moderno, visto que eles surgiram no mundo no final do século XIX<sup>5</sup>.

Max Webber, numa definição sobre partidos políticos, procura conceituá-los da seguinte forma:

É uma associação que visa a um fim deliberado, seja ele objetivo como a realização de um plano com intuítos materiais ou ideais, seja pessoal, isto é, destinado a obter benefícios, poder e conseqüentemente, glória para os chefes e sequazes, ou então voltado para todos esses objetivos conjuntamente<sup>6</sup>.

A análise da luta pela conquista e pela permanência no poder em nível estadual é o objetivo da presente dissertação. Luta marcada por dois modelos políticos antagônicos. Flores da Cunha, que, inicialmente, foi parceiro político de Getúlio Vargas, conduziu o seu governo de forma regionalista e liberal e fundou o PRL.

Getúlio Vargas, chefe do Governo Provisório, era centralizador e autoritário. Seu projeto tinha como característica peculiar enfraquecer politicamente os seus opositores para governar sem maiores ameaças, fato que conseguiu com êxito durante o período em que esteve à frente do governo federal.

Analisando as disputas políticas ocorridas no Rio Grande do Sul, uma prática bastante utilizada era o enfraquecimento das oposições. Os partidos de oposição, enfraquecidos e derrotados nas eleições, que eram marcadas pela violência e pelas fraudes eleitorais, pouco a pouco se fortaleciam e reagrupavam forças para contra-atacar.

---

<sup>4</sup> GUIBERNAU, Montserrat. *Nacionalismos. O estado nacional e o nacionalismo no século XX*. Tradução: Mauro Gama, Cláudia Martinelli Gana. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997. pgs. 154-155.

<sup>5</sup> AZAMBUJA, Darcy. *Introdução à Ciência Política*. São Paulo: Editora Globo, 2005. p. 309.

<sup>6</sup> BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003, p.898.

Para entendermos melhor esse conceito de partido político, devemos fazer uma breve análise sobre este tema e a sua aplicação para o período político no Brasil. David Fleischer analisa o sistema político-partidário da época da seguinte forma:

No período da chamada Primeira República (1889-1930), os clubes republicanos em cada estado se transformaram em Partidos Republicanos estaduais. Uma vez institucionalizado o poder político civil em 1898, a política nacional passou a ser dominada pelos dois partidos maiores: o PRP de São Paulo e o PRM de Minas Gerais. (...) Esse sistema político se tornou decadente no final de década de 1920 e se mostrou incapaz de se transformar para enfrentar os novos desafios sociais e econômicos da época, sendo derrubada pela Revolução de 1930. (...) Nos 15 anos seguintes a atividade político-partidária foi restrita ao período de 1933 a 1937, mas o sistema partidário ainda se baseou em agrupamentos estaduais e algumas tentativas de organizar movimentos ideológicos em nível nacional, espelhando a polarização direita-esquerda da Europa dos anos 1930<sup>7</sup>.

Inicialmente cordiais e harmônicas, as relações entre Getúlio Vargas e Flores da Cunha passaram a se deteriorar, no momento em que Flores percebeu que Getúlio Vargas passou a agir da mesma forma com que agia contra os seus opositores. Isso ficou claro quando Vargas externou o seu desejo de criar o Estado Novo.

Porém, Flores da Cunha ofereceu uma resistência contra Vargas que nenhum outro opositor conseguiu. Fazendo uso da Brigada Militar e dos “corpos” que a auxiliavam, Flores conseguiu, por algum tempo, conter os avanços de Vargas contra o Rio Grande do Sul, que, nessa época, possuía a maior força estadual do país.

Nesta ótica, um problema que Vargas enfrentou referiu-se à rivalidade com as forças públicas estaduais – no caso do Rio Grande do Sul, a Brigada Militar, os “corpos provisórios” e os “corpos rodoviários” que eram verdadeiras milícias em favor de Flores da Cunha.

Ivo Caggiani cita uma medida adotada por Flores da Cunha para se prevenir contra Vargas:

Passou isso tratou de equipar a Brigada Militar, importando armas modernas da Tchecoslováquia, o que fazia de maneira clandestina. Dessa maneira foram adquiridos, tanques, metralhadoras antiaéreas e outros materiais bélicos que nem o Exército possuía. Além dessas providências Flores da Cunha, em substituição aos chamados “Corpos Provisórios” passou a organizar também “Batalhões Ferroviários”, chefiados por veteranos das campanhas de 1932, 1924, 1925, 1926 e 1930<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> FLEISCHER, David. *Partidos Políticos*. In: AVELAR, Lúcia. CINTRA, Antônio Octávio. Sistema Político Brasileiro: uma introdução. São Paulo: Editora Unesp, 2007. p. 304

<sup>8</sup> CAGGIANI, Ivo. *FLORES DA CUNHA (biografia)*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1996.p. 149.



Com relação a esse episódio, Flores da Cunha foi processado<sup>9</sup>. O processo nº 830 acusou Flores da Cunha de subversão à ordem, foi arquivado e formulou a seguinte conclusão: “Os autos não oferecem qualquer elemento de culpabilidade ao acusado: acordam os juízes do Tribunal de Segurança Nacional, por unanimidade dos votos, deferir o pedido de arquivamento do inquérito<sup>10</sup>”.

Getúlio Vargas, paulatinamente, acabaria por subordinar essas forças estaduais ao seu comando, refletindo um novo tipo de relacionamento estabelecido entre o poder central e os estados<sup>11</sup>. Esta característica pode ser observada em pelo menos dois momentos distintos entre o início da República Velha até a decretação do Estado Novo.

Primeiro com o PRR, tendo à sua frente o republicano histórico Antônio Augusto Borges de Medeiros, herdeiro político de Júlio Prates de Castilhos, fundador do partido, que se utilizou da Brigada Militar para manter a ordem. Citamos, para exemplificar, a revolução de 1923.

E em 1932, com o PRL, criado por José Antônio Flores da Cunha, também republicano histórico, porém dissidente do Partido Republicano Rio-grandense, durante a Revolução Constitucionalista, para sufocar as tentativas de levante no Rio Grande do Sul, e, ao seu final, para a manutenção da ordem.

Flores optou por criar um novo partido político, “seu”, após o término da Revolução Constitucionalista de 1932, ocorrida em São Paulo. Essa revolução teve implicações no Rio Grande do Sul, estado onde Flores era interventor, tendo este vencido os levantes ocorridos em algumas cidades com bastante facilidade<sup>12</sup>.

Por ter se mantido ao lado do chefe do Governo Provisório, Flores da Cunha, que foi acusado de ter traído os ideais revolucionários de 1932. teria prometido apoiar os políticos do Estado, como Lindolfo Collor, Batista Lusardo e Borges de Medeiros contra o Governo Provisório, porém, no momento do conflito, teria mudado de idéia e, em decorrência disso, ficou sem apoio partidário.

---

<sup>9</sup> BELLINTANI, Adriana, I. Op. Cit. p. 155.

<sup>10</sup> BELLINTANI, Adriana, I. Op. Cit. p. 155.

<sup>11</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Limas Salgado. SÁ, Paulo Sérgio Moraes de. ESTEVÃO, Sílvia Ninita de Moura; ASCENÇÃO, Vera Lúcia da. *A Revolução de 30 Textos e Documentos*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982, p. 167.

<sup>12</sup> Os levantes ocorridos durante a Revolução Constitucionalista no Rio Grande do Sul ocorreram nas cidades de Soledade, Vacaria, Júlio de Castilhos e Santa Maria. Todos foram facilmente sufocados pelas forças leais à Flores da Cunha. Algo que Mem-de-Sá classificou como “bravura quixotesca. Nesse sentido, ver SÁ, Mem de. *A Politização do Rio Grande*. Porto Alegre: Edições Tabajara, 1973, p. 93.

Embora estas disputas políticas respeitassem o sistema partidário conhecido como “pluralismo limitado<sup>13</sup>”, era sempre entre dois ou três partidos que as disputas políticas se concentravam no dia-a-dia e nas eleições. Entende-se por “pluralismo limitado”, segundo Giovanni Sartori, “aquele demarcado, num limite, pelos sistemas bipartidários e, no outro, pelo pluralismo extremado e polarizado. A classe compreende, então, basicamente, de três a cinco partidos relevantes<sup>14</sup>”.

Inicialmente aliados, Flores governava o Estado com o aval de Vargas até que os antagonismos se extremaram ao ponto de o primeiro renunciar ao governo estadual, conflitando com o projeto varguista de centralização do poder.

Flores da Cunha, desde 1932, mesmo tendo permanecido ao lado de Vargas, quando da Revolução Constitucionalista, já esboçava o seu desejo de que o Brasil voltasse ao caminho da constitucionalização, muito embora utilizasse de práticas autoritárias e violentas para gerenciar o estado do Rio Grande do Sul. Não eram poucas as denúncias de fraudes e constrangimentos nas eleições que marcaram as Constituintes estaduais e federais de 1933, bem como nas eleições de 1935 no Estado.

Neste período, dois projetos antagônicos combatiam pela hegemonia do poder: de um lado, políticas centralizadoras defendidas e executadas por Getúlio Vargas, que, pouco a pouco, isolava e enfraquecia as lideranças políticas que lhe faziam frente e, de outro, no Rio Grande do Sul, Flores da Cunha defendia um projeto regionalista, de tendências liberais, como, por exemplo, maior autonomia para os estados da federação. Em comum, os dois projetos tinham o anseio de assegurar a hegemonia política.

Embora inicialmente Vargas tenha apoiado a formação do Partido Republicano Liberal no Rio Grande do Sul, Flores e Vargas passaram a se distanciar um do outro, no momento em que começou a ficar evidente a intenção do segundo em prolongar a sua permanência no governo federal.

O modelo político utilizado por Getúlio Vargas não contava com a simpatia de políticos liberais, pois aglutinava o poder ao seu redor, sufocando pouco a pouco lideranças que ameaçavam a sua condição de chefe federal.

Flores da Cunha, com o seu modelo regionalista, de certa forma agia da mesma maneira no Rio Grande do Sul, contando com o apoio bélico e logístico da Brigada

---

<sup>13</sup> SARTORI, Giovanni. *Partidos e Sistemas Partidários*. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982. p. 201.

<sup>14</sup> SARTORI, Giovanni. Op. Cit. p. 201.

Militar e dos Corpos Provisórios, que, em outras ocasiões, já haviam apoiado o governo estadual e até federal, quando ocorreu ameaça aos interesses do governo do Estado. Exemplo disso foi o emprego da Brigada Militar e dos Corpos Provisórios em 1930, que levou ao poder em nível federal Getúlio Vargas, bem como assegurou a sua permanência em 1932, quando Flores da Cunha apoiou o governo federal contra as aspirações das frentes únicas rio-grandenses e paulistas na Revolução Constitucionalista.

Tamanho foi o poder e organização da Brigada Militar no Rio Grande do Sul, cuja ampliação do colidiu com os interesses de Getúlio Vargas, a ponto de este ordenar a sua federalização, enfraquecendo definitivamente Flores da Cunha no período que antecedeu a instauração do Estado Novo.

Para a realização da presente dissertação, lançamos mão das seguintes fontes primárias: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, período 1932-1938; Núcleo de Pesquisas Políticas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NUPERGS/UFRGS), período 1930-1937; no Arquivo Histórico e Regional de Passo Fundo (AHR/UPF). Os jornais *O Nacional* e *Diário da Manhã*, ambos de Passo Fundo. O primeiro, no período compreendido entre 1932-1937, e o segundo no biênio 1935-1937, quando vários acontecimentos nacionais tiveram ampla repercussão e registro em níveis regional e estadual.

Utilizei como critério para análise dos referidos jornais, além da suas épocas de criação, as suas afinidades políticas com os atores envolvidos no conflito. Procurei utilizar o jornal *O Nacional* para as ações que cercavam Flores da Cunha, no período 1932-1937, em que pese a sua criação em 1925.

O jornal *Diário da Manhã* foi utilizado para analisar as ações praticadas por Getúlio Vargas contra Flores da Cunha. O critério utilizado foi devido ao alinhamento político de seu proprietário com o chefe do Governo Provisório e também o seu ano de fundação, 1935.

Com relação aos jornais desta cidade:

O jornal *O Nacional* foi fundado no ano de 1925, por Herculano Annes, Gabriel Bastos e seus familiares, que, desde o seu primeiro número, autodenominou-se independente. No ano de 1940, Herculano Annes deixou a direção do jornal, vendendo-o para seu funcionário Múcio de Castro, sendo que até hoje o jornal é dirigido por sua família. O *Diário da Manhã*, a maior realização de Túlio Fontoura, foi fundado em 28 de novembro de 1935 e existe até hoje, sob a condução da mesma família. Após a morte de Túlio, em 1979, seu genro, Diógenes Auldo Martins Pinto assumiu a direção, sendo

sucedido por seu filho, Péricles Martins Pinto e sua filha, Janesca Martins Pinto<sup>15</sup>.

Esta autodenominação de *independente* defendida pelos proprietários deste jornal merece ser observada mais detidamente. Ana Maria da Rosa Prates defende que:

“A proposta do jornal dizia-se imparcial frente às duas facções políticas que se digladiavam no município e no estado desde o advento da República e, também, independente de quaisquer outras facções, seitas, religiões ou grupos. Assim, assumia um compromisso: o de buscar unir a comunidade passo-fundense e servir ao bem comum. Contudo, embora o jornal fizesse referência a ser independente, sua posição é claramente observável. Inicialmente, *O Nacional* apoiava somente os republicanos, postura que se modificou no período anterior à formação da Frente Única Gaúcha (FUG), quando negociações foram estabelecidas para a união dos dois partidos, Partido Republicano Rio-grandense (PRR) e Partido Libertador<sup>16</sup>”.

O outro jornal da cidade pesquisado, *Diário da Manhã*, também era de orientação republicana:

O *Diário da Manhã*, de propriedade do “jornalista e político local Túlio Fontoura<sup>17</sup>”, fundado em 1935, também expressava os ideários republicanos, ligado que era o seu proprietário a Nicolau Vergueiro, expressão maior do Partido Republicano Rio-grandense – PRR-, em Passo Fundo e região<sup>18</sup>.

Embora estes jornais tivessem afinidade republicana, a convivência entre os seus proprietários era bastante conturbada:

Túlio Fontoura mantinha com Múcio de Castro, proprietário de *O Nacional*, antigas rivalidades. Segundo informações, essas divergências surgiram por razões políticas. Quando Nicolau Vergueiro assumiu a prefeitura em 1928, passou a criticar a administração de seu antecessor, Armando Araújo Annes. Herculano Annes – irmão de Armando -, que na ocasião já era proprietário de *O Nacional*, também passou a emitir críticas ao governo municipal de Vergueiro, que por sua vez eram rebatidas na *Gazeta*, a qual tinha como gerente Túlio Fontoura, nitidamente *vergueirista*. Como Múcio de Castro, nesse período era funcionário de *O Nacional*, infere-se – assim como o informante -, de que tenha tomado para si as divergências de Herculano Annes e se tornando ferrenho opositor de Túlio Fontoura, defensor de Nicolau Vergueiro<sup>19</sup>.

Essa rivalidade entre os proprietários de *O Nacional* e *Diário da Manhã* foi duradoura e motor para outras disputas após o Estado Novo:

De considerável importância no processo político iniciado em 1945, foi a participação da imprensa local, pelos jornais *O Nacional* e *Diário da Manhã*. Inimigos de longa data, Múcio de Castro e Túlio Fontoura, viram nas

---

<sup>15</sup> BERTOL, Sônia. FROSI, Fabíola. *O Surgimento da Mídia Impressa no Município de Passo Fundo: Os Primeiros 50 Anos*. In: BATISTELLA, A. *Passo Fundo, sua História*. Passo Fundo: Méritos Editora, 2007. v. 1. p. 152.

<sup>16</sup> PRATES, Ana M. da R. *A Trajetória de Nicolau Vergueiro na História Política de Passo Fundo-RS (1930-1932)*. Dissertação de Mestrado. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 08-09.

<sup>17</sup> JUNGBECK, Benhur. *Perigo iminente: a segunda guerra mundial na leitura da imprensa passo-fundense*. Dissertação de Mestrado. Passo Fundo: UPF, 2005, p. 5.

<sup>18</sup> BENEVEGNO, Sandra M. *Décadas de Poder: O PTB e a Ação Política de César Santos na Metrópole da Serra*. Dissertação de Mestrado. Passo Fundo: UPF, 2006. p. 18.

<sup>19</sup> Informações de Heleno Damian em 10 de julho de 2006. In: BENEVEGNO, Sandra M. Op. Cit. p. 19.

disputas eleitorais a oportunidade para reavivar antigas diferenças, comportando-se como verdadeiros partidos políticos, como duas forças paralelas àquelas institucionalizadas que enfrentavam no espaço político partidário<sup>20</sup>.

A presente dissertação está dividida em três capítulos: No primeiro capítulo, “*O cenário histórico-político do surgimento do PRL*”, procuramos fazer um resgate das agremiações políticas rio-grandenses que disputaram o poder no Estado, em que discorreremos brevemente sobre as principais revoluções ocorridas no estado do Rio Grande do Sul na República Velha, bem como os arranjos políticos realizados para que fosse possível a deflagração do golpe de 1930 e a conseqüente instalação do Governo Provisório, comandado por Getúlio Dornelles Vargas, assessorado, inicialmente, por uma série de personalidades políticas rio-grandenses que lhe deram sustentação para a sua ascensão ao poder. Dentro deste panorama, será discutida a formação da Frente Única Gaúcha, a qual foi resultante da união de antigos rivais históricos para a garantia da ascensão de Vargas ao Catete.

Ainda analisaremos as articulações realizadas entre as frentes únicas do Rio Grande do Sul e de São Paulo, com vistas à constitucionalização do país. No Rio Grande do Sul, em algumas cidades, ocorreram tentativas de levantes, também facilmente controlados pela Brigada Militar e pelos corpos provisórios, que nada mais eram do que uma milícia fiel ao interventor federal no Estado, José Augusto Flores da Cunha.

Neste capítulo, essencialmente, procuramos fazer uma abordagem da trajetória de existência de alguns dos partidos Políticos do Rio Grande do Sul e de seus principais líderes. Os partidos escolhidos foram: **Partido Republicano Rio-grandense (PRR); Partido Federalista (PF) e Partido Libertador (PL)**. Também abordamos o nascimento do **Partido Republicano Liberal (PRL)**, bem como as ações de Flores da Cunha para a sua formação, após a Revolução Constitucionalista.

No segundo capítulo, intitulado “*O PRL e o teste das urnas (1933-1935)*” analisamos o desempenho do PRL nas eleições de 1933 e 1934 no Rio Grande do Sul, a primeira realizada após a formação do partido, sobretudo referente à esmagadora vitória ocorrida, frente aos outros partidos participantes do referido pleito.

As eleições municipais de 1935 no Rio Grande do Sul também foram analisadas. Nessas eleições, a extrema violência por parte dos integrantes do PRL foi a tônica do

---

<sup>20</sup> BENVEGNU, Sandra M. Op. Cit. p.243

período. Nessas eleições o partido de Flores da Cunha venceu e manteve a autonomia política no Estado. Seu partido obteve a vitória na maioria dos municípios do Estado, 60 dos 86 municípios existentes.

No terceiro capítulo, intitulado “*Declínio e fim do PRL*”, abordamos vários aspectos importantes da trajetória do PRL, como cisão ocorrida dentro do Partido Republicano Liberal, conhecida como Dissidência Liberal, o rompimento entre Flores da Cunha e Getúlio Vargas, a instalação do Estado de Guerra, a federalização da Brigada Militar e a conseqüente renúncia de Flores da Cunha ao governo do Estado, instantes antes da decretação do Estado Novo, também foram analisadas à luz dos periódicos passo-fundenses *O Nacional* e *Diário da Manhã*, principais jornais em circulação na região norte do Rio Grande do Sul.

Analisamos também como esses jornais de Passo Fundo passaram a noticiar os acontecimentos que cercavam as desgastadas relações entre Getúlio Vargas e Flores da Cunha. Nesse período, os dois políticos rio-grandenses passaram a se conflitar de forma mais intensa, mas o segundo ainda conseguia sustentar-se no governo do Estado.

Cabe ressaltar que os periódicos já citados foram criados em períodos diferentes. O jornal *O Nacional* já circulava em Passo Fundo desde o ano de 1925. Já o jornal *Diário da Manhã* passou a circular a partir do ano de 1935, sendo possível observar os acontecimentos vinculados nesse periódico somente a partir do ano de 1936.

O eixo temático presente nesta dissertação compreende o período 1932-1937, ou seja, a criação do PRL em 1932, como início, e 1937, como término, ano em que Vargas aplicou um “xeque-mate” nas pretensões políticas de Flores da Cunha à frente do governo do Rio Grande do Sul.

Sob a alegação de que o país passava por um período em que o “perigo comunista” assombrava a nação, decretou a federalização da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, muito embora Flores da Cunha tivesse garantido o envio de 20 mil homens para ajudar a combater tal ameaça, caso Getúlio assim desejasse.

Com a federalização da Brigada Militar, Vargas arrancou das mãos de Flores da Cunha, de forma legal, a principal força estadual do país naquele momento. Tal instituição militar era braço armado com que Flores da Cunha contava no Rio Grande do Sul.

Ao federalizar a Brigada Militar, Getúlio Vargas, obrigou Flores da Cunha a renunciar e se exilar do Uruguai, onde permaneceu por nove anos, conspirando contra Vargas e o seu governo, porém nunca chegou a se levantar contra este. No exílio, Flores passou a ser observado por Batista Lusardo, seu inimigo declarado, o qual foi nomeado embaixador naquele país por ordem de Vargas, e monitorava todas as suas ações naquele país e em outros da América do Sul.

# 1. O CENÁRIO HISTÓRICO-POLÍTICO DO SURGIMENTO DO PARTIDO REPUBLICANO LIBERAL

Neste capítulo, procuraremos fazer uma breve abordagem da trajetória dos partidos políticos no Rio Grande do Sul, no período já aludido. Os partidos que foram escolhidos para serem abordados são: PRR; PF e PL. Esta retrospectiva acerca dos Partidos Políticos na República Velha justifica-se em função de que não se compreende a gênese do PRL sem que se entenda a dinâmica de funcionamento desses partidos.

O Brasil, durante a República Velha (1889 até 1930), foi marcado por revoltas em vários dos seus Estados, tendo elas em comum a insatisfação com o isolamento do poder central e a exclusão da participação política da oposição. Como saída, as oposições decidiram pegar em armas para tentar derrubar os governos estaduais.

O Rio Grande do Sul, no início da República, era uma das regiões politicamente mais instáveis do país<sup>21</sup>. As disputas entre os partidos políticos no Estado eram bastante ferrenhas e o amplo uso da violência e das fraudes eleitorais marcaram sobremaneira esse período histórico.

Exemplo desta instabilidade foram os momentos iniciais da República. Na transição do Império para República, Gaspar Silveira Martins, presidente da província, foi preso e exilado. Júlio Prates de Castilhos elegeu-se à presidência do estado, em 1893. Nos primeiros anos da República, dezessete governos se sucederam no comando do estado<sup>22</sup>.

Hélgio Trindade e Maria Izabel Noll analisam o processo de mutação que ocorria no Brasil e no Rio Grande do Sul nesse período, explicando que:

Os primeiros republicanos, como Xavier da Cunha e Ramiro Barcelos, entram no Partido Liberal para se elegerem deputados. A solidez do partido, sob a liderança férrea de Silveira Martins, aliada à tibieza do movimento republicano faz com que apenas em 1878 seja fundado o Clube Republicano em Porto Alegre. A partir de 1880 a ala liberal mais antiga passa a combater o republicanismo, obrigando deputados como Ramiro Barcelos a romperem com o partido. É na direta proporção em que os liberais assumem posicionamento mais conservador que o republicanismo cresce e se firma como algo novo<sup>23</sup>.

---

<sup>21</sup> FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2004.

<sup>22</sup> Idem.

<sup>23</sup> TRINDADE, Hélgio. NOLL, Maria I. *Rio Grande da América do Sul. Partidos e Eleições*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS. Editora Sulina, 1991. p. 38-39.



Inspirado nas noções positivistas de August Comte, o PRR, na figura de Castilhos, passou a personificar o poder no Estado sem uma oposição que lhe fizesse frente. O positivismo aplicado no Rio Grande do Sul “é um dos exemplos da variedade de manifestações que essa doutrina tomou entre seus seguidores. Inspirou-se em algumas idéias de Augusto Comte, refundidas por Júlio de Castilhos<sup>24</sup>”.

Joseph L. Love, destaca a forma como Júlio de Castilhos adequou à realidade rio-grandense da época, a corrente comtiana:

Castilhos extraiu de Comte a crença na forma de governo republicana e ditatorial: abraçou a fé de Comte pelo governo das classes conservadoras e defendeu fervorosamente a ordem como base do progresso social. “Conservar melhorando” transformou-se no lema de Castilhos; em numerosas ocasiões, ele reafirmou sua dívida teórica a Comte. Castilhos pode ser corretamente interpretado como um conservador, mas seu interesse pelos elementos progressistas do positivismo não era simples artifício; a filosofia social de Comte forneceu a Castilhos e a sua geração uma versão paternalista e altamente racionalista do liberalismo do século XIX<sup>25</sup>.

No que tange à simpatia exercida pelo positivismo de Comte, esta foi adquirida quando da formação acadêmica de Júlio de Castilhos e dos demais republicanos rio-grandenses, os quais puderam ter contato com as idéias francesas recorrentes do aparecimento na França, em 1869, da Terceira República, bem como da fundação do Partido Republicano no Rio de Janeiro, no ano de 1870<sup>26</sup>.

Conforme analisa Sérgio da Costa Franco:

Com Júlio de Castilhos, o PRR assumiu o poder no Estado e tratou, desde logo, de desmobilizar a oposição. Com uma oposição forte, jamais o Partido Republicano Rio-grandense seria forte. A desmobilização da oposição importou no uso indiscriminado de atos arbitrários<sup>27</sup>.

### **1.1 Partido Republicano Rio-grandense (PRR)**

O PRR teve as suas raízes ainda no período imperial. Em conexão como o similar partido do estado de São Paulo, lutavam por ideais republicanos em plena Monarquia. As ações dos integrantes desse partido muito contribuíram para que a

---

<sup>24</sup> FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRPGS, 1987, p. 74.

<sup>25</sup> LOVE, Joseph. *Regionalismo Gaúcho*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1971. p. Cit. p. 39.

<sup>26</sup> LOVE, Joseph. Op. Cit. p. 29.

<sup>27</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e o padaroxo republicano*. Porto Alegre: Nova Prova Editora, 2005. p. 26.

Monarquia ruísse e que pudesse ser possível a decretação da República como novo regime para o Brasil, a partir de 1889.

A criação dos clubes republicanos em todo o país e a circulação de jornais com idéias republicanas foram de preponderante papel para que tal estado de coisas se alterasse, em que pese a circulação de novas idéias contra um regime de governo que já demonstrava falência no país. Mesmo que o golpe republicano tenha sido executado por uma ação de militares, vários políticos civis muito conspiraram e trabalharam para que tal fato se consumasse.

No Rio Grande do Sul, em decorrência da República, foi deposto do cargo de presidente da província Gaspar Silveira Martins, monarquista que governava até então. Em seu lugar, o Visconde de Pelotas foi nomeado governador da província.

Segundo Moacyr Flores, “em 23.2.1882 realizava-se a Convenção Regional Republicana, em Porto Alegre, dirigida por Júlio de Castilhos, estabelecendo os princípios normativos da propaganda, surgindo assim o PRR com base na filosofia de August Comte<sup>28</sup>”.

Flores ainda comentou sobre o PRR:

Em seu programa constava a transformação das províncias em estados federados, sob a forma republicana; um poder legislativo central; um tribunal superior de justiça, um exército e armada nacional; concurso proporcional de todos os estados para as despesas nacionais; um plano geral de viação como garantia da defesa do território nacional e do desenvolvimento industrial; combate ao contrabando; abolição da escravidão; separação do Estado da religião Católica<sup>29</sup>.

No início de suas ações, o PRR adotou praticamente as mesmas coordenadas do seu congênere paulista, o PRP<sup>30</sup>. Pouco a pouco, começou a diferenciar-se, principalmente em função da radicalização de algumas posições<sup>31</sup>. Através das páginas de *A Federação*, deu-se cobertura aos incidentes que compuseram, a partir de 1883, a chamada “Questão Militar”, num estilo de redação agressivo e questionador do papel submisso reservado ao Exército Nacional<sup>32</sup>.

---

<sup>28</sup> Flores, Moacyr. *Dicionário de História do Brasil*. Porto Alegre: Edipucrs, 2001, p. 517.

<sup>29</sup> Idem. p. 459.

<sup>30</sup> RECKZIEGEL, Ana L. S. 1893: *A Revolução Além Fronteira*. In: BOEIRA, Nelson e GOLIN, Tau (Coords.) *História Geral do Rio Grande do Sul: República Velha (1889-1930)*. v. 3, t. 1. Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 25.

<sup>31</sup> Idem, ibidem.

<sup>32</sup> RECKZIEGEL, Ana L. S. Op. Cit. p. 25.

Outra posição que distanciava os republicanos do Rio Grande do Sul dos paulistas era o tocante à defesa da abolição da escravatura: enquanto os paulistas defendiam a indenização para os proprietários de escravos, a postura do PRR consolidava-se no sentido de não admitir concessões às mudanças que se alinhavam no horizonte nacional<sup>33</sup>.

Sérgio da Costa Franco aponta ainda mais algumas das “bases” sobre as quais tal partido se apoiava e acreditava:

Bases fundamentais para o regime civil comum a todos os brasileiros. Não é possível enumerar todos os laços da união política que devem prender entre si os Estados Confederados, mas os que aí ficam apontados são indispensáveis para a existência de uma unidade nacional.

É, pois, necessário que no seu procedimento político tenham os candidatos muito em vista a sua subordinação a estes pontos capitais. Em uma palavra: a Federação é a condição única da unidade nacional, aliada à liberdade<sup>34</sup>.

O programa do PRR, conforme lembra Costa Franco, pregava ainda “a extinção da Monarquia e do Poder Moderados, do conselho de Estado, a temporalidade do senado; a secularização dos cemitérios; a obrigatoriedade do casamento civil, do registro civil dos nascimentos e dos óbitos; liberdade de ensino e a restrição do ensino oficial superior ao que for base para as profissões verdadeiramente úteis<sup>35</sup>”. Tais propostas eram uma tentativa – que posteriormente acabaram por se consolidar – de combater a Monarquia e implementar a República, acabando com aquela forma e sistema de governo que, segundo Júlio de Castilhos, por seus ideais filosóficos, e de seus correligionários, já estava falido.

Um dos principais portadores dos ideais republicanos no país, o partido de Júlio Prattes de Castilhos protagonizou, desde o golpe republicano, uma verdadeira “guerra política”, no Rio Grande do Sul, entre os republicanos e os federalistas. Tal “guerra” pode ser considerada como uma revanche ao período em que foram oposição e os federalistas os perseguiram, durante o Império, sob o manto do Partido Liberal.

Júlio de Castilhos, na chefia do Clube Republicano, fundou o Partido Republicano Rio-grandense, cujas raízes históricas remontam à data de 23 de fevereiro de 1882<sup>36</sup>.

Segundo Osório, os princípios gerais da propaganda do partido eram:

---

<sup>33</sup> Idem.

<sup>34</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. Op. Cit. p. 31.

<sup>35</sup> Idem p. 32.

<sup>36</sup> OSÓRIO, Joaquim Luis. *Partidos Políticos no Rio Grande do Sul: Período Republicano*. Porto Alegre: Livraria Globo: 1930. p. 17.

I – A propaganda republicana convergirá principalmente para a idéia capital do partido, que é a questão da reforma do governo. Demonstrar a superioridade da República Federal sobre a monarquia e a sua oportunidade no Brasil será o máximo empenho da propaganda, generalizando mais e mais no seio do povo as convicções republicanas.

II – Dentro da legalidade monárquica e enquanto não se operar a mutação na forma de governo, a propaganda republicana se empenhará por todas as reformas que auxiliem e facilitem a vitória do partido; e prestará apoio a todos os atos governamentais que tenderem à efetuação dessas reformas.

III – A propaganda republicana se desenvolverá com caráter inteiramente pacífico e moderado, educando e instruindo, persuadindo e convencendo<sup>37</sup>.

Depois de proclamada a República no Brasil, o PRR, passa por uma transformação, assim analisada por Costa Franco:

A Proclamação da República foi o pouco que faltava para que o Partido Republicano Rio-grandense assumisse a feição castilhista. Castilhos, a partir de então, passou a insistir no monopólio do poder para o PRR: nesse instante supremo só há lugar para um partido (...) e manifestava sua disposição de que havia uma fronteira intransponível entre os republicanos e os que não tinham sido, concluindo que a única coisa que resta aos adversários é uma razoável penitência<sup>38</sup>.

Tal realidade efetivamente acabou se confirmando. A oposição política ao PRR foi sempre derrotada nas eleições para governador ocorridas no Rio Grande do Sul no período compreendido entre 1898 até 1928. Borges de Medeiros, por exemplo, permaneceu no governo do Estado durante 25 anos.

As reclamações de fraudes eleitorais e de extrema violência aos candidatos opositores eram fiscalizadas e investigadas pelos integrantes do partido da situação – PR; não havendo alternativa, senão o conflito armado, as oposições, em 1923 – a exemplo do que ocorrera em 1893, pegaram em armas para tentar mudar o quadro. Foram novamente derrotadas, porém obtiveram a garantia de que Borges de Medeiros, pela lei, não poderia mais concorrer ao cargo de presidente do Estado.

Nas eleições de 1928, as oposições sofreram mais uma derrota nas urnas: o PRR elegeu Getúlio Dornelles Vargas para o cargo de presidente do Estado do Rio Grande do Sul.

O PRR comandou as ações políticas no Rio Grande do Sul desde a proclamação da República até o final da República Velha, nessa trajetória do PRR, duas figuras políticas merecem destaque: Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros.

---

<sup>37</sup>Idem p. 18.

<sup>38</sup>FRANCO, Sérgio da Costa. Op. Cit. p. 27.

### **1.1.1. Júlio de Castilhos: Breve Histórico do Primeiro Chefe Político do Partido Republicano Rio-grandense**

Júlio de Castilhos nasceu em 29.06.1860, na localidade de fazenda da Reserva, no município de Júlio de Castilhos-RS, filho de Francisco Ferreira de Castilhos e de Carolina Prates de Castilhos. Seu pai era estancieiro e, da parte de sua mãe, ele era parente de famílias da Campanha.<sup>39</sup>

Diplomado pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1881, retornou a Porto Alegre, onde passou a advogar e a dedicar-se à sua carreira política<sup>40</sup>. Apesar disso, concentrou a maior parcela de sua carreira na política e no jornalismo<sup>41</sup>.

No ano de 1882, foi redator da Comissão de Imprensa do Clube Republicano<sup>42</sup>. Nesse mesmo ano, pela primeira vez, os republicanos rio-grandenses disputaram eleições para a Assembléia Provincial, não elegendendo nenhum candidato<sup>43</sup>.

No ano seguinte, 1883, participou do I Congresso do Partido Republicano, indicando Venâncio Aires para o cargo de diretor do jornal *A Federação*. Nesse momento já se preocupava com a orientação positivista do partido. Nesse mesmo ano, casou-se<sup>44</sup> com Honorina Costa, uma moça de família abastada de Pelotas<sup>45</sup>.

No ano de 1884, Júlio de Castilhos assumiu a direção do jornal *A Federação*. No ano seguinte, 1885, foi eleito presidente do III Congresso do Partido Republicano. Não aceitou o cargo e indicou para seu lugar o político Ramiro Barcelos para a direção do encontro<sup>46</sup>.

No ano de 1886, Castilhos, segundo Moacyr Flores: “habilmente criou a chamada Questão Militar nas páginas de *A Federação*, abalando as relações entre o Exército e o governo monárquico<sup>47</sup>”.

Com relação à liderança que Castilhos passou a exercer sobre os seus correligionários republicanos no Rio Grande do Sul, Love observa os seguintes traços:

---

<sup>39</sup> LOVE, Joseph. Op. Cit. p. 36.

<sup>40</sup> Flores, Moacyr. Op. Cit. p. 144.

<sup>41</sup> Idem.

<sup>42</sup> Idem, ibidem.

<sup>43</sup> LOVE, Joseph. Op. Cit. p. 31.

<sup>44</sup> Idem, Ibidem.

<sup>45</sup> Idem, ibidem.

<sup>46</sup> Idem, Ibidem.

<sup>47</sup> LOVE, Joseph. Op. Cit. p. 31.

Nos últimos anos do Império, o Partido Republicano Rio-grandense (PRR) começou a modificar-se, no sentido de se tornar uma organização mais firme, processo que teve continuidade nos três primeiros anos da República. Os republicanos do Rio Grande do Sul foram gradativamente ficando sob o domínio do editor do órgão partidário, Júlio de Castilhos, que possuía a qualidade especial de inspirar o fanatismo em seus seguidores e ódio em seus adversários<sup>48</sup>.

Quando foi proclamada a República no Brasil, Júlio de Castilhos foi nomeado para assumir o governo no Rio Grande do Sul. Recusou o convite e indicou para o cargo o visconde de Pelotas, permanecendo como Secretário do Governo<sup>49</sup>. No ano seguinte, 1890, Castilhos foi novamente nomeado presidente do Estado. Novamente recusou o cargo e indicou para o cargo o General Julio Frota<sup>50</sup>.

Eleito deputado do Congresso Constituinte Nacional, em 14.07.1891, a Assembléia Constituinte do Rio Grande do Sul aprovou a carta redigida por Castilhos<sup>51</sup>. No ano seguinte, 1892, foi nomeado governador do estado do Rio Grande do Sul, pelo marechal Floriano Peixoto. Entre os anos de 1893 – 1895, à frente do Estado e do PRR, lutou contra os simpatizantes de Gaspar Silveira Martins, também conhecidos como “maragatos”, na Revolução Federalista, da qual foi vencedor, com a deposição das armas dos federalistas, derrotados no conflito<sup>52</sup>.

No ano de 1898, Júlio de Castilhos empossou no governo do Estado Antônio Augusto Borges de Medeiros, seu herdeiro político, permanecendo o primeiro na direção do PRR até a sua morte<sup>53</sup>. A influência do positivismo no Rio Grande do Sul ainda foi notada até o ano de 1927<sup>54</sup>.

No mapa a seguir, observamos como estavam configurados os cinco distritos eleitorais existentes no Rio Grande do Sul no ano de 1898. Nele podemos perceber quais eram as cidades pertencentes a cada distrito e quais eram mais ou menos populosos.

---

<sup>48</sup> Idem p. 35.

<sup>49</sup> Idem, ibidem.

<sup>50</sup> Idem, ibidem.

<sup>51</sup> Idem, ibidem.

<sup>52</sup> Idem, ibidem.

<sup>53</sup> Idem, ibidem.

<sup>54</sup> FÉLIX, Loiva Otero. Op. Cit. p. 76.

## MAPA 1 Distritos Eleitorais – 1898, 62 Municípios



Fonte: TRINDADE, Héglio; NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. TRINDADE, Héglio; NOLL, Maria Izabel. *Estatísticas Eleitorais no Rio Grande da América do Sul (1823-2002)*.

Loiva Félix interpreta essa passagem do poder político no Rio Grande do Sul, de Castilhos para Borges de Medeiros, com a seguinte análise:

O castilhismo converteu-se, após 1903, no lastro catalisador das diferentes forças sociais, consolidado o poder de Borges de Medeiros como chefe do partido e do governo sem suprir o poder dos coronéis. Ao contrário, usou elementos da doutrina positivista que não se chocassem com as estruturas de poder já existentes, mantendo-as em união com o Estado em vez de um enfrentamento político (e/ou militar), o que só houve em 1923<sup>55</sup>.

A mudança de regime será acompanhada no Rio Grande do Sul, por uma substituição radical da classe política, marcando um novo ponto de diferenciação dos demais estados criados a partir de 1889<sup>56</sup>. A instalação da república, segundo Noll,

<sup>55</sup> FÉLIX, Loiva Otero. Op. Cit. p. 77.

<sup>56</sup> TRINDADE, Héglio. NOLL, Maria I. Op. Cit. p. 39.

“introduzirá novas características fundamentais que se agregarão à cultura política rio-grandense. Alguns padrões originais serão introduzidos, ficando por conta do viés positivista que identifica o republicanismo gaúcho<sup>57</sup>”.

Trindade analisa como se deu de forma bastante peculiar a substituição de regimes de governo no estado do Rio Grande do Sul:

O ano de 1889, marcado pela presença de Gaspar Silveira Martins na Presidência da Província e sua ida ao Rio de Janeiro para assumir o que seria o último gabinete do Império, foi decisivo para os liberais gaúchos. A total identificação com o poder central os marcou com o estigma do regime que caía, tornando inviável sua transmutação em republicanos. Esse processo, que aconteceu em quase todas as províncias, não foi possível no Rio Grande do Sul. O jacobinismo do grupo que ascendia ao poder não dava margem à política de alianças. A disputa se resolveria somente com uma guerra civil<sup>58</sup>.

Quanto ao poder no Rio Grande do Sul, de cujas decisões, no período imperial, as oposições eram excluídas, no caso os republicanos, com a queda da monarquia e a instituição da república, os atores vão inverter os papéis. Nesse aspecto, os republicanos, personificados na pessoa de Júlio de Castilhos, vão seguir à risca esta máxima.

Sobre a forma como Castilhos excluiu os políticos de oposição dos cargos públicos que exerciam, Ana Luiza Setti Reckziegel analisa da seguinte forma:

Apesar de ter nomeado o liberal, visconde de Pelotas para presidente do estado, Deodoro colocou Castilhos num posto-chave, o de secretário de Governo, que lhe permitia controlar a nomeação dos funcionários. Detendo esse poder, Castilhos provocou um verdadeiro expurgo dos liberais dos cargos municipais e estaduais. Delegados de Polícia e comandantes de unidades da Guarda Nacional também foram exonerados. Ficava clara a intenção de montar uma eficiente máquina de controle político, para qual os liberais apresentavam o maior entrave<sup>59</sup>.

Podemos dizer que muitas das disputas ocorridas no período, algumas até com derramamento de sangue, se deram por conta desta exclusão das oposições do jogo político em vigor. Castilhos se utilizou de uma estratégia da qual fora vítima no período imperial e que foi a tônica da política rio-grandense ainda por muito tempo: a exclusão e a asfixia das oposições, seja por meio de fraudes nas eleições, intimidação e até mesmo atos de violência.

A influência que Júlio de Castilhos exerceu sobre o seu sucessor e na política no Rio Grande do Sul talvez possa servir de parâmetro para podermos analisar como as

---

<sup>57</sup> Idem. Ibidem.

<sup>58</sup> Idem, ibidem. p. 39.

<sup>59</sup> RECKZIEGEL, Ana L. S. Op. Cit. p. 27.



disputas pelo poder político no Estado se travaram posteriormente, sempre levando em conta que o aparato político do governo conseguiu manter a oposição sempre afastada do poder e, de certa forma, sob controle.

As eleições para presidência do Estado, em 1907, trouxeram uma das primeiras crises a ser enfrentada por Borges, dessa vez dentro do seu partido. Héglio Trindade e Maria Izabel Noll analisam o episódio:

Borges soube herdar a liderança política de Castilhos, sendo continuador de sua doutrina Comtiana. Enfrentou várias dissidências dentro do seu partido, PRR. Ao impor Carlos Barbosa como seu candidato em 1907 para um novo mandato no governo do Estado, o líder republicano provocou um movimento de rebeldia que se congregou em torno do nome de Fernando Abott. Antigo membro do PRR, Abott liderou uma frente oposicionista – a dissidência republicana – com alguns federalistas no enfrentamento das forças oficiais. A votação de Abott, concentrou-se na campanha e na zona colonial, alcançando níveis acima de 80% em São Gabriel, município de origem do candidato<sup>60</sup>.

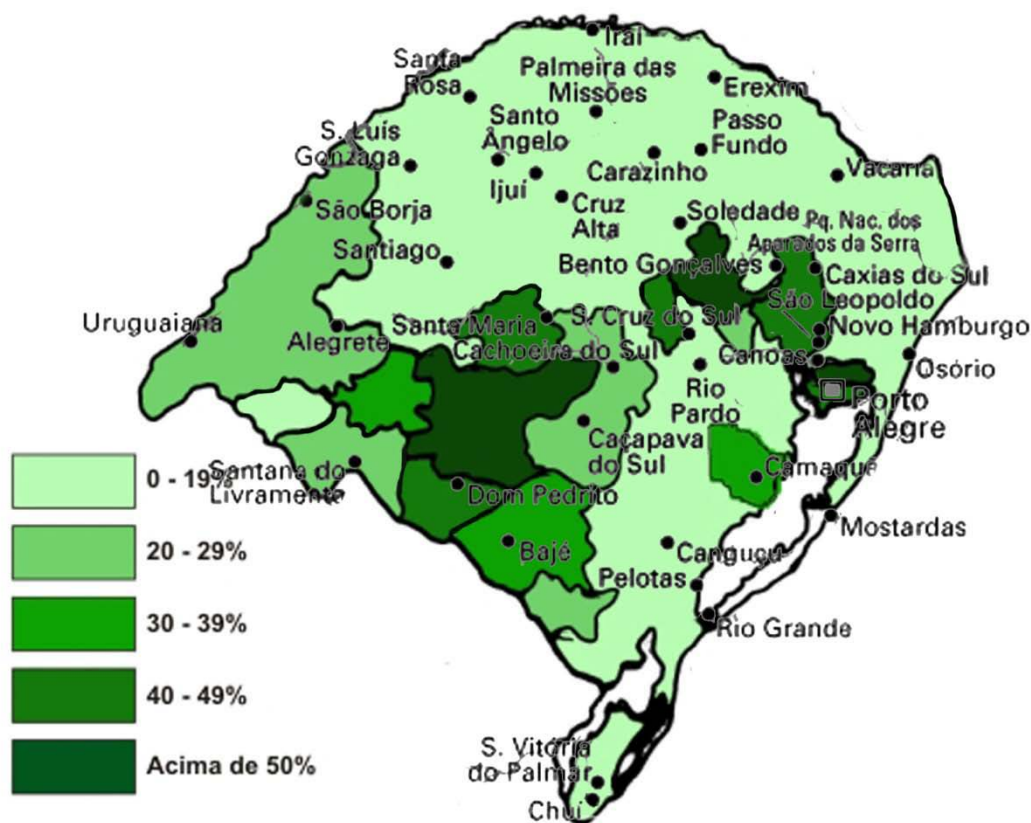
No mapa a seguir, podemos observar que, em 1907, o Rio Grande do Sul contava com 66 municípios, sendo que os 10 últimos foram criados entre 1890/1903<sup>61</sup>, e situavam-se, predominantemente, na zona colonial. O número de votantes ficou em 77.505, dando maioria absoluta aos republicanos.

---

<sup>60</sup> TRINDADE, Héglio. NOLL, Maria I. Op. Cit. p. 44-45.

<sup>61</sup> Idem, *ibidem*.

**MAPA 2: Eleição para a Presidência do Estado – 1907. Votação de F. Abbott. 66 Municípios**



Fonte: TRINDADE, HÉLGIO; NOLL, MARIA IZABEL. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. TRINDADE, HÉLGIO; NOLL, MARIA IZABEL. *Estatísticas Eleitorais no Rio Grande da América do Sul (1823-2002)*.

## **1.2 O Partido Federalista: a sua fundação e participação no cenário político de oposição no Rio Grande do Sul**

Gaspar Silveira Martins, chefe do PF, foi o seu maior ícone, assim como o fora Júlio de Castilhos para o PRR, e a disputa política entre ambos ocorria desde os tempos do Império, quando o primeiro era político atuante do PL, partido da situação, e o segundo lhe fazia feroz oposição.

Nos tempos republicanos se inverteram os papéis, sendo Castilhos o político no poder e Silveira Martins o seu principal opositor. Naquele cenário, a situação de total exclusão das oposições ditou o ritmo do jogo político e marcou a vida deste líder.

Gaspar Silveira Martins nasceu em Aceguá<sup>62</sup>, município de Bagé-RS<sup>63</sup>, em 05 de agosto de 1834. Estudou os primeiros anos na cidade de Pelotas-RS<sup>64</sup>. Coursou a faculdade Direito, inicialmente em São Paulo, formando-se na faculdade de Recife. Após se formar, passou a advogar e ocupou o cargo de Juiz Municipal na Corte, no Rio de Janeiro, durante o período compreendido entre 1858-59.

Foi eleito deputado provincial no Rio Grande do Sul para o mandato de 1862-1870. Fundou o jornal *A Reforma*, órgão do Partido liberal, junto com Florêncio de Abreu, Timóteo Pereira da Rosa, Antônio Eleutério de Camargo, Felisberto Pereira da Silva e Carlos Chaves. Foi eleito deputado-geral para o período de 1872-1875 e de 1878-1879; escolhido senador em 21 de março de 1890 e nomeado Conselheiro Extraordinário do imperador D. Pedro II em 1889. Em 24 de julho de 1889, assumiu a presidência do Rio Grande do Sul.

Viajava para o Rio de Janeiro, em 15 de novembro de 1889, quando foi surpreendido pela notícia do golpe republicano, momento em que foi preso. No dia 21 de dezembro de 1889, foi banido do Brasil, viajando para a Europa. Retornou ao Brasil em 19 de novembro de 1890, beneficiado pela revogação do desterro a que fora submetido, quando da proclamação da República (Decreto federal 1.37, de 19/11/1890)<sup>65</sup>.

A partir de seu retorno, dedicou-se a organizar o PF, em oposição ao governo de Júlio Prattes de Castilhos.

Em decorrência da total exclusão no poder, tanto em nível estadual quanto federal, a oposição, chefiada por Silveira Martins, pegou em armas, tentando depor Castilhos do Poder, deflagrando-se, então, a revolução Federalista, conflito este que ocorreu entre os anos de 1893 a 1895, quando os federalistas e Silveira Martins, derrotados, exilaram-se no Uruguai.

---

<sup>62</sup> AXT. Gunter. SEELIG, Ricardo Vaz. CABEDA, Coralia Bragança Pardo. MORITZ, Maria Lúcia Rodrigues de Freitas (Orgs.) *Gustavo Moritz: Acontecimentos Políticos do Rio Grande do Sul. Partes I e II*. Porto Alegre: Editora Nova Prova, 2005. p. 27.

<sup>63</sup> FLORES, Moacyr. Op. Cit. p. 384.

<sup>64</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>65</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. Op. Cit. p. 133.

O PF<sup>66</sup> foi fundado num congresso reunido em Bagé em 31 de março de 1892, sob a presidência do general João Nunes da Silva Tavares<sup>67</sup>. Foi aclamado chefe e conselheiro Gaspar Silveira Martins<sup>68</sup>. Na mesma ocasião, Martins propôs a candidatura de João Nunes Silva Tavares (Joca) ao governo do estado do Rio Grande do Sul, após deliberação dos congressistas<sup>69</sup>. Nesse congresso, os participantes aprovaram um programa parlamentarista<sup>70</sup>.

No momento em que Gaspar Martins retornou ao Brasil, achava-se no poder, no Rio Grande do Sul, João de Barros Cassal, da dissidência republicana, hostil tanto ao castilhismo quanto aos velhos liberais partidários de Silveira Martins<sup>71</sup>.

Em discurso proferido no momento em que aceitou a direção do partido recém-constituído, Silveira Martins dirigiu-se aos políticos presentes ao congresso, referindo-se da seguinte forma ao marechal Floriano Peixoto, então presidente da República<sup>72</sup>:

Não é um estadista para dirigir o país no momento atual, por lhe faltarem certos predicados; mas é um homem honrado e constitucionalmente se acha investido da autoridade de primeiro magistrado da Nação. Cumpre-nos, pois, pelo amor à ordem, apoiá-lo, a fim de que essa ordem seja uma verdade e possamos ter a liberdade de evidenciara superioridade de nosso ideal e escolher cidadãos aptos que contribuam eficazmente para o engrandecimento material e moral de nossa Pátria.

As principais preocupações de Gaspar Silveira Martins em fundar um partido independente e forte tinham em vista a simultânea luta contra o castilhismo e contra o Governicho<sup>73</sup> e, obviamente, a participação nas eleições que se aproximavam, com uma defesa articulada dos principais princípios liberais<sup>74</sup>.

O PF foi criado num momento de grande instabilidade política no Rio Grande do Sul. Em 3 de novembro de 1892, ocorreu um golpe de estado, desfechado por Deodoro

---

<sup>66</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. *O Partido Federalista*. In: BOEIRA, Nelson e GOLIN, Tau (Coords.). *História geral do Rio Grande do Sul: República Velha (1889-1930)*. v. 3, t. 1. Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 134.

<sup>67</sup> OSÓRIO, Joaquim Luis. Op. Cit. p. 89.

<sup>68</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>69</sup> OSÓRIO, Joaquim Luis. Op. Cit. p. 89.

<sup>70</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>71</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>72</sup> AXT. Gunter. SEELIG, Ricardo Vaz. CABEDA, Coralio Bragança Pardo. MORITZ, Maria Lúcia Rodrigues de Freitas (Orgs.) Op. Cit. p. 321.

<sup>73</sup> O Governicho foi o nome dado para uma seqüência de juntas governativas e governantes provisórios que assumiram a presidência do estado do Rio Grande do Sul, desde a deposição do poder de Júlio Prattes de Castilhos, por parte da oposição. Período compreendido entre 12 de novembro de 1891, até 17 de junho de 1892, quando Júlio de Castilhos é reposto no poder.

<sup>74</sup> Idem, *ibidem*.

da Fonseca, então presidente da República, em consequência do qual foi deposto, a 12 de novembro desse ano, o governante do Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos<sup>75</sup>.

Franco destaca no programa aprovado e adotado pelo PF, quando de sua criação, o caráter de oposição às idéias castilhistas de governar:

- a) substituição da Constituição comtista do estado por uma constituição republicana representativa modelada segundo os princípios do governo parlamentar;
- b) eleição do presidente por quatro anos, não podendo ser reeleito para o período seguinte;
- c) iniciativa do governo e Câmara na apresentação das leis, com exceção das que competirem exclusivamente a esta;
- d) autonomia municipal;
- f) poder judiciário do estado; juizes municipais ou distritais nomeados pelos governos municipais; juizes de direito nomeados pelo governo do estado, conforme determinações da lei;
- g) liberdade de imprensa, sujeito o julgamento das publicações criminais aos tribunais ordinários<sup>76</sup>.

As reivindicações constantes do programa do PF expunham a dificuldade que as oposições enfrentavam ao tentar fazer frente à máquina republicana de Júlio de Castilhos. A Constituição Castilhista previa algo que ia de encontro à Carta federal: a primeira previa inúmeras reeleições para o cargo de governador do Estado.

E foi tentando alterar essa realidade que os federalistas empreenderam uma forte oposição aos republicanos. Outro item de seu programa previa a revisão da Constituição estadual, de 1891, a reforma da bandeira nacional, retirando-se as palavras *Ordem e Progresso*, e o fortalecimento do poder federal<sup>77</sup>.

Outros membros deste partido eram políticos oriundos do antigo PL, do período imperial. O PF foi caracterizado como a agremiação político-partidário que mais fez oposição ao PRR.

A 23 de agosto de 1896, reuniram-se, em Porto Alegre, os membros do PF, no segundo congresso, sob a presidência de Silveira Martins. Nessa assembléia, ratificou-se o programa de 31 de março de 1892 em relação à política do Estado<sup>78</sup>.

A base de sustentação do novo partido mostrava-se forte<sup>79</sup>. Embora com predominância de elementos da fronteira, especialmente Bagé e Santana do Livramento,

---

<sup>75</sup> AXT. Gunter. SEELIG, Ricardo Vaz. CABEDA, Coralio Bragança Pardo. MORITZ, Maria Lúcia Rodrigues de Freitas (Orgs.) Op. Cit. p. 320.

<sup>76</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. Op. Cit. p. 134-135.

<sup>77</sup> FLORES, Moacyr. Op. Cit. p. 456-457.

<sup>78</sup> FLORES, Moacyr. Op. Cit. p. 456-457.

<sup>79</sup> Idem, *ibidem*.

havia representantes de Porto Alegre, Passo Fundo, Caçapava do Sul, Pelotas, São Gabriel, dentre outras<sup>80</sup>. Em tais cidades se verificou, na época, grande oposição ao republicanismismo de Júlio de Castilhos.

Nesse período de efervescência, vários crimes ocorreram no estado do Rio Grande do Sul, desde agressões, tentativas de assassinato e assassinatos, entre outros. Tais crimes ocorriam em caráter eminentemente político<sup>81</sup>.

Observando o caráter combativo que imperava no PF, Joaquim Luis Osório destaca os objetivos deste partido oposicionista ao dominante Partido Republicano Rio-grandense:

Não podia no novo regime submeter-se a um papel secundário. Espírito combativo, prestigioso, de raro ardor social, engendrou a idéia parlamentarista como arma de combate à situação dominante do Estado. Não possuía convicções estáveis. No Império, ora manifestava preferências pela República; chegou mesmo a convidar o general Osório a desembainhar a espada pela República. Na Assembléia Legislativa da Província, nos últimos anos, sustentava a tese de indiferença das formas de governo<sup>82</sup>.

E essa foi a tônica de enfrentamento que o PF empreendeu quando da sua existência no Rio Grande do Sul: simpatizante do parlamentarismo, foi feroz na oposição à Castilhos, chegando a pegar em armas.

Quando explodiu a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, Gaspar Silveira Martins possuía planos diversos. Osório assinala e reprova as idéias defendidas por tal político:

Chefe civil da revolução federalista no Rio Grande do Sul, cogitava caso fosse ela vencedora, da idéia de um plebiscito para que a nação resolvesse sobre a forma de governo a adotar como se tal consulta fosse necessária, em uma pátria cujas tendências e aspirações de liberdade política encontravam-se definidas desde os tempos coloniais<sup>83</sup>.

---

<sup>80</sup> Idem. p. 135 aponta, com relação às cidades citadas, em ordem de menção, as seguintes personalidades políticas: o médico José Bernardino da Cunha Bittencourt; o ex-deputado conservador, Apolinário Porto Alegre, um dos fundadores do Partido Republicano e escritor; Emílio da Silva Ferreira; comerciante e líder maçônico; Joaquim Pedro Salgado, ex-deputado liberal; Antônio Prestes Guimarães, advogado e ex-deputado liberal; Laurentino Filho; Antunes Maciel; Eliseu Maciel; José Serafim Castilhos – “Juca Tigre”; Joça, Francisco e José Bonifácio Silva Tavares; Rafael Cabeda e o Médico Ângelo Dourado – cronista da obra *Voluntários do Martírio* (obra que alude a Revolução Federalista de 1893-1895).

<sup>81</sup> A esse respeito ver CABEDA, Rafael. Costa Rodolpho. *Os Crimes da Ditadura: a história contada pelo dragão*. Porto Alegre: Memorial do Ministério Público: Série Memória Política e Jurídica do RS, v. 1: 2002.

<sup>82</sup> OSÓRIO, Joaquim Luis. Op. Cit. p. 89-90.

<sup>83</sup> OSÓRIO, Joaquim Luis. Op. Cit. p. 89-90.

Em ambos os casos, o principal objetivo de Silveira Martins (1893-1895) e de seus correligionários (1923) era a deposição do poder dos republicanos, chefiados, inicialmente, por Júlio de Castilhos, e, posteriormente, por Borges de Medeiros.

No exílio, Silveira Martins, reuniu os políticos “maragatos”, descontentes com a total exclusão do poder político regional. Os federalistas reuniram-se no Uruguai e, em fins de 1893, invadiram o estado, sendo deflagrada então a Revolução Federalista<sup>84</sup>.

Ana Luiza Setti Reckziegel observa que:

Naquela oportunidade, todos tramavam. Os federalistas teciam estratégias para serem reconhecidos como força política, a fim de disputar o mando no estado, e esforçavam-se para se defenderem das acusações que lhes associavam aos monarquistas – aliás, o principal argumento do castilhismo para a sistemática perseguição aos federalistas. Os castilhistas, por sua vez, arquitetaram a derrubada do *Governicho*, pretendendo a recondução do PRR ao poder – para o quê tiveram o apoio do presidente Floriano, que se dispôs a transigir para assegurar a estabilidade da república presidencialista<sup>85</sup>.

Essa revolução também foi conhecida como a “revolução da degola”, dado o caráter cruel com que os oponentes eram executados. O principal objetivo dos federalistas era a deposição de Júlio de Castilhos da presidência do estado. Como efeito desta, Loiva Otero Félix analisa da seguinte forma este conflito:

A Revolução Federalista foi resultante do encaminhamento do republicanismo no Rio Grande do Sul. O grupo republicano, minoritário, que se viu de uma hora para outra no poder, veio, já da fase da fundação do partido e da atividade de propaganda, não só estruturado, mas também ideologicizado. Acrescentamos a isso que ele tem uma orientação autoritária e ditatorial, embora essa não tenha sido visível na fase da propaganda e sim após a atuação de Júlio de Castilhos<sup>86</sup>.

Os federalistas, chefiados por antigo integrante do PL, Gaspar Silveira Martins, pegaram em armas com o objetivo de depor Júlio Prates de Castilhos do poder no Estado. Essa revolução durou até 1895, quando, através do Decreto legislativo nº. 310, de 21.10.1895, concedeu-se anistia a todos os insurgentes que, direta ou indiretamente, se envolveram nos movimentos revolucionários no país, até 23.08.1895<sup>87</sup>.

Sérgio da Costa Franco, em sua obra “Júlio de Castilhos e sua época” destaca desta forma o desfecho da revolução no Estado:

Voltava o Rio Grande à paz, depois de haver perdido uns 10 mil cidadãos e de haver sofrido três anos de insegurança, de barbarismo e de ódio. O ódio

<sup>84</sup> FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 2004.

<sup>85</sup> RECKZIEGEL, Ana L. S. 1893: *A Revolução Além Fronteira*. In: RECKZIEGEL, Ana L. S. AXT, Günter. REPÚBLICA: *República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 28.

<sup>86</sup> FÉLIX, Loiva Otero. Op. Cit. p. 64.

<sup>87</sup> FLORES, Moacyr. *Dicionário de História do Brasil*. Porto Alegre: Edipucrs, 2001. p. 245.

continuará por muito tempo a dividir o povo em duas frações inconciliáveis: castilhistas, ou “pica-paus”, e federalistas, ou “maragatos”. Estes últimos, vencidos, debilitados, reduzidos ao ostracismo, remoerão seus ressentimentos durante trinta anos, até fazê-lo de novo na insurreição de 1923<sup>88</sup>.

Joseph Love, em seu livro “Regionalismo Gaúcho”, aponta como resultados políticos deste conflito, os seguintes fatores:

Um dos resultados mais importantes da guerra consistiu na polarização política mais extrema no Rio Grande. Contrastando com o amorfo sistema de governo da maioria dos demais Estados, na Primeira República, a política do Rio Grande continuou a girar em torno de dois bem organizados partidos. Paradoxalmente, talvez, ambos tinham uma orientação mais ideológica (presidencialismo ditatorial *versus* parlamentarismo) do que os partidos de outras regiões do país, representavam relativamente menos no Rio Grande<sup>89</sup>.

Love destaca outro resultado importante da Revolução Federalista:

Outro resultado político da guerra foi a consolidação do sistema político centralizado. Por mais poderoso que Silveira Martins tivesse sido em seu apogeu, ele havia entregado aos coronéis liberais muito mais poder em relação às questões locais do que Castilhos desejava conceder. Sob o domínio republicano, havia coronéis locais e regionais detendo poder pessoal; mas o que distinguia o Rio Grande dos demais Estados era a impossibilidade, em face de um PRR hermeticamente disciplinado<sup>90</sup>.

A revolução ocorrida entre 1893-1895 confirmou a força de Júlio de Castilhos a frente do Rio Grande do Sul e a exclusão política continuou ocorrendo. Borges de Medeiros, herdeiro de Castilhos continuava arrochando os seus adversários e não permitindo que estes tivessem acesso ao poder. Ele permaneceu por cinco mandatos na presidência do Estado.

A maior queixa dos adversários políticos do PRR e de Borges de Medeiros eram as fraudes nas eleições ocorridas no Estado. Em todos os pleitos havia sempre a vitória dos republicanos e os pedidos de recontagem dos votos eram fiscalizados por republicanos.

Em 1922, ocorreram novas eleições para a presidência do Estado. Dessa vez, Borges de Medeiros teve como opositor José Joaquim de Assis Brasil, pela AL. O resultado das eleições apontou a vitória de Borges de Medeiros com 106.319 votos contra 32.217 de Assis Brasil. Mesmo com protestos da oposição acerca do processo

---

<sup>88</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre: Editora Globo, 1966, p.167.

<sup>89</sup> LOVE, Joseph. *O Regionalismo Gaúcho*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1971, p.78.

<sup>90</sup> LOVE, Joseph. Op. Cit. p. 78.



eleitoral fraudulento, uma Comissão, no exame das atas eleitorais, deu a vitória a Borges<sup>91</sup>.

Com a posse de Borges de Medeiros no governo do estado, a oposição levantou-se em armas em 11.02.1923, tendo como chefe civil Assis Brasil e diversos chefes militares locais. Tal levante tinha por objetivo acabar com a intenção de perpetuidade no poder do castilhismo.

Para Love, “a revolução de 1923, fora dirigida exclusivamente contra o PRR<sup>92</sup>”.

Novamente os revoltosos foram vencidos, mas, como consolação, obtiveram a garantia de que o líder político do PR não concorreria mais à presidência do Estado. O Pacto de Pedras Altas, firmado em 7.11.1923 pôs fim ao conflito, com a condição de que Borges de Medeiros não concorresse mais à presidência do estado. Este deveria indicar um candidato neutro para o cargo eletivo.

Gunter Axt analisa da seguinte forma os termos do Pacto de Pedras Altas:

Recomposição da aliança hegemônica (1923-1930): com o Pacto de Pedras Altas de dezembro de 1923, que pacificou a Revolução assistida, garantia a permanência de Borges de Medeiros por mais cinco anos no governo do Estado. Em compensação, a oposição logrou impor uma reforma constitucional que alterou a espinha dorsal do constitucionalismo castilhistas, pois, entre outras coisas, vedou a possibilidade de reeleição do presidente, determinou a eleição do vice-presidente do estado, até então indicado, e limitou as intervenções do poder estadual nos municípios. Para negociar a sua permanência no governo, Borges de Medeiros precisava recorrer às lideranças partidárias e às grandes famílias oligarcas, o que enfraqueceu o comando borgiano e, conseqüentemente, fragilizou as facções borgianas nos municípios, mas, por outro lado, fortaleceu o partido, que passou a ser menos tutelado pelo chefe. Conseqüência disso, por exemplo, foi à imposição dos nomes de Getúlio Vargas e João Neves da Fontoura como candidatos ao governo estadual em 1927, contra a vontade de Borges de Medeiros. O Pacto de Pedras Altas também diminuiu a compressão sobre a oposição, que experimentou um renascimento, apresentando avanços nas eleições federais de 1924. Finalmente, ao enfraquecer o comando central borgiano, o Pacto de Pedras Altas permitiu um fortalecimento temporário do poder local<sup>93</sup>.

Note-se que, mesmo mantendo a hegemonia do partido no Estado, tal pacto possibilitou uma aproximação da oposição ao PRR, fato que se deu, por exemplo, quando da negociação com a oposição para a composição da chapa vencedora das

---

<sup>91</sup> A Comissão de Constituição e Poderes era composta por Getúlio Dornelles Vargas, Ariosto Pinto e José de Vasconcellos Pinto, ambos do Partido Republicano Rio-grandense. A esse respeito ver. SCHNEIDER, Regina P. *Flores da Cunha: O último Gaúcho Legionário*. Porto Alegre; Martins Livreiro Editor, 1939. p. 64.

<sup>92</sup> LOVE, Joseph. Op. Cit. p. 224.

<sup>93</sup> AXT, Gunter (Org) *Julio de Castilhos e o paradoxo republicano*. Porto Alegre: Nova Prova, 2005. p. 126

eleições para o governo do Estado, composta por Getúlio Vargas e João Neves da Fontoura.

Fábio Kühn, ao analisar tal conflito explica que:

A Revolução de 1923 teve seus primeiros confrontos armados na região serrana de Passo Fundo e Palmeira. Inicialmente o movimento ficou restrito ao Nordeste do estado, mas espalhou-se depois para as demais regiões. Era utilizada uma tática de guerrilha, a fim de manter o estado convulsionado, tentando forçar uma intervenção do governo federal<sup>94</sup>.

A Revolução de 1923 foi, na verdade, uma tentativa dos adeptos do PF de se reverter o quadro político no estado do Rio Grande do Sul, visto que, desde 1893, se encontravam aliados do poder e não vislumbravam uma possibilidade de mudança no comando político do Estado, visto que Borges de Medeiros permanecia no governo por várias legislaturas.

Continua ainda Kuhn afirmando que:

Sobre essa revolta intra-elites pode ser destacado ainda que, da mesma forma que na Revolução Federalista, foi uma luta envolvendo tropas coronelistas, utilizadas pelos dois lados envolvidos. Vale lembrar que o coronelismo foi politicamente importante no Rio Grande do Sul pelo menos até 1937, quando a implantação do *Estado Novo* fez perder sentido o sistema representativo e conseqüentemente, a base do sistema de poder dos coronéis, ou seja, o controle das eleições<sup>95</sup>.

Sob esta ótica, a forçada renúncia de Flores da Cunha e a federalização da Brigada Militar contribuíram sobremaneira para esse enfraquecimento dos coronéis em nível regional, em que pese que os chamados “corpos provisórios” eram milícias agindo em nome de Flores da Cunha, estando à sua frente coronéis da confiança do governador do Rio Grande do Sul, os quais, por sua vez, não raro, eram líderes políticos regionais.

O Rio Grande do Sul, assim como os demais Estados brasileiros, foi palco de diversas disputas políticas no período em questão – 1889-1929 – quando os seus partidos ou agremiações políticas foram muito atuantes. Nesse período, ocorreram muitos conflitos e várias eleições, todas elas marcadas por extrema violência de parte a parte, sempre permeadas por vitória dos partidos situacionistas, embalados pela prática comum das fraudes nas apurações dos votos.

Em 1923, Assis Brasil e seus seguidores haviam se encorajado a lutar ao lado dos federalistas. Eles tinham como objetivo, além da deposição de Borges de Medeiros, anular a Constituição Castilhistas. Acreditavam que a “má vontade do presidente

---

<sup>94</sup> KÜHN, Fábio. *Breve História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Leitura XXI, 2004. p. 121.

<sup>95</sup> Idem, *ibidem*.

Bernardes para com Borges de Medeiros<sup>96</sup>” levaria o governo federal a restabelecer a ordem no Estado no caso de a oposição alterar a ordem no Estado.

Porém, o Governo Federal não interveio, e o apoio tão esperado não ocorreu. Nesse sentido Carmen Aita:

A revolução, no Rio Grande não era uma unanimidade, portanto dificilmente o opositor de Borges de Medeiros obteria êxito junto ao primeiro escalão do governo federal. E, de fato, apesar do presidente de Minas Gerais, Raul Soares demonstrar alguma simpatia pelo movimento, já Washington Luis, de São Paulo, recusou-se a intervir nos problemas políticos de fora de sua jurisdição eleitoral. De outra parte, Bernardes manteve-se evasivo, exatamente porque, não gozava de grande apoio junto aos escalões superiores do Exército, onde não contava com a simpatia dos oficiais desde o incidente das “cartas falsas”, em outubro de 1921<sup>97</sup>.

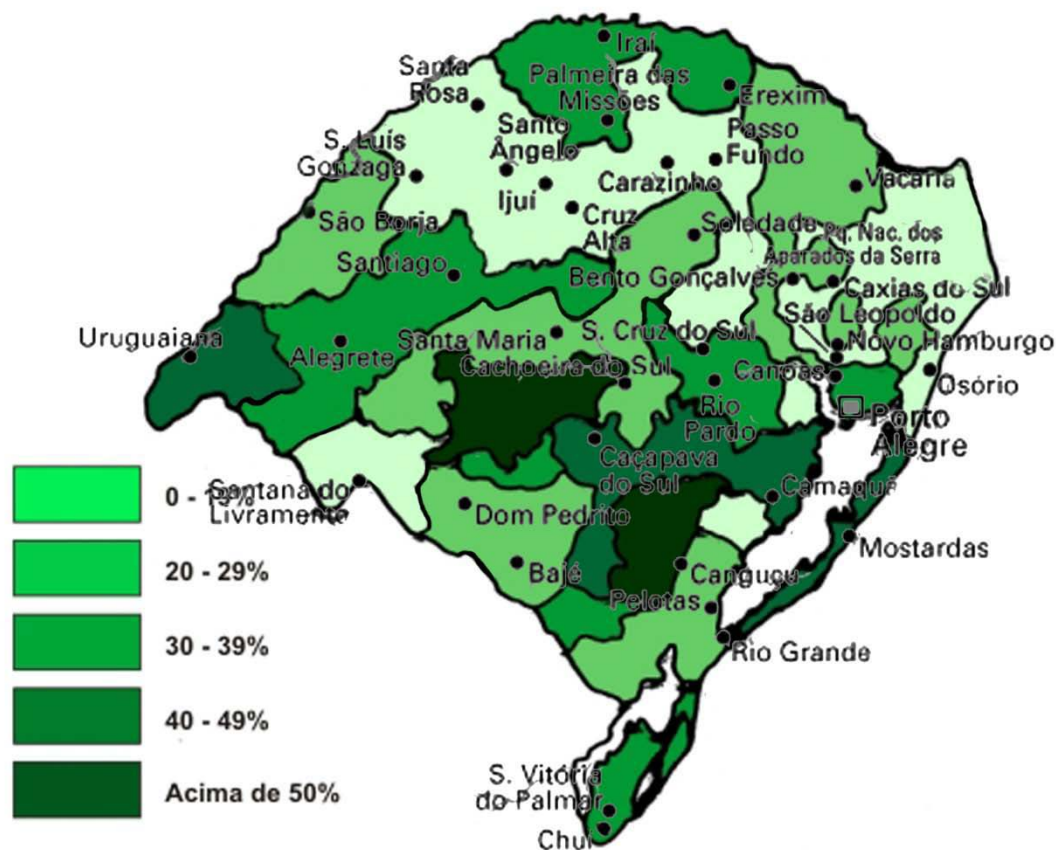
No quadro a seguir, analisamos o desempenho eleitoral de Assis Brasil nas eleições para a presidência do estado em 1922, nos 72 municípios existentes no Rio Grande do Sul, em 1922:

---

<sup>96</sup> AITA, Carmen. Op. Cit.. p. 130.

<sup>97</sup> AITA, Carmen. Op. Cit. p. 130-131.

**MAPA 3: Eleição para Presidente do Estado – 1922. Votação de Assis Brasil, 72 Municípios.**



Fonte: TRINDADE, HÉLGIO; NOLL, MARIA IZABEL. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. TRINDADE, HÉLGIO; NOLL, MARIA IZABEL. *Estatísticas Eleitorais no Rio Grande da América do Sul (1823-2002)*.

Em 1927, dissolveu-se para formar o Partido Democrático, sob a presidência de Joaquim Francisco de Assis Brasil<sup>98</sup>.

Até mesmo após as suas mortes, a disputa continuou, mudando-se um pouco o nome dos partidos e das revoluções, mas o cenário político foi o mesmo: a disputa pelo poder no estado do Rio Grande do Sul. Muito embora Silveira Martins e seus aliados tenham se empenhado em derrubar Julio de Castilhos do poder – e os sucessores desse vencerem Borges de Medeiros, herdeiro de Castilhos – o aparato político-policia montado pelos republicanos conseguiu suportar os múltiplos ataques sofridos e, até o final da República Velha, o PRR conseguiu manter-se à frente do poder no Estado.

<sup>98</sup> AITA, Carmen. Op. Cit. p. 130-131.

### 1.3 Partido Libertador (1928-1937)

O Partido Federalista, ao qual pertencia Gaspar Silveira Martins, foi extinto no final da década de 1920. Em seu lugar, foi criado o PL, importante veículo que contestação ao PRR.

Em um cenário de muitos desgastes impostos aos federalistas, surge, em 1928, no Rio Grande do Sul, o PL. O seguinte episódio revela esta situação:

Um fato demarcou simbolicamente a decadência do Partido Federalista. Em agosto de 1920, quando as dissidências e as rivalidades pessoais já roíam a integridade da agremiação, a cúpula do partido, em consonância com José Júlio Silveira Martins, filho do grande tribuno, resolveu trazer de Montevideu para Bagé as cinzas do fundador. Entre grande pompa e manifestações populares, os restos mortais do tribuno desembarcaram em Rio Grande, visitaram Pelotas, Porto Alegre e Santa Maria até serem definitivamente inumadas em Bagé. Quem vê as imagens e o noticiário relacionado a esse evento, não pode admitir que se tratasse do canto do cisne de um partido político. Dezenove anos depois de sua morte, Silveira Martins conservava intacto seu prestígio, mas o partido que ele fundara estiolou-se em disputas internas, deixou-se esmagar pela força incontestável do adversário e não tinha renovado seus quadros. Depois do culto mortuário de 20, o partido não levou oito anos para sucumbir<sup>99</sup>.

Em 3 de março de 1928, dissolveu-se oficialmente o Partido Federalista do Rio Grande do Sul, cujos elementos principais presentes ao congresso reunido naquela data em Bagé incorporaram-se ao PL, que então se constituiu, sob a presidência de Joaquim Francisco de Assis Brasil, com programa presidencialista<sup>100</sup>. Também compuseram o Diretório Central os seguintes políticos: Raul Pilla; Amando Tavares; João Batista Lusardo; Urbano Garcia; Ernesto Médici; Gabino Fonseca; Álvaro Costa; Guilherme Ludwig; Sebastião de Oliveira; Fellipe Portinho; Camilo Freitas Mercio e Dário Crespo<sup>101</sup>.

Formado por antigos federalistas, os democratas de Assis Brasil e os dissidentes republicanos, esse partido reuniu as três vertentes da oposição ao PRR no final da década de 1920<sup>102</sup>. Sua extinção ocorreu em 2 de dezembro de 1937, assim como todos

---

<sup>99</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. Op. Cit. p. 169.

<sup>100</sup> OSÓRIO, Joaquim Luis. *Partidos Políticos no Rio Grande do Sul: Período Republicano*. Porto Alegre: Livraria Globo: 1930. p. 99. Cabe lembrar que o mesmo autor, na p. 98, que “em 25 de março de 1917 reuniu-se em Porto Alegre um Congresso do Partido Federalista, sob a presidência do conselheiro Francisco Antunes Maciel, o qual firmou constituir única missão e razão de ser do Partido Federalista a propaganda das doutrinas parlamentaristas”.

<sup>101</sup> OSÓRIO, Joaquim Luis. Op. Cit. p. 227.

<sup>102</sup> FLORES, Ericson. “*Um Posto de Combate e uma Tribuna de Doutrina*”: *O Partido Libertador e o Jornal “Estado do Rio Grande” (1929-1932)*. Dissertação de Mestrado. Passo Fundo: UPF, 2009. p. 33.

os outros partidos políticos existentes no Brasil, através do Decreto nº. 37, da mesma data<sup>103</sup>.

Foram eleitos para o Diretório Central do PL: Joaquim Francisco de Assis Brasil como presidente, Raul Pilla, como vice-presidente, e Armando Tavares, João Batista Lusardo, Urbano Garcia, Ernesto Médici, Gabino Fonseca, Álvaro Costa, Guilherme Ludwig, Sebastião de Oliveira, Felipe Portinho, Camilo Freitas Mercio e Dário Crespo<sup>104</sup> como demais integrantes.

Esse novo partido ficou conhecido, na época, como “a ala rio-grandense” do PDN<sup>105</sup>. O programa deste partido, o qual foi copiado pelo PL, possuía dez leis, em que eram estabelecidas as suas teses programáticas:

- I. Defender os princípios democráticos e liberais consagrados na Constituição da República, para que se torne uma realidade o governo do povo pelo povo e para o povo, promovendo a regeneração dos costumes políticos e opondo-se a qualquer reforma constitucional que implique restrição à liberdade e garantia de direitos.
- II. Pugar pela revisão constitucional, não só para que se restaurem as disposições democráticas e garantias cerceadas pela reforma de 1926, senão também para que se adotem outras reclamadas pela via contemporânea e generalizadas nas aspirações da Nação.
- III. Impor pelo voto secreto o sigilo absoluto do sufrágio eleitoral, como condição impreterível da sua moralidade, assegurando com a independência do funcionalismo público e do eleitorado em geral, com o castigo dos fraudadores e com medidas acauteladoras do alistamento, do escrutínio, da representação proporcional, da apuração e do reconhecimento.
- IV. Propugnar todas as medidas que interessam à questão social, no sentido de reivindicar para todas as classes o direito que lhes cabe interferir nos negócios públicos, animando entre elas o espírito de fraternidade por leis protetoras do trabalho, da cooperação e da assistência.
- V. Promover a independência do magistério, com a criação de um organismo integral de instrução e educação, abrangendo todos os cursos, especialmente os de instrução técnica profissional.
- VI. Velar pelo equilíbrio da nossa balança internacional de contas e pelos orçamentos, com providências de ordem financeira e econômica, sem os quais se depara indissolúvel o problema da estabilização do meio circulante e a realização do ideal da circulação metálica.
- VII. Restaurar a magistratura com a égide da vitaliciedade, inamovibilidade, insusceptibilidade administrativa e irredutibilidade de vencimentos, mantidos para os Estados o direito de organizar a justiça estadual e transferido para a União o de legislar sobre o processo civil, comercial e criminal.
- VIII. Pleitear a independência econômica da magistratura, assentado princípios básicos de organização judiciária igualmente obrigatórios na jurisdição federal e na estadual, de modo a se precaverem, por um lado, as possibilidades de ação discricionária do Poder Judiciário e a tornar, por outro,

---

<sup>103</sup> ABREU, Alzira Alves; BELOCHI, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando e LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós 1930*. Rio de Janeiro: FGV/Editora, 2001. v. IV p. 4327.

<sup>104</sup> OSÓRIO, Joaquim L. Op. Cit. p. 277.

<sup>105</sup> AITA, Carmen. *Perfis Parlamentares: Joaquim Francisco de Assis Brasil*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2006. p. 150.

a investidura dos juizes, a composição dos tribunais e o acesso dos magistrados independentes de qualquer poder político.

IX. Combater as oligarquias estaduais, a incompetência, a corrupção e a irresponsabilidade, de maneira a assegurar a autonomia dos membros da Federação e o restabelecimento na administração pública.

X. Observar, assim, na ordem interna como na internacional, uma política inspirada nos elevados sentimentos de ética, de equidade de solidariedade continental e de confraternização<sup>106</sup>.

O programa acima foi assinado por Joaquim Francisco de Assis Brasil, presidente (Deputado pela Aliança Libertadora do Rio Grande do Sul); Paulo de Moraes Barros Firmino, secretário-geral (Deputado pelo Partido Democrático de São Paulo); Adolpho Bergamini, secretário (Deputado pelo Distrito Federal); Francisco Morato, (Deputado pelo Partido Democrático de São Paulo); José Adriano Marrey Junior (Deputado pelo Partido Democrático de São Paulo); Plínio de Castro Casado, (Deputado pela Aliança Libertadora do Rio Grande do Sul); João Batista Lusardo, (Deputado pela Aliança Libertadora do Rio Grande do Sul)<sup>107</sup>.

O programa do PL ficou a cargo de Assis Brasil, Torelly, Edmundo Berchon Desarts e Alexandre da Silva Lisboa<sup>108</sup>. Houve uma grande polêmica sobre a escolha do seu nome<sup>109</sup>. Foi lembrado o nome de PL, que existira no Império, entendendo-se que não deveria “remontar àquele passado para o batismo do novo partido<sup>110</sup>”. Assis Brasil, em seu discurso de criação do partido, entendeu que “o nome do PL era o mais autorizado, mais expressivo e mais justo<sup>111</sup>”.

Assis Brasil justificou a escolha desse nome:

Donde veio este nome? Veio como em todas as coisas que tem raízes e, ascendem para a luz. Ele simbolizara o momento de epopéia em que o Rio Grande se livrou da vergonha de viver em perpétua escravidão. Nasceu como a Aliança Libertadora<sup>112</sup>.

---

<sup>106</sup> AITA, Carmen. Op. Cit. p. 148-149.

<sup>107</sup> AITA, Carmen. Op. Cit. p. 149.

<sup>108</sup> ABREU, Alzira Alves; BELOCHI, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando e LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós 1930*. Rio de Janeiro: FGV/Editora, 2001. v. IV p. 4328.

<sup>109</sup> Segundo Joaquim Luis Osório, a denominação de Partido Libertador, em 1896, depois da luta fraternal do triênio de 1893-1895, fora lembrada para substituir a de Partido Federalista. Recusou-a o Congresso de Bagé, porque não quis que ela recordasse a cada instante o drama das coxilhas. Propondo esse nome em 1828, J. F. de Assis Brasil o justificou “porque esse nome já tinha sofrido o sacramento em que a água fora substituída pelo sangue dos heróis que tiveram a sorte de morrer pela causa bem dita”. Ver. OSÓRIO, Joaquim L. p. 226.

<sup>110</sup> NOLL, Maria I. *O Contexto político revolucionário de 1930 e a unificação dos partidos rio-grandenses (1928-1930)*. In: TRINDADE, Héliogio. Porto Alegre: L&PM, 1980. p. 33.

<sup>111</sup> NOLL, Maria I. Op. Cit. p.33.

<sup>112</sup> Idem, *ibidem*.

O PL, segundo Noll, “já havia sofrido o sacramento em que a água fora substituída por sangue dos heróis que tiveram a sorte de morrer pela causa bendita<sup>113</sup>”. Por se tratar de um partido que contava com políticos de várias correntes, Assis Brasil enfrentou resistências com relação ao nome do partido, ao programa e à forma de governo. Maria Antonieta Antonacci aborda essa questão:

Um dos federalistas descontentes foi Wenceslau Escobar, que divergiu da maioria dos congressistas. Em primeiro lugar por que acreditava que o programa, baseado no PDN, defendia implicitamente o presidencialismo, com o que não podia concordar; e em segundo, discordava do nome pretendido para o novo Partido Libertador, preferindo o nome de Partido Federalista Democrático<sup>114</sup>.

Ao assumir a liderança do partido, Assis Brasil, garantiu, inicialmente, a predominância interna do grupo moderado, no sentido de desempenhar um papel de moderador e conciliador, e, num segundo momento, realizou a união da oposição gaúcha com as oposições nacionais, via articulação com o Partido Democrático de São Paulo e com o PDN. Essa dimensão é fundamental para o entendimento do novo perfil que assume a oposição<sup>115</sup>.

Adotando o lema “Representação e justiça”, o PL defendia em seu programa a instauração de um processo de alistamento eleitoral que incluísse todos os cidadãos maiores de idade, a instituição do voto secreto e a representação proporcional; a realização de apurações escrupulosas, e a autonomia para o Poder Judiciário, tornando-se a investidura dos juizes, a composição dos tribunais e o acesso à magistratura, independentes de qualquer poder político<sup>116</sup>.

Entre suas teses, figuravam ainda a supressão de impostos de exportação, de transmissão de propriedade e de todos os tributos que pudessem dificultar a produção e a circulação de riqueza; o aumento dos investimentos no setor educacional; o respeito à autonomia municipal, a sanção de leis que possibilitassem o progresso moral e material dos trabalhadores, protegendo suas atividades<sup>117</sup>.

Ao defender a forma de governo a ser adotada pelo PL, Assis Brasil:

---

<sup>113</sup> NOLL, Maria I. *O Contexto político revolucionário de 1930 e a unificação dos partidos rio-grandenses (1928-1930)*. In: TRINDADE. Op. Cit. p. 33.

<sup>114</sup> TRINDADE, Hégio. *Aspectos Políticos do Sistema Partidário Republicano Rio-grandense (1882-1937). A reconciliação das oligarquias e a rearticulação partidária no após-30*. In: ANTONACCI, Maria A. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 168.

<sup>115</sup> TRINDADE, Hégio. Op. Cit. p. 168.

<sup>116</sup> TRINDADE, Hégio. Op. Cit. p. 168.

<sup>117</sup> Idem. *Ibidem*



Não devemos copiar o sistema de gabinete da Inglaterra, nem o presidencialismo de Norte América. Já é tempo de provar que o Brasil tem capacidade bastante para criar uma constituição, isto é, forjar uma constituição original, em vez de moldá-la, como matéria plástica, em formas estranhas ao gentio da nacionalidade. Norte América era uma colônia inglesa, mas não adotou o padrão institucional anglo-saxônico; fez o seu, conforme a índole, e as indiosincracias e o temperamento coletivo. Não sejamos, nem macacos da Inglaterra, nem macacos dos Estados Unidos<sup>118</sup>.

Com a eleição de Getúlio Vargas para a presidência do Rio Grande do Sul, em 1928, o PL abandonou a oposição sistemática aos republicanos. Tendo à sua frente Batista Lusardo, o partido via na figura de Vargas uma possibilidade de um governo mais “liberal<sup>119</sup>”, que se aproximava das suas próprias aspirações políticas. Nessa época, Lusardo ainda não vislumbrava divergências suficientes entre o seu partido e o governo, no que dizia respeito à política, economia, principalmente nas questões de assistência à pecuária<sup>120</sup>. Vale lembrar que tanto o PL, quanto o PF eram compostos de políticos da região da campanha do estado.

A aproximação das eleições para a presidência da República para o período de 1930-1934 gerou um clima de cisão entre Minas Gerais e São Paulo, em função da “quebra” do pacto firmado entre esses dois Estados, conhecida como a “política-café-com-leite<sup>121</sup>”.

Nessa ocasião, os políticos rio-grandenses estavam então divididos entre apoiar o candidato indicado pelo atual presidente ou apoiar o candidato de Minas Gerais, Antônio Carlos, havendo, nesse caso, a possibilidade de uma candidatura para esse estado, na pessoa de Getúlio Vargas<sup>122</sup>.

Visando fortalecer a oposição efetuada por Minas Gerais ao governo federal, os políticos rio-grandenses viram a possibilidade de apoiar um candidato do Rio Grande do Sul e de uma aliança entre os rivais, PRR e o PL.

---

<sup>118</sup> NOLL, Maria I. *O Contexto político revolucionário de 1930 e a unificação dos partidos rio-grandenses (1928-1930)*. In: TRINDADE. Op. Cit. p. 34.

<sup>119</sup> NOLL, Maria I. *O Contexto político revolucionário de 1930 e a unificação dos partidos rio-grandenses (1928-1930)*. In: TRINDADE. Op. Cit. p. 34.

<sup>120</sup> NOLL, Maria I. *O Contexto político revolucionário de 1930 e a unificação dos partidos rio-grandenses (1928-1930)*. In: TRINDADE. Op. Cit. p. 34.

<sup>121</sup> “Política café-com-leite” foi como se batizou na época o acordo político firmado entre os estados de Minas Gerais e São Paulo, segundo o qual, após cada mandato, o presidente da República demissionário, deveria indicar para o seu lugar um candidato do estado oposto ao seu. Pacto quebrado por Washington Luís ao impor a candidatura de Júlio Prestes de Albuquerque, paulista para seu sucessor, e não de um mineiro.

<sup>122</sup> Idem. Ibidem.

Em agosto de 1929, o diretório central do PL reuniu-se em Bagé e decidiu apoiar o movimento de Minas Gerais. Getúlio Vargas, nessa ocasião, enviou um representante à reunião, negociando o apoio de Assis Brasil, em troca de algumas teses defendidas por esse partido, dentre elas a anistia e a representação do voto.

Ainda nesse mês, criou-se no Rio Grande do Sul a chamada FUG, formada por integrantes dos dois maiores partidos do Estado: o PRR e o PL. Objetivo principal dessa frente única foi garantir a eleição de um político rio-grandense para a presidência da República<sup>123</sup>. A FUG se tornaria uma das principais bases de apoio à AL<sup>124</sup>.

Hélgio Trindade, em sua obra *Poder Legislativo e Autoritarismo no Rio Grande do Sul: 1891-1937* entende que “este grupo político que foi unificado sob a sigla da FUG pró-candidatura Vargas, foi elemento chave nos primeiros tempos que se seguiram à tomada do poder pela coalizão revolucionária<sup>125</sup>”.

Com relação à origem da Aliança Liberal, Noll enfatiza os motivos desencadeadores de sua criação:

A origem da Aliança Liberal é clara e em nada difere das demais conjunturas em que se formou uma candidatura de oposição, como em 1922. O ponto de partida foi o desentendimento regional havido entre Minas Gerais e São Paulo a propósito da renovação do mandato de presidente da República. A iniciativa de articular uma candidatura de oposição partiu, formalmente, de Antônio Carlos, presidente de Minas Gerais. Porém a adesão de um grande estado, no caso o Rio Grande do Sul, dependia de concessões bastante concretas. Para lançar o Rio Grande do Sul em uma contenda que representaria uma ruptura com o governo federal e a perda das vantagens que isso significava, era necessário oferecer ao estado à própria presidência. Em junho de 1929, criou-se a Aliança Liberal, com a candidatura de Getúlio Vargas e com o apoio de um pequeno estado, a Paraíba, a quem foi oferecida a vice-presidência<sup>126</sup>.

Parece claro que a criação da Aliança Liberal teve como principal propósito o interesse em alterar o *status quo* em que as oposições viam-se alijadas e excluídas do poder, tendo como principal objetivo a vitória nesta disputa pela tomada do poder no Brasil, fato que veio a ocorrer quando da perpetração do golpe de 1930 e da ascensão de Getúlio Vargas ao poder do Governo Provisório.

---

<sup>123</sup> ABREU, Alzira Alves; BELOCHI, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando e LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós 1930*. Rio de Janeiro: FGV/Editora, 2001. v. IV p. 4329.

<sup>124</sup> Idem. *Ibidem*.

<sup>125</sup> TRINDADE, Hélgio. *Poder Legislativo e Autoritarismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: editora SULINA, 1980. p. 301.

<sup>126</sup> NOLL, Maria Izabel. *A Revolução de 1930 e a construção da nova ordem*. Passo Fundo. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; FÉLIX, Loiva Otero (Orgs.) *RS: 200 ANOS. DEFININDO ESPAÇOS NA HISTÓRIA NACIONAL*. Passo Fundo: UPF EDITORA, 2002. pgs. 117-118.

Moacyr Flores, em seu livro: “*Dicionário de História do Brasil*”, define a Aliança Liberal da seguinte forma:

Agremiação político-partidária selada secretamente por João Neves da Fontoura e os mineiros Francisco Campos e José Bonifácio no Hotel Glória, RJ, em 17.06.1929. Anunciada oficialmente na Câmara dos Deputados, a 5.8.1929, por José Bonifácio, irmão do governador de Minas Gerais, Antônio Carlos de Andrada. A Aliança reuniu a dissidência oligárquica em diversos estados, liderada pelo Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, em apoio às candidaturas de Getúlio Dornelles Vargas e João Pessoa à presidência da República, em oposição à chapa de Júlio Prestes e Vital Soares. A plataforma eleitoral da Aliança, escrita por Lindolfo Collor, defendia a reforma eleitoral com voto secreto e justiça eleitoral, liberdade de pensamento e imprensa, saneamento administrativo, anistia aos rebeldes de 1922-24, direito à aposentadoria, leis de férias, regulamento do trabalho feminino e infantil. A derrota dos candidatos da Aliança na eleição de 1º. 2.1930, deu origem à Revolução que derrubou as antigas oligarquias e colocou Getúlio Vargas no poder<sup>127</sup>.

Nas eleições para presidente da república, venceu o candidato indicado por Washington Luis. Este, porém, não tomou posse,<sup>128</sup> visto que o assassinato, no Recife, de João Pessoa, candidato a vice-presidente na chapa de Vargas, mudaria o curso dos acontecimentos.

Segundo Grijó, tal episódio serviu politicamente para acirrar ainda mais as animosidades existentes no país:

O assassinato de João Pessoa foi explorado largamente pelos que pregavam o levante armado. A conjuntura que até então parecia desfavorável a eles (Borges, antes da morte de Pessoa, teria mesmo enviado “aos chefes locais (do PRR) uma carta circular dando por extinta” a Frente Única dos partidos rio-grandenses), levou-os a intensificar a ofensiva em favor de sua oposição<sup>129</sup>.

A utilização política da morte de João Pessoa foi o motivo que os políticos opositores precisavam para desencadear o levante armado de 1930. E é assim interpretado por Boris Fausto em seu livro “*Perfis Brasileiros: Getúlio Vargas*”:

A articulação revolucionária ganhou ímpeto com o assassinato de João Pessoa no Recife. O crime não tinha razões políticas, mas se prestou a uma grande exploração dessa natureza. Getúlio, na presidência do Rio Grande, acabou por aderir à conspiração, tratando de dissimular seu envolvimento. Pela primeira vez assumia a perspectiva de ruptura da ordem estabelecida, ele, que estivera sempre ao lado do poder, nas lutas renhidas da política rio-grandense. Não foi por acaso que 3 de outubro, início da revolução, foi também a data inicial de um diário seu que se prolongaria até o fim de 1941<sup>130</sup>.

---

<sup>127</sup> FLORES, Moacyr. Op. Cit. p. 33.

<sup>128</sup> FLORES, Moacyr. Op. Cit. p. 607.

<sup>129</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. Op. Cit. p. 315.

<sup>130</sup> FAUSTO, Boris. *Perfis Brasileiros – Getúlio Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.39.

A oposição, descontente com os rumos que se davam às eleições, soube aproveitar muito bem o episódio. A morte de João Pessoa, que se especulava tratar-se de um crime passional, foi utilizada como motor para mobilizar as oposições em todo o país, culminando com a perpetração da revolução de 1930, dando fim à chamada República Velha, iniciando o Governo Provisório, que permaneceria no poder até 1937, quando se instaurou o Estado Novo.

É então executada a revolução em 1930, por meio da qual Getúlio Vargas ascendeu ao poder, amparado por vários políticos rio-grandenses de sua confiança, egressos dos PRR e PL, dentre eles Flores da Cunha, João Neves da Fontoura, Maurício Cardoso e Batista Lusardo<sup>131</sup>. Estes se aliaram em torno do nome Getúlio Vargas, a fim de darem uma base de sustentação ao golpe, e também visando ascenderem ao poder.

Em 24 de outubro de 1930, uma Junta Governativa composta por militares derrubou Washington Luiz. Getúlio Vargas, então, enviou ao Rio de Janeiro Oswaldo Aranha e Lindolfo Collor para se encontrarem com a Junta<sup>132</sup>. Estes conseguiram que os militares concordassem em entregar o governo a Vargas que, em 31 de outubro, chegou ao Rio de Janeiro e assumiu o Governo Provisório em 3 de novembro.<sup>133</sup>

Nesta ocasião, segundo observa Grijó, quando das comemorações, algo bem típico dos “gaúchos” ocorreu no Rio de Janeiro:

No dia da posse as “comemorações” a ela vinculadas possibilitaram o ato mais caricatural deste movimento em sua vinculação com o citado regionalismo salvacionista. A lógica do “Rio Grande, de pé, pelo Brasil”! ”E do “rio-grandizar o Brasil” findou por permanecer fixada na fotografia dos cavalos que os filhos de Flores da Cunha e outros “gaúchos” ataram ao obelisco da Avenida Rio Branco<sup>134</sup>.

Ao tomar posse do Governo Provisório, Getúlio Vargas faz um resumo do seu programa de reconstrução nacional, composto de dezessete itens:

- 1 – Concessão de anistia;
- 2 – Saneamento moral e físico, extirpando ou inutilizando os agentes da corrupção;
- 3 – Difusão intensiva do ensino público, principalmente técnico-profissional;
- 4 – Instituição de um Conselho Consultivo, composto de personalidades eminentes e sinceramente integradas na corrente de idéias novas;
- 5 – Nomeação de comissões de sindicância para apurarem a responsabilidade dos governos depositos e de seus agentes, relativamente ao emprego dos dinheiros públicos;
- 6 – Remodelação do Exército e da Armada, de acordo com as necessidades da defesa nacional;

---

<sup>131</sup> FAUSTO, Boris. Op. Cit. p. 39.

<sup>132</sup> Idem Ibidem.

<sup>133</sup> Idem Ibidem.

<sup>134</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. Op. Cit. p. 320.

- 7 – Reforma do sistema eleitoral, tendo em vista principalmente a garantia do voto;
- 8 – Reorganização do aparelho judiciário no sentido de tornar a independência moral e material da magistratura, que terá competência para conhecer o processo eleitoral em todas as suas fases;
- 9 – Feita a reforma eleitoral, consultar a Nação sobre a escolha de seus representantes;
- 10 – Consolidação das normas administrativas com o intuito de simplificar a confusa e complicada legislação vigente;
- 11 – Manter uma administração de rigorosa economia, cortando todas as despesas improdutivas e suntuárias;
- 12 – Reorganização do Ministério da Agricultura;
- 13 – Intensificar a produção pela policultura e adotar uma política internacional de aproximação econômica, facilitando o escoamento das nossas obras exportáveis;
- 14 – Rever o sistema tributário de modo a amparar a produção nacional, abandonando o protecionismo dispensado às indústrias artificiais, que não utilizam matéria-prima do País, e mais contribuem para encarecer a vida e fomentar o contrabando;
- 15 – Instituir o Ministério do Trabalho, destinado a superintender a questão social, o aparo e a defesa do operariado urbano e rural;
- 16 – Promover, sem violência, a extinção progressiva do latifúndio, protegendo a organização da pequena propriedade, mediante a transferência direta de lotes de terras de cultura ao trabalhador agrícola, preferencialmente ao nacional, estimulando-o a construir, com as próprias mãos, em terra própria, o edifício da sua propriedade;
- 17 – Organizar o plano ferroviário e rodoviário para todo o País<sup>135</sup>.

Com a vitória do movimento revolucionário de 3 de outubro, como ficou conhecido, o diretório do PL reuniu-se para decidir sobre a orientação a ser seguida no tocante à chefia do Governo Provisório. Assis Brasil era favorável à entrega do governo a Vargas, como chefe unipessoal<sup>136</sup>. Raul Pilla, por sua vez, defendia a idéia de uma junta governativa provisória, à qual seria atribuída a preparação rápida de eleições honestas e a convocação de uma assembléia constituinte<sup>137</sup>. Ao final, Assis Brasil conseguiu impor a sua posição, convencendo o diretório a aceitar Vargas como presidente provisório<sup>138</sup>.

Com a posse de Vargas como chefe do Governo Provisório, alguns políticos do PL passaram a ocupar cargos importantes: Batista Lusardo foi nomeado chefe de polícia do Distrito Federal; Assis Brasil assumiu a pasta do Ministério da Agricultura; Raul Pilla assumiu a chefia do partido<sup>139</sup>.

Um dos principais motivos que levaram os libertadores a apoiarem a revolução de 1930 foi a promessa de Vargas de que, após assumir o governo provisório, marcaria

---

<sup>135</sup> SILVA, Hélio. CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. Op. Cit. p. 32.

<sup>136</sup> Idem Ibidem.

<sup>137</sup> SILVA, Hélio. CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. Op. Cit. p. 32.

<sup>138</sup> Idem. Ibidem.

<sup>139</sup> Idem. Ibidem.

a data para as eleições Constituintes. Porém como este protelava ao máximo tal promessa, tal atitude passou a desagradar alguns dos libertadores mais radicais, dentre eles Raul Pilla, Lindolfo Collor e Batista Lusardo.

Trindade intensifica a sua análise sobre a Frente Única Gaúcha nos primeiros tempos do Governo Provisório após o golpe de 1930, e antecipa as animosidades que estão por vir, em que pese o retardamento da reconstitucionalização do país, por parte de Vargas:

Tais políticos, empenhados na desmontagem da máquina legitimadora da “política dos governadores” e frente aos graves problemas nacionais originários, em parte da crise econômica que o país atravessava, os rio-grandenses apoiaram Vargas numa política que concentrava o poder no executivo e conseqüentemente anulava o legislativo como instituição, sob o pretexto de que as medidas que a situação requeria que fossem implementadas exigiam rapidez nas decisões. Portadores, entretanto, de arraigada tradição parlamentar mesmo sob condições adversas para um dos grupos, como foi durante anos mais radicais do castilhismo borgista – os líderes, tanto Raul Pilla como Borges de Medeiros, iniciaram uma campanha no sentido de conduzir o governo federal à reconstitucionalização do país <sup>140</sup>.

Raul Pilla e Borges de Medeiros pregaram a constitucionalização do país, inicialmente com a idéia de que deveria haver um interventor para o estado de São Paulo que fosse do agrado dos políticos oposicionistas daquele Estado, além de ser marcada a data para as eleições constituintes.

Já num segundo momento, mesmo sendo nomeado um interventor para aquele Estado do agrado dos oposicionistas, Pilla e Borges de Medeiros entendiam que o caminho para a revolução já estava traçado e não havia como retroceder.

Os libertadores renunciaram aos cargos que ocupavam e rumaram para o Rio Grande do Sul, a fim de começarem a articular com o PRR uma revolução para depor Vargas. Tal revolta foi conhecida como revolução Constitucionalista – a qual analisaremos, no capítulo 2, mais detidamente – também contou com o apoio dos paulistas e dos mineiros. Porém, os revoltosos foram facilmente vencidos e as lideranças do movimento foram exiladas.

O PL passou a fazer uma forte oposição a José Antônio Flores da Cunha, o qual, inicialmente, fora nomeado interventor federal por Getúlio Vargas, e, posteriormente, eleito governador nas eleições de 1934.

---

<sup>140</sup> Idem. Ibidem.

As primeiras animosidades se deram por conta da acusação feita pelos libertadores de que Flores da Cunha, embora tenha se comprometido a colaborar com armas para a revolução Constitucionalista, no último momento preferiu permanecer ao lado de Vargas. Depois, por excluir da política rio-grandense os políticos, tanto do PL, quanto do PRR, do qual ele era oriundo, tendo em vista que, após os episódios ocorridos em 1932, criou o PRL, agregando a ele políticos dissidentes dos dois partidos acima citados.

Foi nesse contexto que Flores da Cunha, ao se manter ao lado de Getúlio Vargas em 1932, em detrimento das frentes-únicas rio-grandenses e paulistas, passou a contar com uma forte oposição, tendo que adotar várias estratégias para governar. Dentro dessas estavam os “corpos provisórios” e os “corpos rodoviários”, bem como o aparato bélico da Brigada Militar, que, nessa época, contava com armamentos de que nem o Exército dispunha.

No segundo capítulo, analisaremos a formação do PRL o desempenho eleitoral do PRL nas eleições de 1933, 1934 e 1935, sob a ótica da imprensa da região norte do Rio Grande do Sul, bem como alguns acontecimentos decorrentes dessas eleições.

## 2. A FORMAÇÃO DO PARTIDO REPUBLICANO LIBERAL E O TESTE DAS URNAS (1933-35)

### 2.1 - Flores da Cunha e a formação do Partido Republicano Liberal

Ao assumir como interventor, Flores encontrou o tesouro público sem verba e 50 mil contos de bônus para financiar a revolução<sup>141</sup>. Flores da Cunha aproveitou a falência do Banco Pelotense para encampar seu ativo e passivo, apropriando-se de enorme patrimônio, em imóveis e contas a receber, comprometendo-se a pagar os credores com apólices em longo prazo,<sup>142</sup>.

Segundo Lagemann, “foram efetivamente os bancos gaúchos que mais sentiram a crise que se generalizou na economia regional, nacional e mundial<sup>143</sup>”. Ainda, segundo ele:

Além das suspensões dos Bancos Pelotense e Popular, observava-se que, à exceção do Banco Pfeiffer, recentemente reforçado por aporte de capital social oriundo do alto comércio porto-alegrense, todos os demais bancos viram reduzidos os seus depósitos, inclusive o banco oficial do estado. Mais do que isso, nos dois tradicionais bancos, o da Província e Nacional do Comércio, manteve-se por alguns anos essa redução de depósitos<sup>144</sup>.

Essa medida utilizada pelo Interventor Federal no Rio Grande do Sul teria sido uma saída para tentar colocar as contas públicas em ordem, respeitando as prioridades que ele julgava necessárias, evitando qualquer tipo de choque de interesses entre ele e Getúlio Vargas.

Nesse sentido, Maria Eloísa Cavalheiro afirma:

Flores da Cunha representou a permanência dos setores ligados à agropecuária no poder, levando a que o Estado cumprisse a sua função básica de regulamentar o funcionamento da sociedade; assim, deu continuidade às relações que conservavam os senhores de terra e gado como classe dominante, de forma a recuperar as finanças do estado do Rio Grande do Sul<sup>145</sup>.

Uma das promessas do Governo Provisório era constitucionalizar o Brasil. Porém, passados os primeiros tempos de ajustes e de euforia, Vargas foi protelando o

---

<sup>141</sup> FLORES, Moacyr. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1988, p. 120.

<sup>142</sup> Idem *ibid*.

<sup>143</sup> Idem. p. 246.

<sup>144</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>145</sup> CAVALHEIRO, Maria Eloísa. *Imprensa e Poder: o caso sui generis de Carazinho-RS*. Passo Fundo: UPF Editora, 2005. p. 32.



anúncio das eleições constituintes, gerando grande frustração em políticos de seu partido e nos de oposição que se uniram a ele por ocasião da revolução.

Segundo Noll, o afastamento de políticos gaúchos que deram suporte para que Getúlio Vargas pudesse dar o golpe em 1930, deu-se da seguinte forma:

O Grupo político gaúcho unificado pela sigla da Frente Única (FUG) pró-candidatura de Vargas, foi elemento chave nos primeiros tempos em que se seguiram à tomada do poder pela coalizão revolucionária. Empenhados na desmontagem da máquina legitimadora da “política dos governadores” e frente aos graves problemas nacionais originários, em parte, da crise econômica que o país atravessava, os rio-grandenses apoiaram Vargas numa política que concentrava o poder no executivo e conseqüentemente anulava o legislativo como instituição, sob o pretexto de que as medidas que a situação requeria que fossem implementadas exigiam rapidez nas decisões. Portadores, entretanto, de uma arraigada tradição parlamentar mesmo sob condições adversas para um dos grupos, como foi durante os anos mais radicais do castilhismo borgista – os líderes, tanto Raul Pilla como Borges de Medeiros, iniciaram uma campanha no sentido de conduzir o governo federal à reconstitucionalização do país. Este posicionamento tendeu a afastar a direção mais ortodoxa da Frente Única do Governo Provisório – este, inclinando-se mais a um entendimento com o grupo tenentista defensor de uma política centralizante e autoritária provocando, dentro do Rio Grande do Sul, a partir do início de 1932, uma cisão entre os partidos tradicionais – o PRR e o PL<sup>146</sup>.

Os acontecimentos que cercavam o Governo Provisório, bem como a exclusão política daqueles que se engajaram na Revolução de 1930, geraram um descontentamento geral. Aliado a isso o fato de se protelar a data para as eleições constituintes fez com que muitos políticos rio-grandenses renunciassem aos cargos que ocupavam e passassem a conspirar contra Getúlio Vargas.

Descontentes com a situação ocorrida no Distrito Federal, quando do empastelamento do Diário Carioca, e com a solução que Vargas dispensava para o país, Raul Pilla e Borges de Medeiros endereçaram um telegrama para o chefe do Governo Provisório, no qual dão o seu irrestrito apoio aos políticos rio-grandenses que se demitiram: Maurício Cardoso; Lindolfo Collor; Batista Lusardo e João Neves da Fontoura.

Entendiam, Borges e Pilla, que ficariam os dois partidos rio-grandenses inibidos de dar ao Governo o concurso individual de outros quaisquer de seus membros posto que esta abstenção não traduzira o intuito nem tinha sentido de uma oposição sistemática.

---

<sup>146</sup> NOLL, Maria Izabel, in TRINDADE, Héglio. *Poder Legislativo e Autoritarismo no Rio Grande do Sul – 1891-1937*. Porto Alegre: Editora Sulina, 1980. p. 301.

Estes partidos manifestaram claramente as suas opiniões ante a situação e entendiam que a violência e o terrorismo estavam tomando conta da capital federal, e tendiam a se espalhar por todo o país, não acreditando eles que as “classes armadas”, na sua expressão coletiva, nem mesmo a imensa maioria dos seus membros, pactuassem com essas tendências extremistas que a “consciência da Nação repelia e verberava”.

Após deliberarem, os chefes dos dois partidos rio-grandenses, enviaram para Getúlio Vargas algumas sugestões que lhes pareciam capazes de “prevenir males maiores, tranqüilizando a opinião e consolidando o conseqüente fortalecimento do seu Governo, cuja estabilidade só tinha razões para desejar”.

Tais sugestões por eles enviadas foram as seguintes:

Primeiro – Sem prejuízo da ação disciplinar contra militares porventura implicados no atentado contra as oficinas do “Diário Carioca”, a presidência dos inquéritos para apuração das responsabilidades nesse crime será deferida a um membro do Supremo Tribunal, escolhido, conforme este, ficando o mesmo magistrado com amplos poderes para praticar todas diligências que lhe parecer necessárias à completa elucidação da verdade, inclusive propor a suspensão de qualquer autoridade ou funcionário indiciado;

Segundo – Restauração imediata da seção *segunda* do título quarto da Constituição de 24 de fevereiro de 1891;

Terceiro – Decretação, com possível brevidade, de uma lei que, mantendo e garantindo a ampla liberdade de imprensa, torne efetiva a responsabilidade dos autores de escritos e editores de publicações periódicas, proibindo o anonimato;

Quarto – Nomeação imediata de uma Comissão de notáveis para a elaboração do projeto de Constituição, que será entregue à apreciação pública e enviado com as emendas que forem recebidas, à Assembléia Constituinte;

Quinto – Providências administrativas imediatas para que tenhas lograr no prazo do decreto o início do alistamento eleitoral em todo o território da República, prosseguindo regularmente ao respectivo processo na forma da lei e marcando-se, desde já, em decreto a data da eleição à Constituição. Eleição que deverá realizar-se ainda dentro deste ano.

Sexto – Durante o período pré-constitucional assumirá o Governo Provisório em nome da União a responsabilidade das dívidas dos Estados, que, a juízo dele, forem consideradas insoldáveis, providenciando para sujeitá-lo daí em diante a um plano orgânico que lhes assegure a restauração financeira;

Sétimo – O Governo Provisório organizará com técnicos necessários um Conselho que estabeleça em novos moldes mais condizentes com a experiência a discriminação das rendas entre a União os Estados e os Municípios e fixe-se as bases para reconstrução econômica e financeira do país<sup>147</sup>.

Pilla e Borges avaliavam que estas eram as sugestões que lhes cumpria apresentar, sem o prejuízo do estabelecimento de outros itens anteriores que consubstanciasse o mínimo das aspirações da opinião rio-grandense em face do momento político vigente. Segundo eles, o chefe do Governo Provisório convocaria os líderes das diversas correntes revolucionárias e com eles organizaria um plano de ação

---

<sup>147</sup> CPDOQ/FGV A DATA GV C 1932. 03.18/3.

governamental para, completando as medidas por eles sugeridas, terem execução no período anterior ao reinício do regime constitucional.

Em resposta, Getúlio Vargas declarou que “só assumiria compromissos sobre aquilo que pudesse realizar e satisfeitas as condições necessárias para a sua realização<sup>148</sup>”.

Em carta enviada a Maurício Cardoso, Getúlio Vargas, acusava:

o recebimento de um telegrama descortês, cheio de censuras, redigido em tom de intimidação, logo publicado e ainda expedido em forma circular aos Ministros e Interventores, tudo com enorme espalhafato, dando a impressão de que me queriam humilhar perante a opinião do país<sup>149</sup>.

Vargas comentava que “não compreendia como semelhante documento fosse subscrito por um homem ponderado e experiente qual Borges<sup>150</sup>” e que “predominou nas decisões a opinião dos extremistas”. O ambiente, segundo ele, “estava saturado de prevenção e hostilidade, e apenas aproveitou o ensejo para explodir”.

O jornal “A Noite” publicou a informação de que os libertadores haviam resolvido romper com Vargas e tinham feito ligações com São Paulo, aconselhando a formação de uma frente única contra ele. Aliados a isso, os ataques e censuras ao jornal “O Estado do Rio Grande” faziam crer que a frente única estava se formando entre o Rio Grande do Sul e São Paulo. Prova disso, segundo Vargas, a “má vontade do Diretório Libertador para com ele é a reiteração de crítica e restrições que, há muito, vinha fazendo ao Governo Provisório.”

A “verdade indisfarçável”, segundo Vargas, era que havia se criado, entre o Governo Provisório e os partidos do Rio Grande do Sul, um “ambiente de desconfiança recíproca”, que segundo ele ainda, não sabia “se o tempo iria destruir”.

Vários destes políticos romperam com Vargas e passam a exigir a imediata reconstitucionalização do país. Esta questão, aliada à questão paulista, foi a principal bandeira levantada por estes políticos rio-grandenses, (FUG) que, aliados à Frente Únicos Paulista, fomentaram a Revolução Constitucionalista de 1932.

---

<sup>148</sup> Carta de Getúlio Vargas enviada a Flores da Cunha. CPDOQ/FGV. Petrópolis, 23 de março de 1932.

<sup>149</sup> Carta de Getúlio Vargas enviada a Maurício Cardoso. CPDOQ/FGV. Rio de Janeiro, 26 de março de 1932.

<sup>150</sup> Carta de Getúlio Vargas enviada a Maurício Cardoso. CPDOQ/FGV. Rio de Janeiro, 26 de março de 1932.

Segundo Love, “o maior erro político de Vargas, nesse período, foi entregar São Paulo aos tenentes, conseqüentemente isolando e unindo os paulistas que, unissonamente reclamaram por governo próprio<sup>151</sup>”.

E prosseguia, entendendo que:

Os paulistas não estavam dispostos a esperar indefinidamente pelo governo próprio e pela reconstitucionalização, e a 9 de julho de 1932 levantaram-se contra Vargas. Acreditaram poder contar com o apoio do Rio Grande, Minas e os elementos anti-tenentistas do Exército. No final das contas, o único apoio importante que conseguiram do Exército veio das tropas federais estacionadas em São Paulo. A resposta de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul foi desastrosa aos rebeldes. Flores da Cunha que fora nomeado interventor do Rio Grande, controlou a Brigada Militar gaúcha e, apesar de suas amostras prévias de simpatia pelo movimento paulista, preferiu ficar com Vargas<sup>152</sup>.

Nesse contexto, Batista Lusardo, a exemplo de outros políticos rio-grandenses que faziam parte da Frente Única Gaúcha, exonerou-se do cargo que ocupava junto ao Governo Provisório, como Chefe de Polícia e passou a conspirar, ao lado de Borges de Medeiros e junto com São Paulo, para depor Getúlio Vargas, e chamar as eleições constituintes.

Os paulistas, entretanto, não estavam contentes com a solução inicial adotada por Vargas para o governo do Estado. As reclamações desses políticos eram no sentido de eles não terem sido consultados com relação ao nome do interventor escolhido para governar aquele Estado. E, pior, tal governante não era paulista.

Concomitante a isso, a demora deliberada na fixação da data para as eleições Constituintes fez com as Frentes Únicas do Rio Grande do Sul e de São Paulo se unissem e alinhavassem os termos para a realização de uma revolução para pôr fim a tal situação. Esta Revolução ficou conhecida como Constitucionalista, a qual foi facilmente sufocada pelo governo federal, em São Paulo e no Rio Grande do Sul.

Uma correspondência entre João Neves e Lindolfo Collor retrata bem essa situação:

Fiz-lhe ver que a paz no Brasil não dependia apenas da fixação de data das eleições, mas da solução paulista a contento da frente única, com a qual a nossa estava virtualmente aliada. Respondeu-me que dera ao Toledo carta branca para organizar o governo como quisesse e com os nomes que entendesse melhor. Apenas recomendara que não figurassem perrepistas que já houvessem tido mandatos na ultima câmara e Senado. Quanto aos democráticos não fizera a menor restrição – todos serviam. Achei razoável a primeira restrição, os próprios perrepistas a fazem. Não sei, entretanto, si os paulistas quererão

---

<sup>151</sup> NOLL, Maria Izabel, in TRINDADE, Hélió. Op. Cit. p.270.

<sup>152</sup> Idem, ibidem.

aceitar o Toledo como cabeça de governo. Essa é a dificuldade. Nossa união com eles já está assentada. Acaba de chegar o Julinho Mesquita com plenos poderes para firmar o entendimento. Fal-o-ei amanhã. Com Minas não é possível acordo definitivo. As facções estão apenas recobertas pelo rotulo comum. Entredevoram-se ainda os chefes. Pelo Glycério, terá o quadro exato. De qualquer forma Bernardes está definitivamente ajustado conosco para todos os rumos. Ontem Mario Brant visitou-me longamente. Estamos entendidos<sup>153</sup>.

As amarrações entre as Frentes Únicas Gaúchas e Paulistas estavam cada vez mais próximas de um acordo, além das forças políticas de outros Estados. Noutra carta a Lindolfo Collor, João Neves da Fontoura alegava contar com a maior força política que o Rio Grande do Sul jamais teve<sup>154</sup>. Ressaltou a aliança com São Paulo e com outros Estados da federação, como Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Bahia, Espírito Santo, Alagoas, Maranhão, Mato Grosso<sup>155</sup>.

Segundo ele:

Ao lado desta formidável organização política, que está praticamente feita, bem compreenderas a força militar que ela representa, capaz de servir de sanção á palavra empenhada pela ditadura. Devo dizer-te que aqui se conspira furiosamente – dos generais aos sargentos – A ditadura está isolada, e, a meu ver, vivendo o desejo que todos têm de evitar maiores lutas e complicações. Creio que ninguém sabe melhor disso do que o Osvaldo<sup>156</sup>.

Esta afirmação sobre o conhecimento de Osvaldo Aranha a tal isolamento da ditadura e o anseio de Vargas protelá-la fez com que ele também rompesse com o Governo Provisório, vindo a ser, em fins de 1932, escolhido como primeiro presidente do PRL. Neste momento, a Frente Única Gaúcha contava com o aceite de Flores de Cunha para a causa revolucionária, sabendo que, sem ele, seria impossível alcançar os objetivos traçados, como consta abaixo:

Há para isso uma única clausura – o Flores é frente do R. Grande unido e orientando todas essas combinações em nome dos dois partidos e da espantosa força militar do nosso Rio Grande. Tem ele nas mãos os destinos do país. Pode salva-lo deste crepúsculo odioso e pode jogar-nos a todos na anarquia. Se ele não se conservar ao leme, com olho de lince, medindo o horizonte, não sei em que dará tudo isso. Meu dever está cumprido. Irei até fim aqui, si ele assumir o comando que lhe cabe nesta hora extremamente grave. Só pelo a vocês que não me sacrifiquem estupidamente, sei vamos entrar em período de hesitações ou confusões. Anseio por terminar a minha missão com êxito e voltar para a sombra, onde quero definitivamente viver. Pensem bem em tudo. Acho urgente que o Dr. Borges volte para aí. Entendo que com o Glycério no Rio Grande,

---

<sup>153</sup> Carta de João Neves da Fontoura para Lindolfo Collor. CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, 5 de Maio de 1932.

<sup>154</sup> Carta de João Neves da Fontoura para Lindolfo Collor. CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, 5 de Maio de 1932.

<sup>155</sup> Carta de João Neves da Fontoura para Lindolfo Collor. CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, 5 de Maio de 1932.

<sup>156</sup> Carta de João Neves da Fontoura para Lindolfo Collor. CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, 5 de Maio de 1932.

Flores, Borges, Assis, Pilla e vocês, deveriam ter um decisivo entendimento. Nada de prestações. Mostra esta carta ao Flores, a quem eu pretendia escrever hoje, mas não tenho mais tempo de fazê-lo. Confio em VV. Não se deixe levar por conversas fiadas. A máquina da opinião está resfolegando nos trilhos<sup>157</sup>.

No Rio Grande do Sul, as tratativas para um apoio para São Paulo eram costuradas. Lideranças dos dois partidos políticos de maior expressão no Rio Grande do Sul, PL e PRR, alinhavam um acordo, com vistas a dar apoio à revolução Constitucionalista, conforme a seguinte carta:

Quanto a nós, os rio-grandenses, não podemos fazer obra conveniente aos nossos nobres interesses desligados dos paulistas, não só porque foi o caso de São Paulo a matriz verdadeira das nossas atitudes de resistência á ditadura, como porque sejam nos aliarmos com São Paulo acabaremos isolados da opinião brasileira, como já estamos da ditadura.

Contando com o aparato bélico do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha tinha à sua disposição, além da Brigada Militar, os corpos provisórios, que foram fiéis a ele em 1930 e em outras ocasiões, o que a garantia êxito em tal empreitada, aumentava, como atesta a carta:

Por outro lado, o Flores assumiria o papel de fiador da ordem material de São Paulo, pela convicção que daria aos paulistas, de que o Rio Grande os atacaria si, depois disso, eles pretendessem convulsionar o país<sup>158</sup>.

Oswaldo Aranha, em visita a João Neves, confia-lhe sobre a demora de Getúlio Vargas, visto que este “não estaria definitivamente resolvido a assinar o decreto marcando a data das eleições. O ditador disse que não se opunha a assinar o decreto, mas que procurassem um substituto para ele a fim de assiná-lo<sup>159</sup>”.

Dando seguimento às tratativas de entendimento entre as frentes únicas de São Paulo e Rio Grande do Sul. João Neves enviou para Borges de Medeiros, Raul Pilla e Flores da Cunha uma carta, dando conhecimento de um entendimento preliminar entre São Paulo e Rio Grande do Sul, a partir de uma reunião ocorrida entre delegados das duas frentes únicas.

---

<sup>157</sup> Carta de João Neves da Fontoura para Lindolfo Collor. CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, 5 de Maio de 1932.

<sup>158</sup> Carta de João Neves da Fontoura para Lindolfo Collor. CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, 5 de Maio de 1932.

<sup>159</sup> Carta de João Neves da Fontoura para Lindolfo Collor. CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, 5 de Maio de 1932.

A situação geral do país era tão frágil e as incertezas tão grandes, que julgavam que essa aliança era a única base estável para sobre ela se reconstruir “o edifício da ordem civil e política do Brasil<sup>160</sup>”.

As duas frentes únicas decidiram pela separação da ditadura e não colaboração com ela. Com tal atitude, o Rio Grande do Sul (pelo menos a FUG) se obrigava a manter e a não sair dela sem a prévia anuência de São Paulo. Por sua vez, São Paulo também se comprometia a não fazer qualquer entendimento político sem a aquiescência do Rio Grande do Sul.

Nesta ocasião, havia uma aliança preliminar também alinhavada, tanto que Minas Gerais recusou a pasta da Justiça em carta pública. A recusa teve a mais alta expressão de sua nenhuma confiança na ditadura. Nem se diga que no final da carta a comissão mista reitera a sua inteira solidariedade ao Governo Provisório. Tal declaração nada inova no *status quo*, pois Minas já tinha dois ministros e não retirara por ocasião da crise última.

A recusa da pasta da Justiça teve tal significação que Virgílio de Mello Franco, segundo publicado em jornais da época, desligou-se da comissão mista, por saber que Bernardes e Wenceslau Braz haviam combinado um entendimento político com o Rio Grande do Sul.

Em carta enviada para Lindolfo Collor, Neves explicou detidamente as combinações políticas já feitas em torno do Rio Grande do Sul na maior parte dos Estados, assegurando uma força verdadeiramente formidável para a futura reconstitucionalização do país.

Porém, este entendimento, para lograr êxito, precisaria da anuência do Rio Grande do Sul, do seu governante e de que os seus chefes os animassem com decisões definitivas. A situação geral não se resolveria apenas com a designação das eleições. O caso paulista era o ponto nevrálgico.

As duas frentes únicas entendiam que somente haveria paz no Brasil quando o estado de São Paulo fosse governado por um político daquele Estado, autonomamente como o Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Segundo os frenteunistas, qualquer ilusão em contrário não tardaria a ser desvanecida pelos fatos. Entendiam os frenteunistas que,

---

<sup>160</sup> Carta de João Neves da Fontoura para Lindolfo Collor. CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, 5 de Maio de 1932.

se não houvesse rumos firmes da parte do Rio Grande do Sul, eles iriam irremediavelmente para o caos, mais dias ou menos dias.

Neves explicava que havia conversado longamente com o Chefe do Governo, que se mostrou reservado quanto ao Rio Grande, não aludindo de um modo geral às pessoas e aos fatos. Getúlio Vargas falou apenas em marchar a passo firme para a constitucionalização. Quanto ao caso de São Paulo, disse que havia dado liberdade a Toledo.

Porém, Neves acreditava que se processava na sombra um movimento contra as atitudes do general Góis, favorável a um entendimento com a frente única paulista. O próprio Getúlio Vargas teria afirmado, segundo João Neves, que o Góis deveria sair do cargo que ocupava no governo. No dia anterior a esta carta, o general Góis havia pedido exoneração e recusado a chefia da casa militar. Acreditava Neves que ele tivesse entrado para o lado dos “vermelhos”.

Entendia João Neves da Fontoura que, sem a solução do problema paulista, nada estaria feito. Seria, segundo ele, uma resolução inevitável. Quanto ao suposto compromisso para uma luta armada, esperava que o exame do material e das informações do Glycério lhe permitisse receber uma palavra definitiva.

Neves ainda dizia, nesta carta:

A pedido dos paulistas, rogo-vos o estabelecimento quanto mais rápido possível de um ementário de diretrizes políticas gerais, bastante flexíveis, e que representem um programa mínimo do Rio Grande em relação à futura carta constitucional. Esse ementário deveria ser calcado em termos sobre o programa do novo partido mineiro. Linhas mestras, apenas. Essas fariam parte do acordo definitivo com São Paulo, o qual deveria conter também declarações mais profundas e externas da aliança política. Trata-se de matéria urgente. Lembro que o Collor e o Pilla estudam o caso. Aprovado o texto, deve-me ser ele enviado sem demora, pois São Paulo o espera<sup>161</sup>.

As Frentes Únicas do Rio Grande do Sul e de São Paulo firmaram, então, compromisso, conhecido como *Entendimento Político Preliminar*, cujo objetivo era procurar dar uma solução para o caso de São Paulo, bem como para a tão esperada constitucionalização do país.

Este *Entendimento Preliminar* consistia numa série de desdobramentos e articulações políticas em que os chefes políticos rio-grandenses seriam ouvidos previamente. As Frentes Únicas dos dois Estados acreditavam que interpretavam o

---

<sup>161</sup> Carta de João Neves da Fontoura para Lindolfo Collor. CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, 5 de Maio de 1932.



sentimento uniforme das suas populações e estavam seguros de que tal momento exigia uma coordenação de esforços cívica, para que o país voltasse o mais rápido possível para os quadros legais.

Segundo essas Frentes Únicas, a aliança somente terminaria quando o primeiro presidente constitucional fosse empossado. Tal *Entendimento Preliminar* vedava qualquer tipo de cooperação com a ditadura, ou seja, com o Governo Provisório de Getúlio Vargas. Elas manteriam a posição atual, firmada em decorrência do chamado *Heptálogo de Porto Alegre*, que pregava o “aprazimento” da Frente Única Paulista com o governo de São Paulo.

Por sua vez, a Frente Única Paulista também não aceitaria qualquer cooperação com a ditadura, sem tomar qualquer compromisso com as outras forças políticas do país, sem a prévia anuência da Frente Única Rio-grandense. Com este “alto espírito público”, sem a “menor consideração personalista ou regionalista, os componentes das duas formações partidárias” esperavam que viesse da articulação de seus esforços o pronto advento do regime constitucional, nos moldes republicanos, terminados em 24 de outubro de 1930 e com os progressos do direito, atingiriam tal intento.

Seguindo nesta direção, as Frentes Únicas Paulista e Rio-grandense<sup>162</sup>:

Certos de interpretar o sentimento unânime das populações de ambos os Estados e de que o momento exige a coordenação das forças políticas do país que batem pela volta imediata ao regime legal, os representantes da frente única rio-grandense e da frente única paulista abaixo assinados resolver firmar entre São Paulo e o Rio Grande do Sul um pacto de indissolúvel solidariedade, que vigorará até a promulgação da futura constituição, e que obedecerá a ás seguintes clausulas:

(1a) – O Rio Grande se compromete, de maneira formal, a não aceitar acordo algum com o governo ditatorial sem que antes seja definitivamente resolvido o caso de São Paulo pela entrega, sem restrições, de seu governo á frente única paulista.

(2a) – Para cabal execução da 1a. clausula os dois Estados obrigam-se a assumir todas as responsabilidades dele decorrentes.

(3a) – Resolvido o caso de São Paulo, os dois Estados se obrigam a manter a mesma união na constituinte para a defesa dos seguintes princípios:

- a) – autonomia ampla dos Estados, isto é, manutenção da forma republicana federativa;
- b) – representação parlamentar proporcional á população das unidades federadas e dentro do espírito da pura doutrina democrática liberal;
- c) – “os Estados aliados negarão apoio de classes em funções políticas propriamente ditas<sup>163</sup>”.

<sup>162</sup> Entendimento Preliminar sem data. Porto Alegre: UFRGS/NUPERGS.

<sup>163</sup> Entendimento Preliminar sem data. Porto Alegre: UFRGS/NUPERGS.

Getúlio Vargas, no momento em que irrompeu a revolução em São Paulo, lançou o seguinte manifesto à nação brasileira, no dia 12 de julho de 1932:

Honrando a clarividência do civismo brasileiro, de todos os pontos do país, desde o Rio Grande do Sul até ao Amazonas, o governo está recebendo as mais vivas e inequívocas demonstrações de solidariedade. Já se aprestam, a esta hora, numerosos contingentes para marchar contra os rebeldes. As forças mineiras, em perfeita colaboração com o Exército, movimentam-se contra os amotinados. No Rio Grande do Sul, o interventor general Flores da Cunha, e o comandante da Região, general Francisco de Andrade Neves, mobilizam rapidamente as suas tropas, em defesa do governo. O Paraná mantém-se vigilante, aguardando ordens e preparado para cumpri-las. Todo o Norte se agita e oferece o seu valioso auxílio militar. A nossa grandiosa Marinha de Guerra, na sua totalidade, e a valorosa guarnição da Capital Federal, coesas e irmanadas pelo mesmo ideal, dão belo exemplo de disciplina consciente e extremado patriotismo, colocando-se, firmes, ao lado do governo provisório

<sup>164</sup>.

Embora o governo federal articulasse a resistência de forma rápida, os conflitos espalharam-se e o Serviço de Rádio do Exército interceptou uma transmissão efetuada pelos rebeldes com o seguinte teor:

Rio Grande do Sul vive horas (...) Os partidários de Borges de Medeiros enfrentam a polícia, havendo forte tiroteio. Constitucionalistas rio grandenses, honrando a palavra empenhada com São Paulo, regimentam forças para combater a ditadura. No Paraná atos da ditadura são recebidos na mais completa indiferença. São Paulo e Mato Grosso unidos no ideal da redenção pátria seguem o mesmo vibrante entusiasmo caminho vitoriam procurando iludir estados distantes sobre a própria situação, a ditadura lança mão de todos os meios para propagar notícias falhas, adulterando a finalidade sempre suprema da revolução de São Paulo, Mato Grosso. O espírito analítico do povo brasileiro não tolera mais as mentiras pagas pela ditadura. São Paulo não sofreu nenhum revés sequer, bem prova a declaração do próprio comandante das forças ditatoriais em Minas Gerais que, após a fragorosa derrota, infligida por duzentos voluntários paulistas a essas forças, seria absurdo negar, que eles são de fato, verdadeiros valores militares. São Paulo, mobilizando sete milhões de habitantes, tudo faz, desde capacete de aço, até tanques de guerra e peças de artilharia para longo alcance. São Paulo e o Mato Grosso querem o Brasil livre no regime da lei e na ordem. Viva a constitucionalização do Brasil!<sup>165</sup>.

A julgar pelo teor do rádio acima interceptado, se poderia crer que o Governo Provisório seria facilmente vencido pelas forças rebeldes constitucionalistas. Mas, na prática, os fatos ocorreram de outra forma. No Rio Grande do Sul, um levante ocorrido na cidade de Vacaria ilustra esta afirmação.

---

<sup>164</sup> PONTES, José Alfredo Vidigal. *1932 o Brasil se revolva, o caráter nacional de um movimento democrático*. São Paulo: Editora Terceiro Nome: O Estado de São Paulo, 2004.

<sup>165</sup> Rádio interceptado pelo Serviço de Rádio do Exército, sem data aparente, atribuído à uma estação de rádio das forças rebeldes, cuja hora de interceptação foi 12:30.

Lusardo e Borges organizaram levantes armados mal-sucedidos, no Rio Grande do Sul, nas cidades de Santa Maria, Soledade e Lagoa Vermelha, levantes estes facilmente vencidos pela Brigada Militar.

No âmbito político regional:

Com referência à Revolução Constitucionalista de 1932, pudemos identificar movimentos bastante significativos em apoio aos revolucionários ocorridos nos municípios de Lagoa Vermelha, Vacaria e Soledade. A mobilização de maior repercussão foi à formação do batalhão conhecido como “O pé no chão”, de Palmeira das Missões, comandados pelo coronel Serafim de Moura Assiz e por Valzumiro Dutra, com o objetivo de reprimir os revolucionários de 1932, em Passo Fundo e região, rumarem para a luta em São Paulo<sup>166</sup>.

Um “comunicado oficial<sup>167</sup>”, impresso no jornal Correio do Povo do dia 28 de julho de 1932, estampa a notícia de que “as forças rio-grandenses aprisionaram um batalhão paulista”. Outra matéria do mesmo dia neste jornal informava “os termos da ata de acordo lavrada na cidade de Vacaria para a cessação do movimento no Estado”.

Flores da Cunha, que contava com a obediência da Brigada Militar, a maior força policial estadual do país, sufocou facilmente as tentativas de levante no Rio Grande do Sul e ainda apoiou outros Estados onde elas estavam começando.

Um exemplo disso foi a atuação do 3º R.C. da Brigada Militar de Passo Fundo, que embarcou para o “Norte”, fator que gerou inúmeros rumores nesta cidade sobre o real motivo de tal deslocamento,<sup>168</sup> tendo a ele se incorporado, em Marcelino Ramos, um corpo provisório composto de 6 oficiais e 119 praças ao comando do Tenente Coronel graduado Laudelino da Silva. Também foi enquadrado ao R. C. o Destacamento Policial de Marcelino Ramos, comandado pelo Tenente Gomercindo Duarte. O Regimento participou dos combates na “Fazenda Cipriano Mello”; “Itararé”; “Itaporanga”; “Santa Cruz dos Lopes”; “Itaberá” e “Fachino”. O 3º R. C. retornou da revolução em 12 de dezembro de 1932, às 19h30min<sup>169</sup>.

Em relação ao levante de Vacaria, Batista Lusardo, em entrevista concedida no mês de julho daquele ano, elogiou a coragem que os vacarianos demonstraram com as

---

<sup>166</sup> Neste sentido, o jornal O Nacional, vinculou notícia no dia 17.08.1930, a notícia da criação dos destacamentos da Brigada Militar, composto dos 1º, 8º, 9º e 21º, sob o comando do senhor Walzumiro Dutra, com o posto de coronel e o 2º, 11º e 15º, comandados pelo coronel Dumoncel Filho.

<sup>167</sup> Jornal Correio do Povo, 28 de julho de 1932.

<sup>168</sup> O Nacional, 7 de julho de 1932, nº 1267. Regimento este criado conforme Decreto nº 4.582, em 7 de outubro de 1930 e transferido para Passo Fundo em janeiro de 1931.

<sup>169</sup> Anais da Prefeitura Municipal de Passo Fundo.

atitudes assumidas. Lusardo, em entrevista ao jornal *Correio do Povo*, relatou como se deu tal conflito belicoso ocorrido em Vacaria<sup>170</sup>.

O vice-presidente do Diretório Libertador relatou que, na ocasião em que chegou à cidade, a população de Vacaria exaltava, dizendo que toda ela aderira ao movimento com grande entusiasmo. Quando foi argüido sobre o montante de suas forças, seria aproximadamente de 900 a 1.000 homens.

Com relação ao maior e mais difícil problema dos revoltosos, respondeu ser a munição, pois as armas não faltavam. Lusardo afirmou ainda que naquela zona raro era quem se apresentava sem trazer a sua arma. O que faltava era munição, pois, se é verdade que uns traziam 5 e outros 10 tiros, a maioria se apresentava apenas com armas, remanescentes, por certo, de outros movimentos anteriores<sup>171</sup>.

Falou também do mesmo entusiasmo que notara em Bom Jesus e Lagoa Vermelha. A uma interpelação de jornalista, Lusardo disse que fora apenas como soldado, que, mandado tomar conta de um determinado setor, para ali seguira imediatamente<sup>172</sup>.

Lusardo alegava que não teve culpa nenhuma que, posteriormente, por circunstâncias diversas, os acontecimentos houvessem mudado completamente de rumo. Entretanto, ele estava satisfeito consigo mesmo e com a sua consciência tranqüila, certo de que cumprira o seu dever<sup>173</sup>.

Logo que Lusardo encerrou a entrevista, o jornal vinculou que começaram a circular os mais descontraídos boatos sobre a maneira por que conseguira abandonar a capital, criando-se, mesmo, em torno disso, episódios verdadeiramente romanescos. Assim, segundo afirmavam uns, Lusardo teria ido visitar o Dr. Mem de Sá, ex-secretário do Diretório Central do Partido Libertador, cuja residência ficava situada na rua dos Andradas.

Segundo o jornal, uma vez ali, teria escalado o muro no quintal, indo sair tranquilamente na Rua Riachuelo, longe das vistas da polícia, que cuidava de sua saída pela primeira rua. Outra versão, esta com maior insistência, afirmava que o Lusardo

---

<sup>170</sup> O Nacional, 28 de julho de 1932.

<sup>171</sup> O Nacional, 28 de julho de 1932.

<sup>172</sup> O Nacional, 28 de julho de 1932.

<sup>173</sup> O Nacional, 28 de julho de 1932.

abandonou o hotel vestido de mulher, assim logrando quebrar a vigilância em torno de sua pessoa.

Com relação aos fatos que cercam a prisão e fuga de Batista Lusardo, Glauco Carneiro explica:

Quanto foi tímida a participação dos setores populares na revolução paulista, mas no Rio Grande do Sul a mobilização foi frustrante. Um levante em Vacaria, facilmente subjugado pela Brigada Militar, uma fuga cinematográfica de Batista Lusardo e Borges de Medeiros de Porto Alegre, no fundo de um barco pelo rio Guaíba, seguida do vexame nas imediações de Santa Maria, onde uma pequena força rebelde foi cercada, provocando a fuga de Lusardo para o Uruguai e a prisão de Borges de Medeiros, que se entregou sem dar um único disparo<sup>174</sup>.

Sobre tais fatos, desmentindo tudo que se narrou nos jornais, Lusardo disse que daqui havia saído naturalmente. Apenas para despistar, tomara um automóvel no centro, dele saltando na Floresta. Subindo a rua por uma das travessas daquela rua, foi ter à Rua Independência, onde já o esperava outro automóvel com os companheiros que deveriam conduzi-los até Caxias.

Entre esses companheiros figuravam dois oficiais da reserva da Brigada Militar, fardados. Na ocasião em que se aproximaram de Antônio Prado, havia vigilância policial, na estrada, razão pela qual Lusardo, pondo os óculos de suas irmãs e desabando o chapéu, levantando a gola do casaco, fez com que os oficiais fardados descessem do automóvel para se entenderem com a polícia.

Os oficiais facilmente convenceram que eram elementos da Brigada Militar mandados pelo interventor federal para tratar de questões de armas e munições e da formação de corpos provisórios. Dali os outros automóveis foram na frente inspecionando a estrada que deveria conduzi-los a Vacaria e que, por precaução, não era a estrada geral. Estranharam também as afirmativas de que Lusardo estivesse cercado pelas forças do governo, que mandara em sua perseguição.

Declarou, efetivamente, segundo o jornal, que era muito maior o número das suas forças, mas a que mais perto se encontrava na sua coluna era a comandada pelo coronel Valzumiro Dutra que estava a cerca de quinze léguas de distância. Ainda afora em meu regresso – declarou – tive a oportunidade de ir encontrando pelo caminho todas essas forças.

---

<sup>174</sup> CARNEIRO, Glauco. *Lusardo: O Último Caudilho*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1978, pgs. 153-154.

Lusardo teria dito ao representante do jornal essas exclamações: “tudo isso ia contra mim<sup>175</sup>”. Referiu-se ainda a posição que a sua coluna ocupava na extrema, ponto equidistante de Vacaria e Lagoa Vermelha. Regressou em companhia dos emissários Sinval Saldanha, coronel Elisário Paim Netto, Anor Buttler Maciel, além de alguns que o haviam seguido para fazer parte da coluna, entre os quais Valdemar Rippol, Clodomiro Moog, Carlos Brenner, este da redação do “Estado do Rio Grande”.

Perguntado se já havia avistado em companhia de Borges de Medeiros, declarou apenas estivera pela manhã, com Raul Pilla. Iria, porém, à tarde, visitar o chefe do Partido Republicano, que, aliás, já lhe mandara dizer que fosse a hora que melhor lhe aprouvesse.

Decretada a derrota dos revoltosos na cidade de Vacaria, foi formalizado um acordo, em que os derrotados tiveram, por parte de Flores da Cunha, suas reivindicações parcialmente atendidas, conforme consta do Jornal da Serra, datado de 24 de julho de 1932.

Neste período, outra tentativa de levante foi fácil e rapidamente sufocada na cidade de Santa Maria, pelo coronel Vitor Dumoncel e seus “provisórios”. Tal fato pode ser comprovado através de um telegrama enviado por Flores da Cunha, o qual expressou a Dumoncel estar “satisfeito com os prezados amigos pela presteza com que agiram, desconcertando planos dos conspiradores<sup>176</sup>”.

Flores, nessa ocasião, mandou “prender todos quantos forem suspeitos da conspiração contra a ordem pública<sup>177</sup>”, reclamando Flores da “frouxidão com que o coronel Valenciano agiu, deixando de prender o Collor e o Glycério que lá estiveram palestrando”.

Flores da Cunha ainda chamou a atenção para as conspirações que se articulavam no período. No mesmo telegrama, o interventor ainda chamou a atenção para estas questões e lembrava de que era preciso agir com bastante energia para com aqueles que conspiravam contra a ordem. Assim continuava o referido telegrama:

o amigo para o tenente coronel Mesquita, oficial reformado da Brigada Militar, que aí está conspirando e envolvendo na trama de seus sobrinhos,

---

<sup>175</sup> O Nacional, 28 de julho de 1932.

<sup>176</sup> Telegrama enviado por Flores da Cunha, para o Vitor Dumoncel. Porto Alegre: 1932, sem data aparente, UFRGS/NUPERGS.

<sup>177</sup> Telegrama enviado por Flores da Cunha, para o Vitor Dumoncel. Porto Alegre: 1932, sem data aparente, UFRGS/NUPERGS.

oficiais do 1º R. C. da Brigada Militar. Também são suspeitos Felisbino Monteiro, Tancredo Penna Moraes e outros. Conviria agir com energia. Valenciano foi hoje demitido e deve vir preso para esta capital. Procura saber paradeiro de Collor, Glycério, Walter Jobim e dos demais conspiradores. Coronel Aníbal Barão que foi hoje promovido a coronel efetivo deverá pedir sua reforma imediata. Errou por ser um homem bom. Cumpri hoje a minha palavra de que promoveria. Delegado de polícia daí hoje também demitido deve também vir preso para esta capital. Todo estado em plena ordem, exceção de Villa Clara onde apareceu grupo rebelde de Toríbio Gomes. Estamos fortes e preparados para sufocar qualquer intentona em qualquer parte. Precisam agir com vigor afim de manter inalterável a paz dentro do nosso Estado. Muito agradeço a cooperação eficiente, e enérgica do coronel Santos Rosa e do comandante Fagundes Teixeira, aos quais louvo amplamente. Confio amplamente na ação decisiva do prezado amigo<sup>178</sup>.

Acatando as determinações do interventor Flores da Cunha, Dumoncel respondeu ao telegrama, dizendo que “visando atender as ordens e instruções, Valenciano, delegado de polícia e Pompílio Pittham já estavam presos<sup>179</sup>”.

A transcrição que abaixo se faz dos telegramas trocados entre o general Flores da Cunha e os representantes mencionados bem esclarece as condições estabelecidas para o fim dos levantes iniciados com o intuito de levar auxílio para a revolução paulista:

Chefes levantes aqui estão dispostos, de acordo com instruções chefia frente única, entregam armas hoje, aceitando garantias oferecidas vossa excelência terminando assim movimento iniciado. Ponderamos, para isso, toda conveniência vossa excelência, atender seguinte: Primeiro – sejam conservados seus cargos funcionários públicos tenham tomado parte movimento, exceto Otacílio Fernandes, que se julga incompatibilizado cargo prefeito<sup>180</sup>.

Com relação a tal postulação, Flores da Cunha “respondia e prometia<sup>181</sup>” que conservaria em seus cargos os funcionários públicos que tivessem tomado parte do movimento, desde que não tivessem agido por culpa, por crime comum, exceção feita ao coronel Otacílio Fernandes, que não pode continuar.

Segundo – tendo sido levados pelas circunstancias do levante a fazerem requisições aqui, as quais atingem cerca de trinta contos, e não querendo dispôs de quarenta e sete contos, requisitado Bancos – quantia que fazem questão de devolver – poderia Governo assumir a responsabilidade de

---

<sup>178</sup> Telegrama enviado por Flores da Cunha, para o Vitor Dumoncel. Porto Alegre: 1932, sem data aparente. Porto Alegre: UFRGS/NUPERGS.

<sup>179</sup> Telegrama enviado por Flores da Cunha, para o Vitor Dumoncel. Porto Alegre: 1932, sem data aparente. Porto Alegre: UFRGS/NUPERGS.

<sup>180</sup> Telegrama enviado de Vacaria, datado de 24-7-1932, entre os líderes do movimento revolucionário e Flores da Cunha. Porto Alegre: UFRGS/NUPERGS.

<sup>181</sup> Telegrama enviado de Porto Alegre, datado de 24-7-1932, entre Flores da Cunha e os líderes do movimento revolucionário, presos em Vacaria. Porto Alegre: UFRGS/NUPERGS.

indenizar interessados ditas requisições, mais tarde, por ocasião de se pagarem as requisições em geral<sup>182</sup>.

À segunda ponderação, Flores da Cunha, respondeu o seguinte:

O Estado pagará as requisições feitas e documentadas, até a quantia de trinta contos de réis, sob a condição de ser devolvida a quantia de quarenta e sete contos de réis requisitada dos Bancos nessa localidade.

Prosseguindo as negociações para a rendição dos revoltosos, estes reivindicavam ainda:

Terceiro – cancelar a nota “a bem do serviço publico”, da exoneração do coronel Octacílio Fernandes, do cargo de prefeito, tendo-se em vista, especialmente, que, antes do ato de exoneração, já tinha pedido demissão<sup>183</sup>.

Tal solicitação foi aceita por Flores da Cunha.

Quarto – estender aos elementos de Bom Jesus e Lagoa Vermelha, solidários com o levante daqui as mesmas garantias serão dadas aos de Vacaria. Aceitando v.excia.<sup>184</sup>.

Respondendo a esta última ponderação, Flores da Cunha afirmou que “daria idênticas garantias às que foram estendidas aos revoltosos de Bom Jesus e Lagoa Vermelha e a todos os quantos se tenham envolvidos nesse lamentável movimento<sup>185</sup>”. Disse ainda que, para celebrar o acordo, os revoltosos “deveriam fazer a entrega das armas e munição ao coronel Aníbal Barão, que se achava em Antônio Prado e que, para isso, seria devidamente autorizado<sup>186</sup>”.

A deposição das armas foi aceita. Com relação às ponderações, foi respondido pelo governo do Estado o seguinte:

Atendendo ao que me pedia, faço-o tão somente inspirado no inestancável amor que voto á minha terra e á minha gente. Desejo que todos voltem tranquilamente a reintegrar-se na comunhão rio-grandense, sem ódios nem rancores. Muito agradeço a vossa ação eficaz e patriótica no sentido da manutenção da paz e da ordem entre os nossos patrícios. O Rio Grande do Sul e a posteridade terão, sem dúvida, em conta o vosso incomparável serviço<sup>187</sup>.

---

<sup>182</sup> Telegrama enviado de Vacaria, datado de 24-7-1932, entre os líderes do movimento revolucionário e Flores da Cunha. Porto Alegre: UFRGS/NUPERGS.

<sup>183</sup> Telegrama enviado de Porto Alegre, datado de 24-7-1932, entre Flores da Cunha e os líderes do movimento revolucionário, presos em Vacaria. Porto Alegre: UFRGS/NUPERGS.

<sup>184</sup> Telegrama enviado de Vacaria, datado de 24-7-1932, entre os líderes do movimento revolucionário e Flores da Cunha. Porto Alegre: UFRGS/NUPERGS.

<sup>185</sup> Telegrama enviado de Porto Alegre, datado de 24-7-1932, entre Flores da Cunha e os líderes do movimento revolucionário, presos em Vacaria. Porto Alegre: UFRGS/NUPERGS.

<sup>186</sup> Telegrama enviado de Vacaria, datado de 24-7-1932, entre os líderes do movimento revolucionário e Flores da Cunha. Porto Alegre: UFRGS/NUPERGS.

<sup>187</sup> Telegrama enviado de Porto Alegre, datado de 24-7-1932, entre Flores da Cunha e os líderes do movimento revolucionário, presos em Vacaria. Porto Alegre: UFRGS/NUPERGS.



Nesta ocasião participou, como representante do Interventor do Estado, Elizário Paim Netto. Como representante do chefe do Partido Libertador, Sinval Saldanha. Como representante do chefe do Partido Republicano Rio-grandense, Borges de Medeiros. Como representante do diretório do Partido Libertador, Anor Butler Maciel. Como chefes do movimento, Raul Pilla, Baptista Lusardo, Octacílio Fernandes, Waldemar Rippol, Virgílio Rodrigues e Carneiro Borges.

Batista Lusardo e os outros políticos conspiradores de maior destaque, por decreto de Getúlio Vargas, foram exilados após estes acontecimentos. Borges de Medeiros, por intermédio de Flores da Cunha, foi preso e permaneceu recolhido a um presídio na ilha do Rijo. Dali, pouco depois, foi “desterrado” para a cidade de Recife, lá permanecendo até o mês de agosto de 1934<sup>188</sup>.

Além de Borges de Medeiros, também foram presos e exilados, em decorrência dos acontecimentos de 1932, Batista Lusardo, João Neves da Fontoura, Raul Pilla e Lindolfo Collor, todos estes foram exilados no Uruguai<sup>189</sup>.

Com relação aos fatos que cercam a prisão e fuga de Batista Lusardo, Rangel comenta:

Quanto foi tímida a participação dos setores populares na revolução paulista, mas no Rio Grande do Sul a mobilização foi frustrante. Um levante em Vacaria, facilmente subjugado pela Brigada Militar, uma fuga cinematográfica de Batista Lusardo e Borges de Medeiros de Porto Alegre, no fundo de um barco pelo rio Guaíba, seguida do vexame nas imediações de Santa Maria, onde uma pequena força rebelde foi cercada, provocando a fuga de Lusardo para o Uruguai e a prisão de Borges de Medeiros, que se entregou sem dar um único disparo<sup>190</sup>.

Borges de Medeiros, nas suas declarações no inquérito referente à revolução no Rio Grande do Sul, afirmou que seu desejo “não era ensangüentar o seu Estado, mas levar um contingente de gaúchos para ajudar São Paulo, a fim de cumprir com sua palavra<sup>191</sup>”.

O desfecho dado à revolução constitucionalista foi analisado da seguinte forma por Love:

---

<sup>188</sup> *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: IHGRGS, 2000, p. 188, nº 135.

<sup>189</sup> CÂNEPA. Mercedes Maria Loguércio. *Partidos e Representação Política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS EDITORA, 2005. p. 98.

<sup>190</sup> RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. *O governo de Flores da Cunha: entre o regional e o nacional In. REPÚBLICA da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1964)*, v. 4. Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 26.

<sup>191</sup> CÂNEPA. Mercedes Maria Loguércio. Op. Cit. p. 98.

Pilla e Borges, chefes titulares dos partidos Libertador e Republicano, encabeçaram uma rebelião quixotesca para honrar um pacto entre as Frentes Únicas de São Paulo e Rio Grande do Sul. Entrementes, Artur Bernardes tentava sem sucesso fomentar uma rebelião em Minas. Flores e o Comandante da Terceira Região Militar abriram uma frente no Sul contra São Paulo e, ao mesmo tempo, sufocaram facilmente a rebelião no Rio Grande<sup>192</sup>.

A derrota dos constitucionalistas foi o marco divisório entre os partidos rio-grandenses e Getúlio Vargas e, por sua vez, com Flores da Cunha também. Com isso, estariam postas as condições para a formação do PRL, em novembro de 1932, apesar de Flores ter se mantido oficialmente ao lado de Vargas e à frente da Interventoria do Estado.

A posição de Flores da Cunha frente aos acontecimentos de 1932 ainda causa certa polêmica. Apesar de sua adesão à legalidade, há indícios de que o interventor negociou com ambos os lados. Talvez, prevendo esta atitude, Vargas o havia sondado, no conhecido estilo de manter próximos os inimigos, para um cargo federal:

quais seriam as conseqüências políticas da atitude da Frente Única ou de algum dos partidos políticos rio-grandenses, relativamente ao Governo Provisório, caso venhas para aqui, deixando Chico Flores na interventoria ou permaneças nesta vindo Sinval para o Ministério, uma vez consideradas inaceitáveis as novas condições propostas<sup>193</sup>.

Segundo versa nas fontes pesquisadas, Flores da Cunha havia se comprometido a apoiar os insurgentes do Rio Grande do Sul, prometendo fornecer homens e armas. Porém, no momento crucial do conflito, preferiu permanecer ao lado de Getúlio Vargas, em apoio ao Governo Provisório.

Com relação a estes fatos, Flores da Cunha faz a seguinte manifestação, quando eclodiu a revolução em São Paulo<sup>194</sup>:

Colhido de surpresa, apesar de minha lealdade para com todas as correntes de opinião do país, pelo movimento sedicioso que estalou em São Paulo, cumpre-me o declarar ao Rio Grande e à Nação que me conservei fiel aos deveres de delegado do Governo Provisório. Nesta grave e dolorosa emergência, que tão abruptamente se me depara, outra não poderia ser a minha atitude, senão a de manter a ordem, a todo preço, e o farei enquanto tiver forças para lutar. Ninguém fará a injúria de supor que eu pudesse usar a minha autoridade para atrair a quem me conferiu fiança na integridade do meu caráter e na capacidade da minha ação patriótica. O Rio Grande está em completa calma. Além das medidas de precaução e segurança nenhuma outra foi tomada que pudesse perturbar a vida política. Nenhuma prisão foi ordenada, todos os direitos dos cidadãos estão garantidos e todas as

---

<sup>192</sup> LOVE, Joseph. Op. Cit. 271.

<sup>193</sup> Telegrama de Getúlio Vargas para Flores da Cunha, datado de 27 de junho de 1932. Palácio do Catete. Rio de Janeiro. CPDOC/FGV.

<sup>194</sup> O Nacional, 9 de julho de 1932.

atividades seguem o seu ritmo normal. Confio do patriotismo do povo da minha querida terra, a quem tenho servido e servirei sem medir sacrifícios<sup>195</sup>.

Apesar de seu apelo à manutenção da ordem, algumas inferências podem ser feitas sobre uma possível adesão de Flores da Cunha aos revoltosos.<sup>196</sup>

Em prol desta postura, estaria uma correspondência entre João Neves da Fontoura e Lindolfo Collor, que dizia o seguinte :

quanto ao general, podes estar tranqüilo, ele está vigilante pela dignidade do Rio Grande e pela normalização da vida nacional. A sua identidade de vistas conosco é perfeita. Tu o conheces como eu e como todos nós: estará com o Rio Grande, mesmo errando, quanto mais para uma enorme tarefa de civismo como esta que estamos empenhados<sup>197</sup>.

O próprio Borges tratou de se assegurar do apoio de Flores, nos seguintes termos:

Evocando nossos compromissos de honra, vosso incomparável, edificante fidelidade republicana, consenti que vosso velho e dedicado amigo vos poderes, nessa hora grave, que, ante a ditadura e a sorte da República do Rio Grande, não é ilícito hesitar. Se a paciência fatigada e imitada dos Brasileiros alçar-se, em protesto armado, para reiniciar as liberdades confiscadas, tenho fé não hesitarei em assumir única atitude compatível com vosso passado e vossa glória. Ficai com o Rio Grande e sede o seu galhardo condutor na nova cruzada redentora. Esse o meu voto ardente e o meu solene apelo, que breve retificarei de viva voz<sup>198</sup>.

Borges de Medeiros pensava contar com o apoio de Flores da Cunha, a fim de derrubar o Governo Provisório, ou, ao menos, obrigar Vargas a marcar as eleições para a Constituinte. Borges intuiu que Flores iria agir em nome dos preceitos da legalidade, os quais, segundo a oposição, estavam sendo sonogados por Vargas.

O governo provisório venceu o embate com os revolucionários e Flores, a esta altura, tratou de firmar posição vinculando a paz à instalação imediata do processo de reconstitucionalização do país no que seria acompanhado por outras lideranças no estado.

Em telegrama enviado a Osvaldo Aranha, Sinval Saldanha, membro do Partido Libertador, responde sobre a colaboração do Rio Grande do Sul no tocante ao acordo de paz:

---

<sup>195</sup> O Nacional, 9 de julho de 1932.

<sup>196</sup> Sobre esse assunto, ver BRASIL, Irany Paraná do. *1932: A Guerra de São Paulo*. São Paulo: Factash Editora, 2005; DONATO, Hernani. *1932: História da Revolução de 32*. São Paulo: IBASA, 2002 e MALUF, Nagiba M. R. *Revolução de 32: o que foi, porque foi*. São Paulo: Edicon, 1986.

<sup>197</sup> Carta de Lindolfo Collor à João Neves da Fontoura. Porto Alegre, 7 de maio de 1932. NUPERGS/UFRGS.

<sup>198</sup> Telegrama enviado por Borges de Medeiros para Flores da Cunha, datado de 09.07.1932. Porto Alegre: NUPERGS/UFRGS, 1932.

Sendo a constitucionalização seu fundamental dissídio, desde que o governo entre decididamente neste caminho, publicando o decreto convocatório das eleições, praticando sinceramente os demais atos complementares de interesse, o dever do Rio Grande será concorrer na formação do ambiente de paz. Quanto à colaboração pedida, deverá ser indireta, mas nem por isso menos preciosa, consistindo no apoio a todos os atos do Governo que julgarmos acertados. Acordo que o interventor comunica que é essencial, indispensável que a eleição constituinte seja feita conforme a lei eleitoral, não havendo menor probabilidade de aceitação de outro processo<sup>199</sup>.

Flores da Cunha ainda reiterava a Vargas que “asseguraria a manutenção da ordem no Rio Grande do Sul, especialmente se estás disposto a constitucionalizar o país<sup>200</sup>”:

Pondero a maior conveniência ao governo provisório pratique já atos nesse sentido, como a nomeação de uma comissão encarregada do projeto de constituição, remessa de títulos para a nomeação de membros do Tribunal Eleitoral, a determinação da vinda imediata de funcionários e remessa de material eleitoral, etc<sup>201</sup>.

Militarmente derrotada, a revolução de 1932 pode ser considerada politicamente exitosa em função de ter deflagrado o processo que finalmente iria desembocar nas eleições de 1933. No caso do Rio Grande do Sul, os efeitos de 1932 foram, sob o ponto de vista político-partidário, importantes. O cenário rio-grandense logo veria a emersão de um novo partido, o PRL.

## 2.2 – Flores da Cunha no Pós - 1932

A instabilidade política causada no Rio Grande após o término da Revolução Constitucionalista, em 1932, causou um fato inusitado: Flores da Cunha, ao não ter apoiado os políticos rio-grandenses que conspiraram contra o *Governo Provisório*, perdeu apoio tanto do PRR quanto do PL, ficando, nesse momento, sem partido.

Nesse aspecto, Regina Portella Schneider relata a situação enfrentada por Flores da Cunha naquele momento político:

Em 1932, após a revolução “constitucionalista”, o Gen. Flores da Cunha ficou sem partido, pois a Frente Única rio-grandense colocara-se ao lado dos paulistas. Os líderes principais da Frente Única encontravam-se emigrados no Uruguai e na Argentina. O Dr. Borges de Medeiros fora confinado ao seu retiro na praia da Boa Viagem, em Recife. Este chefe, partidário do PRR delegou poderes aos Srs. Maurício Cardoso, Lindolfo Collor e João Neves da Fontoura para cuidarem do Partido, mas como os dois últimos foram exilar-se

---

<sup>199</sup> Telegrama enviado por Sinval para Osvaldo Aranha. CPDOQ/FGV. Porto Alegre, 28 de abril de 1932.

<sup>200</sup> Telegrama de Flores da Cunha para Getúlio Vargas, datado de 27 de junho de 1932. Porto Alegre: NUPERGS/UFRGS.

<sup>201</sup> Telegrama de Flores da Cunha para Getúlio Vargas, datado de 27 de junho de 1932. Porto Alegre: NUPERGS/UFRGS.

em Buenos Aires transferiram os poderes para Maurício Cardoso, que ficou em Porto Alegre<sup>202</sup>.

O surgimento do PRL no Rio Grande do Sul deu-se nesse momento em que ocorreu o rompimento de Flores da Cunha com o Partido Republicano Rio-grandense e com o seu líder, Borges de Medeiros, em detrimento do fato de Flores, como interventor do Estado, não ter dado apoio bélico e logístico aos revolucionários gaúchos que aderiram à causa paulista em 1932. A posição de Flores da Cunha de se manter ao lado de Getúlio Vargas foi decisiva para os destinos do movimento de 1932.

O jornal *O Nacional* do mês de outubro de 1932 já antecipava os rumores de que “no Estado do Rio Grande do Sul, formar-se-á um novo partido político<sup>203</sup>”.

Com o fracasso dessa revolta, os seus principais opositores rio-grandenses exilaram-se. Batista Lusardo fugiu para o Uruguai, Raul Pilla havia rumado antes para a Argentina<sup>204</sup>. Flores da Cunha aproveitou essa fissura criada no sistema político do Estado para criar um novo partido. Nasce, nesse momento, uma terceira força política no Rio Grande do Sul, o PRL.

Em decorrência do fracasso do movimento, o jornal *O Nacional* destacou os “políticos militares”<sup>205</sup> insurgentes que foram presos e deportados:

general Klinger; general Firmino Borba; general Izidoro Dias Lopes; general Nepomuceno Costa; general José Luiz Vasconcellos; coronel Euclides de Figueiredo; general Pantaleão Ferreira; general José Monteiro de Menezes; general Christovam de Mello Mattos; coronel José Joaquim de Andrade; coronel Joaquim Theopompo de Vasconcellos; coronel Luiz Lobo; tenente-coronéis Gaudil Aquino Ferreira; Abílio Resende; Manoel Ferreira Marques; Oswaldo Villabela Silva; majores, Arlarides Souza Brasil; Cyro Vidal; Ivo Borges; José Novaes; capitães de André de Souza Braga; Floriano Kleper; Itiberê Ferreira; Mariano Silva Chaves; Oswaldo Carvalho; Othelo Franco; Rogério Albuquerque Lima; Sebastião Menna Barreto; Túlio Paes Leme; os primeiro-tenentes, José de Campos Christo; Agildo Barata Ribeiro; Hollanda Cavalcanti; Tamoyo Silva; Argemiro Assis Brasil; Joaquim Caminha; José de Figueiredo Lobo; Emanuel Adatao Mello.

Fazem parte também dos deportados o major Reynaldo Saldanha da Gama e capitão Antonio Pitocher pertencentes a força pública de São Paulo<sup>206</sup>.

Da mesma forma, vários “políticos civis” também constavam desse rol, tendo todos o mesmo destino:

---

<sup>202</sup> SCHNEIDER, Regina P. *Flores da Cunha: o último gaúcho legendário*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1981. p. 243.

<sup>203</sup> *O Nacional* do dia 12 de outubro de 1932.

<sup>204</sup> SCHNEIDER, Regina P. Op. Cit. p. 235.

<sup>205</sup> *O Nacional* do dia 03 de novembro de 1932.

<sup>206</sup> *O Nacional* do dia 03 de novembro de 1932.

Álvaro de Carvalho; Aureliano Leite; Altino Arantes; Austregesilo de Athayde; Antonio Pereira de Lima; Antonio Mendonça; Antonio Padua Salles; Cyrillo Junior; Carlos Nazareth; Cícero Azevedo; Cesário Coimbra; Ernesto Simões Filho; Francisco Norato; Amygio Fonseca Telles; Francisco Junqueira; Francisco Mesquita; Felisberto Brandt; Guilherme de Almeida; José Mesquita Filho; Obrahim Nobre; José Alves Sobrinho; Luiz Freitas; S. Vampré; Manoel Villaboim; Mário Tinoco; Oswaldo Chateaubriand; Prudente de Moraes Netto; Paulo Duarte; Sylvio de Campos; Thyrso Martins; Theodomiro Santiago; Tito Pacheco; Virgílio Benevenuto; Vivaldo Guarani e Waldemar Ferreira. Ataliba Leonel não seguiu devido o seu estado de saúde<sup>207</sup>.

Com a adesão de vários políticos dissidentes, do PRR – seu partido de origem – e do Partido Liberal (PL), Flores formou o PRL, tendo como principal objetivo manter a liderança política no Rio Grande do Sul, contando com o apoio de velhos “colaboradores”, sejam os velhos coronéis que lideravam os “corpos provisórios” ou os “corpos ferroviários”, sejam os oficiais comandantes da Brigada Militar, ou até mesmo os líderes políticos regionais, mantidos à frente de suas regiões, quando da Revolução de 1930, ou até mesmo na Revolução Constitucionalista; claro, aqueles que permaneceram ao seu lado quando do golpe.

No tocante à criação do PRL, Héglio Trindade relata que, no Rio Grande do Sul, os partidos atravessaram uma grave crise após a revolução frustrada de 1932, quando suas lideranças são afastadas para o exílio<sup>208</sup>.

E prossegue, afirmando:

Esta fissura dentro do sistema partidário pode ser visualizada como um corte vertical dentro das agremiações reunidas na F. U. G. produzindo como efeito imediato o surgimento de uma nova força, que agrega os solidários ao governo federal e estadual. Este novo grupo, que se organiza sob a sigla do Partido Republicano Liberal (PRL), em fins de 1932, terá a função de explícita de reunir civis e militares leais ao poder revolucionário, em sua maioria vinculados à burocracia estatal e partidários da idéia de que a revolução deve ser consolidada antes de institucionalizada através de uma carta constitucional<sup>209</sup>.

O PRL, dessa forma, surgiu como uma força partidária concorrendo, porém, com outras nomenclaturas. Tal luta ocorreu até 1937, quando, com a instituição do Estado Novo, Getúlio Vargas extinguiu os partidos políticos no país.

Respalado em altos recursos financeiros, Flores da Cunha, na interventoria do Rio Grande do Sul pôde realizar a construção de um partido político que lhe desse sustentação para continuar a gerenciar sem problemas o governo do Estado, em que

---

<sup>207</sup> O Nacional do dia 03 de novembro de 1932.

<sup>208</sup> TRINDADE, Héglio. Op. Cit. 302.

<sup>209</sup> TRINDADE, Héglio. Op. Cit. 302.

pese não haver resistência oposicionista que lhe fizesse sombra, uma vez que os seus principais opositores estavam no exílio, além de contar com o apoio de Vargas.

Nessa ótica, o PRL foi criado não para fazer Flores da Cunha ascender ao poder, mas sim para se manter nele e fazer com que as suas relações em nível estadual se dessem da mesma forma que Getúlio Vargas fazia em nível federal. Isto é, no Rio Grande do Sul, os principais cargos administrativos, eram indicados pelo interventor.

No tocante à criação do PRL, Héglio Trindade observa a seguinte característica:

Constitui-se ele – o PRL – uma criação de cima para baixo, cujo objetivo é dar respaldo (eleitoral – já que a pressão pela abertura política é muito grande) ao Estado, consubstanciado neste momento na figura de Getúlio (no plano nacional) e de Flores (no plano regional). A dificuldade do PRL é muito maior que a da Frente Única em conciliar diferentes idéias políticas. A FUG era a soma de dois partidos que mantinham seus programas intactos. O PRL se pretendia um partido de “massa”, que atraísse todos os membros da oligarquia, agora dissidentes com os partidos tradicionais, que se utilizasse das forças que o Estado possuía de forma crescente e que tivesse um apelo, também, para as populações urbanas, as camadas médias e populares, levadas a reboque de 1930 mas, ainda não mobilizadas e beneficiadas de forma ampla pelo governo revolucionário<sup>210</sup>.

Neste contexto e com a aproximação das eleições, fixadas para o mês de maio do ano de 1933, Flores da Cunha pretendia manter o domínio político tanto em nível regional, quanto em nível federal, fato que veio a se confirmar nas urnas, visto que a oposição não pôde se reorganizar, dada a impossibilidade de participar das eleições os que conspiraram contra Vargas em 1932<sup>211</sup>.

Discursando no momento em que o seu partido estava sendo criado, Flores da Cunha fez menção aos episódios ocorridos na revolução Constitucionalista, bem como nas vezes anteriores em que ocorreram no Rio Grande do Sul, e o seu rompimento com o seu antigo chefe político, Borges de Medeiros:

Fui sempre, bem o sabeis, um homem de partido. Pelo meu partido e pelo meu chefe arrisquei, vezes sem conta, a minha vida e perdi a de um irmão

---

<sup>210</sup> TRINDADE, Héglio. *Aspectos Políticos do Sistema Partidário Republicano Rio-grandense (1882-1937)*. In: ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: Economia & Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 184-185.

<sup>211</sup> Tal proibição era prevista no Decreto nº 22.194 de 08.12.1932, que suspendia por três anos os direitos políticos dos 73 líderes políticos que participaram da Revolução Constitucionalista de 1932. “Punição que também alcançou os que, nos Estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, chefiaram ou promoveram a articulação de elementos desses Estados com a denominação de “Frente Única” dos partidos Democrático e Republicano de São Paulo, declarando-se solidários aos rebeldes”. Ver CARNEIRO, Glauco. Op. Cit. p. 166.

querido<sup>212</sup>. A minha dedicação partidária e a minha afeição pessoal pelo Dr. Borges de Medeiros foram daquelas que não se mediam por palavras, mas que se provam pelo sangue que derramei em lutas das mais violentas da nossa história.

Quantos muitos dos que hoje o lisongeiavam pregavam o seu assassinato, eu com os meus irmãos e os meus amigos afrontávamos, em sua defesa, todos os azares e cruzezas dos combates em campo aberto. Quando muitos dos que agora o glorificam ainda o qualificavam de tirano, retrógrado e usurpador, eu, assumindo o governo do Rio Grande, fui pedir os conselhos da sua experiência e reafirmar-lhe os sentimentos da minha veneração.

Quis Deus que, para recompensar-me desses atos, Borges de Medeiros me abandonasse no preciso momento em que quase todos os seus inimigos e raros os seus correligionários, conluídos (sic) com a desordem, se atiravam contra mim e pretendiam arrasar o meu governo<sup>213</sup>.

Ainda com relação ao discurso proferido na fundação do PRL, Flores da Cunha dizia ainda:

A todos nos julgará a posteridade. De mim declaro que nenhum momento, pois, não podia vacilar entre o dever e a desonra. Acusam-me alguns de haver faltado aos meus compromissos. Invencionice difamatória, que deveria envergonhar os difamadores. Nunca tive compromissos com a rebelião paulista. Não conspirarei. Fiz preparativos à luz do sol, para conter a onda extremista, para deter quando fosse oportuno o terrorismo que ameaçava erguer em seu colo logo após a vitória da revolução. Essa é a verdade nua. Não desejei animar os furores revolucionários dos que acabavam de vencer e queriam para reconstruir, tudo arrasar primeiro<sup>214</sup>.

Segundo Cânepa, no âmbito das principais crises ocorridas no interior da elite política rio-grandense, houve um momento crucial que:

ocorre por ocasião da revolução Constitucionalista de 1932, que dividirá a FUG entre os que apóiam os paulistas (às vezes não abertamente), defendendo a imediata constitucionalização do processo, e os que apóiam o Governo Provisório, entendendo, com Getúlio, que a Revolução Paulista seria uma tentativa de restauração da hegemonia das forças alijadas do poder pela Revolução de 30. A divisão no interior da FUG se dará tanto entre os membros originários do PRR como entre os libertadores. Com o objetivo de agregar forças políticas fiéis a Flores da Cunha na Interventoria estadual e a Vargas no Governo Provisório e tendo em vista as eleições de 1933, é criado, em 1932, o Partido Republicano Liberal (PRL). Sob o comando de Flores da Cunha e com a ajuda da máquina partidária ligada diretamente ao aparelho do Estado, o PRL, nas eleições para a Constituinte, infligirá uma grande derrota à oposição ainda desarticulada pelo exílio de suas principais lideranças de 1932. Da mesma forma que a oposição (PRR e PL), o PRL reunirá, no seu interior, elementos originários do PRR e outros provenientes do PL<sup>215</sup>.

Num momento conflituoso dá-se a formação do PRL. Surgido a partir do rompimento de líderes políticos, identificado anteriormente com o PRR, cujo líder na

---

<sup>212</sup> Flores da Cunha referia-se a morte de seu irmão Guilherme Flores da Cunha, ocorrida no célebre combate na ponte sobre o rio Ibirapuitã. MARIANTE, João Gomes. *Os Três Ases de 30. Um estudo psicanalítico*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2007. p.170

<sup>213</sup> TRINDADE. Hélgio. NOLL. Maria Izabel Op. Cit. p. 39.

<sup>214</sup> Jornal O Nacional, Passo Fundo, 16 de novembro de 1932.

<sup>215</sup> CÂNEPA, Mercedes Maria Loguércio. Op. Cit. p.99.



época era Antônio Augusto Borges de Medeiros e do Partido Liberal, cujos principais expoentes eram Assis Brasil, Lindolfo Collor e Raul Pilla.

Com relação ao episódio da formação do PRL em 1932, Trindade e Noll, destacam a seguinte situação:

Transformando-se a FUG (PRR aliado ao PL) sob a liderança de Borges de Medeiros e de Raul Pilla num centro de oposição aos governos revolucionários (federal e regional), não resta à situação senão criar seu próprio canal de expressão – o que se dá com a fundação do Partido Republicano Liberal (PRL) por Osvaldo Aranha e Flores da Cunha. O PRL é um partido criado para dar respaldo à ação governamental, tanto ao nível federal como estadual, congregando todos os elementos beneficiados com a Revolução de 1930, vinculados de uma forma ou de outra à Interventoria, ou os apoiavam a política de Vargas no plano federal e de Flores no estadual <sup>216</sup>.

O interventor no Estado do Rio Grande do Sul, desde 1930 era José Augusto Flores da Cunha, republicano histórico no Rio Grande do Sul, que apoiou Vargas no golpe de 1930 e se manteve ao seu lado em 1932, mesmo quando vários líderes políticos estaduais, dentre eles Borges de Medeiros e Batista Lusardo, exigiam uma postura de defesas à constitucionalização do país, por parte do interventor, fato que não ocorreu.

A criação do PRL pelo general Flores da Cunha justificou-se pela necessidade de criar uma agremiação que desse suporte ao seu governo. Ivo Caggiani descreve a criação do referido partido da seguinte forma:

Com o clima criado a partir da Revolução Constitucionalista de 1932, onde a Frente Única Rio-Grandense colocara-se ao lado dos paulistas e rompiu com o seu venerando chefe Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros, bem como com o seu partido de toda a vida, Flores da Cunha ficou sem uma agremiação política que lhe desse sustentação ao governo. Entendeu, portanto, que tornava-se necessário reconstruir o quadro político e, inclusive, pacificar seus inimigos. Para isso criou o Partido Republicano Liberal, de cunho progressista. Nele se abrigaram a maioria do Partido Republicano Rio-Grandense, assim como muitos chefes revolucionários de 1923, 1924, 1925 e 1926, e federalistas intransigentes, que não haviam participado da Aliança Libertadora de Assis Brasil, inconformados com a extinção de seu velho e tradicional partido, que datava das cruentas lutas de 1893<sup>217</sup>.

Inicialmente, com o apoio do presidente Getúlio Vargas, em 15 de novembro de 1932<sup>218</sup>, era criado, no Rio Grande do Sul, o PRL, cujo primeiro presidente foi Flores da

---

<sup>216</sup> TRINDADE. Hélgio. NOLL. Maria Izabel. Op. Cit. p. 57.

<sup>217</sup> CAGGIANI, Ivo. *FLORES DA CUNHA (Biografia)*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996, pg. 142.

<sup>218</sup> Os autores CAGGIANI, Ivo; em seu livro *Flores da Cunha (biografia)*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1996. p. 142 e SCHNEIDER, Regina Portella. *FLORES DA CUNHA O último gaúcho legendário*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1981. p. 245 citam a data de criação do Partido Republicano Liberal como sendo no dia 16.11.1932. Já SCHIRMER, Lauro. *Flores da Cunha de Corpo Inteiro*. Porto Alegre: RBS publicações, 2007. p. 88 cita apenas o ano de 1932. No livro *Partido Republicano Liberal e o seu Programa*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria Globo, 1933, na sua Ata da Sessão de

Cunha. Este partido foi criado em decorrência do fato de o Interventor do Rio Grande do Sul, durante a Revolução de 1932, ter se mantido fiel a Vargas, muito embora, inicialmente, tenha conspirado contra este, quando alimentou a esperança de aliar-se aos políticos gaúchos dissidentes do Governo Provisório e fazer a revolução junto aos paulistas. Porém, na última hora, decidiu permanecer ao lado de Vargas, com quem trabalharia até o momento em que foi destituído do poder. Por essa decisão, carregou pelo resto da vida o rótulo de traidor pelos idealizadores da revolução, em especial, por Batista Lusardo.

Rebatendo as acusações de traição aos políticos da Frente Única Gaúcha, Flores da Cunha se defendeu afirmando:

Com a rebelião de São Paulo não tive entendimentos, nem assumi compromissos, até porque a ignorava. Suspeitava-lhe os movimentos, isso sim, e procurei, quanto em mim coube, evitá-la, pensando até em reunir nesta capital todos os prefeitos, como agora, para um compromisso solene em prol da ordem. Esse fato, que os meus próprios adversários proclamam, é a prova provada da coerência da minha atitude.

Ante a eclosão do movimento paulista, tudo fiz para, como mediador entre os seus chefes e o Governo Provisório, dar uma solução harmoniosa ao conflito. Nada justificava que os próprios revolucionários de 1930 se voltassem de armas na mão contra os companheiros da jornada gloriosa. Foi um desvario, uma exacerbação de melindres pessoais, e nada mais.

Não me excedi na repressão da desordem, usei de recursos adequados, preservando a coletividade dos sobressaltos e males que a ameaçavam. Defendi a minha autoridade e evitei a desorganização, o tumulto e a miséria em nossa terra<sup>219</sup>.

Flores da Cunha não admitiu que tivesse dado esperanças para os seus correligionários do PRR de que os apoiaria na revolução Constitucionalista de 1932, enviando um contingente de provisórios para apoiá-los em São Paulo. Tampouco que optara por ficar ao lado do Governo Provisório, mesmo depois de ter garantido que renunciaria à interventoria no Rio Grande do Sul.

Em decorrência desse impasse, Flores da Cunha fora submetido a um Tribunal de Honra, sendo acusado por integrantes da Frente Única Gaúcha de recusar-se em chefiar a campanha revolucionária de 1932<sup>220</sup>. Tal tribunal constituiu-se pelo Dom João Becker, Arcebispo de Porto Alegre; Desembargador Manoel André da Rocha, presidente do Superior Tribunal do Estado, José de Almeida Martins Costa Júnior,

---

Encerramento do Congresso do Partido Republicano Liberal, é datada de 19.11.1932, tendo tal congresso ocorrido entre os dias 15 até 19.11.2009. Assinado por Oswaldo Aranha, Presidente e José Antônio Netto e Augusto Simões Lopes como Secretários. p. 215-216.

<sup>219</sup> *O Partido Republicano Liberal e o seu Programa*. Porto Alegre: of. Graf. Da Livraria do Globo, 1933. p. 40.

<sup>220</sup> SCHNEIDER, Regina P. Op. Cit. p. 237.

Advogado em Porto Alegre e Heitor Annes Dias, professor da Faculdade de Medicina de Porto Alegre<sup>221</sup>.

Os acusadores queriam a anulação da nomeação dos juízes desse Tribunal de Honra, tendo em vista que as suas escolhas teriam ocorrido à revelia deles<sup>222</sup>. Porém não foram atendidos em suas pretensões. Ao final deste julgamento, o tribunal apresentou o seu veredicto com relação às acusações que pesavam contra Flores da Cunha:

Por fim, considerando sem razão de ser todas as acusações contidas no manifesto da Frente Única, o Tribunal de Honra, em 28.04.1933 reconheceu e proclamou “a face de Deus e da sociedade, que o Exmo. General Flores da Cunha, Interventor Federal, e ao mesmo tempo, então partidário da frente única rio-grandense, em todas as graves situações que se lhe depararam quer diante do chamado “secretariado paulista”, quer ante o inopinado movimento revolucionário de 9.7.1932, em seu reflexo neste Estado – se conduziu, sempre, rigorosamente conforme os ditames da dignidade pessoal e o cargo que exercia<sup>223</sup>”.

Vale lembrar que as pessoas escolhidas para esse julgamentos eram da confiança do interventor e outro não seria o resultado, senão o por eles proclamado. Com esse episódio, segundo Regina Portella Schneider, “no Rio Grande do Sul, caiu a velha estrutura política. A Frente Única perdeu a liderança e se reconstituiria com dificuldade. Ela continuaria a existir, mas apenas em seus vestígios. A geração dos velhos políticos perdera o poder. Flores da Cunha liderava o Rio Grande<sup>224</sup>”.

A historiografia estudada aponta para o fato de que Flores da Cunha agia de forma ambígua, ou seja, por um lado, prometia que daria apoio à Frente Única Gaúcha e, por outro lado, mantinha-se firme ao lado de Vargas, chefe do Governo Provisório.

Nesse sentido, Carlos Roberto Rosa Rangel, destaca a sua conduta, afirmando:

Flores da Cunha, líder histórico do republicanismo gaúcho e mandatário do governo estadual, não poderia compartilhar dessa tendência, mas não podia decepcionar o aliado Vargas, que o colocara no poder e concedia-lhe franco favorecimento junto ao governo federal. Essa ambigüidade não foi bem compreendida pelos líderes da FUG, que imaginavam tê-lo como aliado para todas as horas. Depois que todos os membros da FUG pediram demissão de seus cargos federais como forma de protesto à política do Governo Provisório, Flores procurou jogar habilmente, insinuando-se para os dois lados em conflito. Ameaçou, dramaticamente, abandonar a interventoria, e por esse motivos recebeu dezenas de telegramas pedindo que ficasse<sup>225</sup>.

---

<sup>221</sup> Idem. p. 235.

<sup>222</sup> Idem. p. 236.

<sup>223</sup> Idem. p. 239.

<sup>224</sup> Idem. p. 241.

<sup>225</sup> RANGEL, Carlos R. R. *O governo de Flores da Cunha*. In: *República: da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*. Passo Fundo: Méritos Editora, 2007. p. 25. v. IV.

Flores da Cunha, nessa ocasião, chegou a dizer “que era pela paz, mas queria guerra com o Rio Grande do Sul, ainda que fosse errado<sup>226</sup>”, fazendo crer, com essa declaração, de que era solidário à liderança partidária reunida em frente única no Estado<sup>227</sup>. Tais declarações, segundo Rangel, foram proferidas quando “Flores percebeu que a autonomia do Rio Grande do Sul – e, por extensão, também a sua como chefe do governo – estava sendo ameaçada com a possível troca do comandante da 3ª Região Militar<sup>228</sup>”.

Loiva Otero Félix explica que ele “se arrependeu mais tarde de não ter seguido Borges de Medeiros<sup>229</sup>”. Segundo esta autora, em depoimento à *Revista do Globo*, Flores da Cunha deixou claro o seu arrependimento:

Em todas essas passagens, eu agi pela lealdade e o cumprimento do dever, mas sempre sentindo que os meus adversários tinham a razão e não nós. Se tivesse vencido a constituição de São Paulo, nós hoje estaríamos em melhores condições<sup>230</sup>.

Esta ambigüidade que moveu Flores da Cunha fez com que ele vivesse com essa pecha de traidor aos ideais dos revolucionários rio-grandenses por muito tempo, pois, ao mesmo tempo em que prometia a Borges de Medeiros que se manteria ao lado do Rio Grande do Sul, telegrafava para Getúlio Vargas, renunciando ao cargo de interventor federal no Rio Grande do Sul.

A decisão de permanecer ao lado do Governo Provisório, Héglio Trindade analisa desta forma a ação de Flores da Cunha:

Flores, porém, manterá o seu posicionamento ao lado do Governo Provisório. A FUG sofre o seu primeiro golpe. João Neves, do Rio de Janeiro vai para São Paulo dar seu apoio individual à causa, tentando cumprir a palavra dada aos líderes gaúchos e paulistas. Dentro do PRR, portanto, cinde-se o bloco em governistas e revolucionários<sup>231</sup>.

Com esta ação, dentro do contexto político em análise, Flores da Cunha perdeu seu apoio e prestígio político dentro do seu partido de origem – o PRR – e então opta por criar um partido para lhe dar suporte.

---

<sup>226</sup> Idem. p. 25.

<sup>227</sup> Idem, ibidem.

<sup>228</sup> Idem, ibidem.

<sup>229</sup> FÉLIX, Loiva Otero. Op. Cit. p.178.

<sup>230</sup> Idem. p.179.

<sup>231</sup> TRINDADE, Héglio. Op. Cit. p. 180.

Ivo Caggiani relata que Flores da Cunha “chegara a se reunir com os conspiradores várias vezes no próprio Palácio do Governo, entretanto ele impôs uma condição imprescindível para a sua participação na luta armada: a de ser avisado com a antecedência a fim de deixar a interventoria<sup>232</sup>”. Flores da Cunha entendia que, se assim agisse, não estaria traindo Getúlio Vargas, se renunciasse ao cargo de Interventor no Rio Grande do Sul e pegasse em armas contra a ditadura.

Ainda sobre os planos conspiratórios que cercavam os preparativos para a revolução Constitucionalista de 1932, Caggiani prossegue:

Flores da Cunha, que já havia arregimentado mais de três mil provisórios a favor de São Paulo, deu uma guinada de cento e oitenta graus, e telegrafou para Getúlio Vargas afirmando – “Manterei a ordem ou morrerei”. Logo após passou a enviar seus provisórios para São Paulo pela retaguarda esquerda. Por sua vez, Minas Gerais, que estava ao lado de São Paulo, ante a solidariedade do Rio Grande do Sul ao Governo Provisório da República, arrefeceu<sup>233</sup>.

Flores da Cunha optou por não apoiar a revolução Constitucionalista de 1932 e, dessa forma, permaneceu com o seu prestígio inabalável com Vargas, porém criou-se uma situação insustentável com os seus companheiros do PRR.

Um episódio ocorrido durante a revolução Constitucionalista de 1932 elucida bem essa situação, Caggiani nos relata como se deu tal episódio:

A revolução no Rio Grande do Sul deveria irromper em Santa Maria, no mês de agosto, sob a chefia de Borges de Medeiros e Batista Lusardo. Mas Flores da Cunha se antecipou e mandou efetuar a prisão dos seus principais líderes que se encontravam na cidade ferroviária. Em consequência disso ocorreram apenas pequenos levantes isolados no interior gaúcho, logo debelados<sup>234</sup>.

Essa decisão, tomada por Flores da Cunha em apoiar o Governo Provisório, mesmo se dizendo favorável à constitucionalização do país, criou uma situação insustentável junto ao seu partido de origem. Sem o apoio dos republicanos rio-grandenses, optou por criar um novo partido político que, além de ser uma terceira via na luta pelo poder no Rio Grande do Sul, seria o partido da situação, ao qual aderiram diversos políticos dissidentes tanto do PRR, quanto do PL.

No discurso realizado durante a criação do PRL, durante os dias 15 até 19 de novembro de 1932, Oswaldo Aranha, ao assumir a presidência do partido, reiterava:

A minha vida tem um vaqueano: é o Rio Grande do Sul. E o Rio Grande, o verdadeiro, tem hoje, um chefe: Flores da Cunha. Servir a um é servir a

---

<sup>232</sup> CAGGIANI, Ivo. *Flores da Cunha (biografia)*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1996. p. 136.

<sup>233</sup> Idem. p. 137.

<sup>234</sup> Idem. p. 137.

outro. É – atentai bem – muito mais: é salvar o Brasil. É para isso que eu estou entre vós, já agora para vos presidir, por imposição da vossa generosidade, mas, sobretudo, para me refazer entre vós, para obedecer às altas inspirações do vosso civismo, para trilhar a estrada, seja qual for, que ireis abrir, única capaz de vos levar à ordem, à paz e à verdadeira República. O Rio Grande não sabe para e menos recuar. Nesta hora ele confia em vós, nas vossas deliberações. Sejamos dignos dele e mais uma vez ele será digno do Brasil. Eu estou entre vós para vos obedecer e para vos seguir<sup>235</sup>.

O fato de Oswaldo Aranha ser um ministro do Governo Provisório deu um respaldo federal ao partido criado por Flores da Cunha. O discurso firmado por Oswaldo Aranha nessa ocasião demonstrava a sua posição, enquanto político rio-grandense de situação a serviço do poder central:

Eu venho da capital do país. Trago ainda as insígnias de uma das mais altas investidas do governo, mas despiendo-me delas, afirmo-vos que me anima o mesmo espírito, o mesmo sentimento, a mesma decisão que a todos vos armou e sagrou dentro e fora do Rio Grande, no entrevero das coxilhas ou na confusão das trincheiras, cavaleiros da salvação nacional. Não vos trago agradecimento nem elogios. O vosso elogio, os agradecimentos à vossa atitude e a de vosso chefe não serão obra de um homem, mas consagração da história<sup>236</sup>.

As declarações de Oswaldo Aranha mostravam que o PRL contava, naquele momento, com a simpatia de Getúlio Vargas. A sua força política, tanto como chefe militar, sustentado pelo apoio bélico e logístico da Brigada Militar e dos corpos provisórios, quanto pela sua força política, contribuíram para que o pudesse permanecer no poder sem ameaças, bem como davam suporte ao governo federal. Nesse momento histórico, o Rio Grande do Sul, era o único estado com força capaz de uma possível deposição de Getúlio Vargas, via conflito armado.

Getúlio Vargas, inicialmente apoiou a formação do partido, e as ações de Flores no Rio Grande do Sul. Tal partido não possuía em seu programa grandes divergências, num cenário em que havia grande comprometimento com o poder central. Porém, gradualmente, Vargas agiu no sentido de enfraquecer Flores e o seu partido, temendo que estes se tornassem uma ameaça às suas pretensões para o futuro como presidente do Brasil.

A criação do PRL tinha por objetivo acalmar os interesses políticos, de modo a subordiná-lo aos interesses do poder central, ou seja, aos interesses de Getúlio Vargas. No momento em que foi criado este partido, Vargas fez uso da derrota sofrida pela

---

<sup>235</sup> *O Partido Republicano Liberal e o seu Programa*. Porto Alegre: of. Graf. Da Livraria do Globo, 1933. Op. Cit. p. 21-22.

<sup>236</sup> Idem, *ibidem*.

Frente Única Gaúcha, que apoiou o levante Constitucionalista de 1932, para reequilibrar as forças políticas<sup>237</sup>.

Nesse contexto, Vargas enviou ao presidente do PRL, Oswaldo Aranha o telegrama:

Recebi com particular agrado expressiva demonstração de solidariedade de prefeituras rio-grandenses e de suas direções políticas municipais e de comandantes de corpos da valorosa milícia cívica inspirada nos superiores objetivos de prestigiar integralmente o Governo Provisório para assegurar a paz nacional e efetuar as eleições de 3 de Maio. Transmitindo os meus expressivos agradecimentos por essa desvanecedora prova de confiança tenho a declarar que só espero realizar tão elevados objetivos para regressar ao convívio amigo dos meus co-staduanos, trocando os afanosos trabalhos e preocupações da hora presente pelo recolhimento e repouso de minha humilde vida privada<sup>238</sup>.

Uma vez que Flores da Cunha decide-se por permanecer à frente da Interventoria no Rio Grande do Sul, fiel ao Governo Provisório, rompeu obrigatoriamente as ligações com o PRR com o PL, e com os seus chefes políticos, os quais formavam a FUG.

A saída mais viável que Flores da Cunha encontrou foi compor um novo partido político para dar vazão às suas diretrizes e continuar ligado a Vargas, uma vez que a FUG, a essa altura, estava fortemente fragilizada, em que pese que a maioria dos seus políticos mais importantes estavam no exílio.

Derocina Alves Campos, em sua dissertação de mestrado, atribui à formação do PRL o fim da FUG, enquanto bloco homogêneo, pois, segundo ela:

A criação do Partido Republicano Liberal marcou o fim da FUG, enquanto bloco homogêneo e foi um desdobramento da Revolução Constitucionalista de 1932, pois, à medida em que Flores ficou ao lado do governo provisório, rompendo com a Frente, acabou aceitando a proposta de Vargas, via Oswaldo Aranha, de criação de um novo partido, querendo, com isso, centralizar o poder, nacionalizar as estruturas políticas e cooptar as lideranças regionais. O PRL assim apresenta uma função de sustento ao interventor a nível estadual e também respaldo ao governo federal, que irá traduzir-se no apoio à candidatura de Vargas ao período constitucional (L134/1938) e preencherá um vazio no poder deixado pela FUG, a partir de 1932, na oposição<sup>239</sup>.

A autora, que em sua dissertação analisa as relações existentes entre Flores da Cunha e Getúlio Vargas, sustenta que Flores, em nível estadual, era o apoio necessário

---

<sup>237</sup> ABREU, Alzira Alves; BELOCHI, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando e LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. Op. Cit. P. 295.

<sup>238</sup> *O Partido Republicano Liberal e o seu Programa*. Porto Alegre: of. Graf. Da Livraria do Globo, 1933. Op. Cit. p. 133.

<sup>239</sup> CAMPOS, Derocina Alves. *Flores da Cunha x Getúlio Vargas: Da União ao Rompimento*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUC/RS, 1995, p.34.

que Vargas precisava, visto a força política que o Rio Grande do Sul representava em nível federal, bem como o apoio bélico de que Flores da Cunha se valia, uma vez que possuía nas mãos vinte mil homens armados e leais a ele. Tal lealdade se traduzia na Brigada Militar, que era a força auxiliar do Exército no Rio Grande do Sul, e dos Corpos Provisórios e Rodoviários, que eram milicianos patrocinados pelo interventor para garantir a sua liderança em nível estadual. Segundo a autora, “com a criação do novo partido, em 15 de novembro de 1932, Flores aumentaria os efetivos da Brigada Militar e dos Corpos Provisórios, consolidando o seu poder<sup>240</sup>”.

O PRL era um partido estadual e se propugnava por um regime livre e democrático, em que as mais amplas garantias de todos os direitos individuais coexistiam e se harmonizavam com a autoridade, a justiça e o bem comum. Alinhado essencialmente com a ordem moral e social, a estabilidade e seguranças econômicas, a sua atividade cívica visava à realização e à defesa do seu programa.

Durante uma reunião de prefeitos, em novembro de 1932, foi criado o PRL. A notícia dava conta “de um entusiasmo reinante acima da expectativa<sup>241</sup>”. Em Passo Fundo, o periódico da cidade reproduziu assim os acontecimentos da formação do partido:

Instalou-se esta ontem, perante numerosa assistência que enchia literalmente o salão de conferências da Biblioteca Pública, o anunciado Congresso dos Prefeitos e chefes políticos convocados pelo general Flores da Cunha.

O entusiasmo reinante estava acima da expectativa. Assumiu a presidência da mesa João Carlos Machado que convidou para dela participarem Alberto Bins, Augusto Simões Lopes, Mercio Xavier e o general Zeca Netto. Em seguida João Carlos Machado em longuíssimo discurso expôs as bases do Partido Republicano Liberal. Terminado o seu discurso, Osvaldo Aranha, assumiu a presidência, falando brevemente.

Usaram ainda da palavra, Darcy Azambuja e Raul Bittencourt, os quais apresentaram moções de solidariedade a Getúlio Vargas e Flores da Cunha.

Após os componentes da mesa foram ao Palácio e trouxeram Flores da Cunha que foi recebido por uma formidável ovação de palmas que durou cinco minutos.

O Gal. Flores da Cunha falou expondo a atitude e a necessidade da reconstrução do Rio Grande pacificado, estendendo-se depois em várias considerações.

Quase meia hora depois, foram suspensos os trabalhos, tendo sido Flores da Cunha acompanhado ao Palácio por grande multidão que o visava.

Hoje as primeiras hora da noite, haverá nova sessão, para prosseguimento do Congresso.

Foram profusamente distribuídos os manifestos do “Partido Republicano Liberal<sup>242</sup>”.

---

<sup>240</sup> CAMPOS, Derocina Alves. Op. Cit. p. 34.

<sup>241</sup> O Nacional, 16 de novembro de 1932.

<sup>242</sup> O Nacional, 16 de novembro de 1932.



A notícia reproduzida no jornal traduzia o momento histórico de formação do PRL. Os prefeitos reunidos no congresso, como eram os intendentes nomeados por indicação de Flores da Cunha, aprovaram sem maiores problemas o programa do partido.

Um telegrama de Osvaldo Aranha, divulgado no jornal, exprimia muito bem o momento vivido por Flores da Cunha à frente do PRL e do Rio Grande do Sul:

O Rio Grande quando tomou armas já estava conosco em coração e idéias. As demonstrações recebidas por Flores da Cunha são o penhor digno de que o Rio Grande será o pioneiro nas instituições do nosso programa político que começou a ser elaborado e discutido pela assembléia, composta de quinhentos congressistas entre os quais os melhores expoentes das atividades rio-grandenses<sup>243</sup>.

Analisando o discurso de Osvaldo Aranha acima, havia claros indícios de que Flores e o Rio Grande iriam participar dos trabalhos em conjunto com o governo federal.

Em relação ao programa do PRL, Rangel caracteriza-o nos seguintes termos:

O novo partido tinha ampla plataforma que defendia o sufrágio secreto para os dois sexos, autonomia estadual e dos municípios, mandatos eletivos temporários, responsabilidade de ministros e secretários (em uma clara referência às propostas dos libertadores, de quem se queria esvaziar o discurso distintivo), austeridade administrativa governamental, diminuição dos impostos, ampliação de créditos, ampliação dos benefícios aos funcionários públicos (o que, de certa maneira, diminuía o impacto das propostas do Partido Republicano Rio-grandense mesclando medidas de austeridade com outras medidas paternalistas e liberalizantes), regime de trabalho de oito horas, salário mínimo, regulamentação do trabalho noturno, reconhecimento dos sindicatos, cooperativas e associações profissionais como organizações legítimas de representação laboral, estabelecimento de tribunais para a mediação entre empregados e patrões e ampliação do ensino técnico (propostas convergentes com as iniciativas adotadas em nível federal que consolidaram uma plataforma mínima de exigência dos trabalhadores, desde as propostas de Lindolfo Collor)<sup>244</sup>.

O programa do PRL ia de encontro ao novo contexto político inaugurado por Getúlio Vargas, no período pós-1930, apesar do interesse do *Governo Provisório* em centralizar ao máximo as decisões do governo, ao passo que o programa do novo partido previa a defesa da autonomia estadual, dentre outras coisas. Tal programa contemplava uma série de direitos sociais aos trabalhadores, o que parecia, ao menos no discurso, mais agradável aos eleitores, muito embora ocorressem paradoxos entre o discurso e a prática. Nesse sentido, observam Noll e Trindade:

---

<sup>243</sup> O Nacional, 19 de novembro de 1932.

<sup>244</sup> RANGEL, Carlos R. da R. *Participação Política nos Discursos Oposicionistas A Getúlio Vargas e Gabriel Terra*. Dissertação de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007, p. 51.

Concebido como proposta política de uma oligarquia regional que pretende se impor nacionalmente, mas que depende do beneplácito do poder central ao qual dedica sua lealdade, o programa do Partido Republicano Liberal contém, já à primeira vista, ambivalências e contradições internas que são o reflexo do conflito básico vivido pela oligarquia: a defesa da autonomia estadual num momento de construção das estruturas nacionais em todos os níveis e a consciência de necessidades regionais específicas (principalmente no setor econômico) que levam a pressentir a viabilidade do estado central como agência de solução de conflitos. Agregando-se aos elementos contraditórios do programa, existia, também, o fato do partido congregar, desde membros da oligarquia tradicional (agropecuária), passando pelos profissionais liberais até os comerciantes/industriais que podem ser rotulados, genericamente, como setores econômicos em ascensão (social, política e economicamente) e, que assume posturas diversificadas, em função das contradições de seus interesses, na interpretação da realidade sócio-econômica afetada pela crise de 29 e depressão subsequente<sup>245</sup>.

Essas ambivalências expressam a realidade política e social que o Estado e o Brasil viviam à época da criação do PRL. Vale lembrar que neste período, no Rio Grande do Sul, as oligarquias ainda eram fortes e disputavam o, poder acirradamente, independentemente do setor que representassem.

A amplitude do seu programa fez com que o PRL obtivesse a união de vários setores sociais, deixando, entanto, várias questões pendentes, uma vez que foram priorizadas questões econômicas e sociais. A adesão de vários políticos dissidentes da FUG contribuiu para que o partido de Flores da Cunha fosse a maior agremiação política no Rio Grande do Sul, pelo menos até as eleições municipais de 1935.

A redação final do programa do PRL, segundo analisa Derocina, teve as seguintes características:

A redação final do programa do PRL passou a atribuir à União, o controle sobre as dívidas externas e internas dos Estados e municípios, inclusive o controle financeiro sobre certos setores produtivos. O partido propunha ainda a criação de Conselhos Técnicos que atuavam na economia e que poderia ser controlado tanto pela iniciativa privada, quando pelo Estado. Um acordo firmado entre Flores da Cunha e Alberto Bins (líder das associações de classes empresariais) possibilitou que este passasse a fazer parte do diretório do partido. Dessa forma, o partido abrigava desde a oligarquia tradicional (agro-pecuária), passando pelos profissionais liberais, até comerciantes e industrialistas<sup>246</sup>.

As primeiras teses e a repercussão da criação do novo partido foram amplamente divulgadas na imprensa de Passo Fundo logo após a notícia de sua criação. Foi reproduzido um telegrama em que Getúlio Vargas compara o PRL “à phenix das lendas,

---

<sup>245</sup> TRINDADE, Hélió. NOLL, Maria Izabel. Op.cit. p. 85.

<sup>246</sup> CAMPOS, Derocina Alves. Op. Cit. p. 35.

das cinzas dos velhos partidos gaúchos esgotados em sua finalidade pelo abandono de seus princípios básicos<sup>247</sup>”.

E prossegue:

Predomínio de um personalismo irritante agravado por pequeninas ambições e despeitos minúsculos, precipitou-se o aniquilamento culminado por seus erros, ao pretender lançar o Estado numa aventura na qual não fora consultado. Salvou-o no momento mais perigoso da história política, o braço vigoroso e a consciência patriótica de Flores da Cunha, mantendo íntegros os compromissos assumidos de assegurar a ordem numa afirmativa que, conhecidos o seu caráter e sua lealdade, ninguém poderia por em dúvida. Julgo excelente o programa do novo partido que satisfaz com acerto os objetivos do nosso quadro histórico. Surge em momento revelador e construtor, num instante dramático da vida brasileira, visando precipuamente salvar as conquistas da revolução, cujos princípios consolida, continuando sua fase preparatória da Aliança Liberal<sup>248</sup>.

A criação do PRL causou a reação da oposição. Em Passo Fundo, por exemplo, uma “advertência<sup>249</sup>” foi lançada aos republicanos e libertadores da cidade, por meio da qual Nicolau de Araújo Vergueiro e Antonio Bittencourt Azambuja, respectivos líderes políticos locais dos partidos Republicano e Libertador, alertavam ao “aliciamento que se pretendia às fileiras dos tradicionais partidos Republicano e Libertador no Rio Grande do Sul<sup>250</sup>”.

Tais líderes políticos faziam ainda um apelo, no seguinte sentido:

Republicanos e libertadores que conservais imácua a fé partidária e tendes a coragem cívica da adversidade, não aposteis os chefes aclamados até às vésperas do exílio nem abjureis o patrimônio político do vosso passado que, a lances de bravura, lealdade e civismo, fez a grandeza e glória do Rio Grande do Sul.

Libertadores e republicanos, apresente-vos para a formidável batalha cívica da reintegração da pátria e da ordem constitucional, firmes e resolutos em vosso posto de ontem, no seio da poderosa e invencível organização partidária que é a Frente Única, sob a inspiração tutelar de Raul Pilla e Borges de Medeiros, os dois grandes chefes que o exílio não banuiu da consciência política do Rio Grande do Sul e que são cada vez maiores na saudade e na veneração de seu povo<sup>251</sup>.

Entendiam que os seus correligionários não deviam abandonar as suas fileiras, por entender que a Frente Única era a única representante do “idealismo liberal<sup>252</sup>” e

---

<sup>247</sup> O Nacional, 17 de novembro de 1932.

<sup>248</sup> O Nacional, 17 de novembro de 1932.

<sup>249</sup> O Nacional, 05 de dezembro de 1932.

<sup>250</sup> O Nacional, 05 de dezembro de 1932.

<sup>251</sup> O Nacional, 05 de dezembro de 1932.

<sup>252</sup> O Nacional, 05 de dezembro de 1932.

que o novo partido recém-criado, em seu programa, fazia uma cópia fiel dos seus programas<sup>253</sup>.

A advertência a que se referia *O Nacional* trazia nas entrelinhas uma mágoa pessoal de Nicolau Vergueiro para com Flores da Cunha, em que pese que este, no ano de 1931, emancipou a cidade de Carazinho-RS e para seu prefeito nomeou Homero Guerra, seu cunhado. Com tal medida, Flores da Cunha enfraqueceu Vergueiro, uma vez que o distrito de Carazinho era um forte reduto eleitoral desse líder político. Mesmo assim, nas eleições constituintes do ano seguinte, Nicolau Vergueiro conseguiu eleger-se deputado federal pela Frente Única.

No final do ano de 1932, Getúlio Vargas lançou um decreto que cassava os direitos políticos por três anos das autoridades depostas na revolução de 1930 e dos implicados no movimento paulista e deputados e senadores que votaram para a depuração das bancadas de Minas Gerais e Paraíba<sup>254</sup>.

O decreto abrangia, ainda, “todos os que no Rio Grande do Sul chefiaram e promoveram articulação dos elementos deste Estado com a denominada Frente Única dos partidos Democrático de São Paulo, declarando-se solidários com os rebeldes<sup>255</sup>”.

### **2.3 - Eleições 1933, 1934 e 1935: a Performance do PRL**

Três eleições foram realizadas no Rio Grande do Sul nesse período: em 1933 para a Constituinte Federal; em 1934 para a deputação federal e Constituinte estadual; em 1935 para as prefeituras municipais. Nas eleições de 1933, o PRL, partido oficial do interventor do Estado, pôde medir forças com os partidos de oposição. Com o advento da proibição dos principais líderes oposicionistas, em que pesem as suas participações na Revolução Constitucionalista de 1932, facilitou a vitória do partido de Flores da Cunha.

Dois anos após Getúlio Vargas ter assumido a chefia do Governo Provisório, foram marcadas as eleições constituintes para o mês de maio de 1933<sup>256</sup>. Ele fixou em

---

<sup>253</sup> O Nacional, 05 de dezembro de 1932.

<sup>254</sup> O Nacional, 10 de dezembro de 1932.

<sup>255</sup> O Nacional, 10 de dezembro de 1932.

<sup>256</sup> O Nacional, 13 de janeiro de 1933.

284 o número total de constituintes, sendo 213 o número de deputados constituintes<sup>257</sup>, excetuando-se o território do Acre, bem como 71 representantes das classes sindicalizadas<sup>258</sup>.

Nessa ocasião, se especulava que as eleições poderiam ser adiadas, não ocorrendo no mês de maio. A esse respeito, Flores da Cunha fez a seguinte declaração:

O Rio Grande do Sul darão em maio de cem a cento e vinte mil eleitores, maior número registrado até a campanha Liberal de 1930. O municípios darão, no mínimo, mil votos cada um, com exceção de Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande e outros que darão muito mais. E se as eleições forem adiadas, não hesitarei em deixar a interventoria no Estado<sup>259</sup>.

Segundo publicava *O Nacional*, o temor de que as “eleições de Maio<sup>260</sup>” fossem adiadas não se confirmou. As eleições foram confirmadas, porém o Partido Comunista e o Partido Católico tiveram as suas inscrições eleitorais recusadas pelo Tribunal Eleitoral, por não satisfazerem as condições legais<sup>261</sup>.

O PRL, nessa época, reuniu-se em Porto Alegre, e foram escolhidos os 17 candidatos à Constituinte. De acordo com o que registra *O Nacional*:

Realizou-se na capital, uma reunião da diretoria do Partido Republicano Liberal. Foram discutidos vários assuntos, entre os quais os que defenderão a constituinte, tendo sido escolhidos 17 candidatos à deputação e tomadas medidas de ordem interna. Os nomes escolhidos são desconhecidos, todavia, sabe-se, ao certo que Augusto Simões Lopes, prefeito de Pelotas, deixou o cargo hoje, a fim de desincompatibilizar-se para as eleições, sendo que, também consultados, deixarão os cargos até amanhã, os prefeitos Ascanio Tubino, de Quaraí, e Demétrio Xavier, de Dom Pedrito. Ao contrário do que se esperava, Flores da Cunha não deixou o governo do Estado, motivo porque não poderá candidatar-se, o mesmo acontecendo com João Carlos Machado e Alberto Bins. Entre outros, sabe-se que candidatar-se-ão à deputação Raul Bittencourt, Darcy Azambuja e possivelmente Benjamin Aragão e Francisco Flores<sup>262</sup>.

Flores da Cunha não deixou o cargo de interventor no Rio Grande do Sul, com isso não pôde candidatar-se à Constituinte, mas não eram esses os seus planos. Como pôde se comprovar mais tarde, ele queria permanecer governando o Estado, sendo eleito governador.

---

<sup>257</sup> O Nacional, 5 de janeiro de 1933.

<sup>258</sup> O Nacional, 6 de janeiro de 1933.

<sup>259</sup> O Nacional, 13 de fevereiro de 1933.

<sup>260</sup> O Nacional, 15 de fevereiro de 1933.

<sup>261</sup> O Nacional, 15 de fevereiro de 1933.

<sup>262</sup> O Nacional, 4 de março de 1933.

Havia nesse momento, no Brasil, os chamados “planos de perturbação da ordem<sup>263</sup>”, às vésperas das eleições. Foi por isso que foi lançada a seguinte nota publicada em *O Nacional*:

Sendo notório que elementos civis e militares se tem reunido à margem das fronteiras ao sul do país e estrangeiro a fim de concertar planos de perturbação da ordem nas vésperas das eleições, o governo julga oportuno declarar que tem pleno conhecimento de tais trabalhos e está preparado para anulá-los na primeira manifestação de qualquer movimento sedicioso.

Os militares reformados que lá se encontram uns por terem da Europa tomado aquele destino e outros que daqui partiram exclusivamente, terão cassados os vencimentos assim como também aqueles que no país não se apresentarem regularmente às atividades competentes.

Serão ainda adotadas providências no sentido de evitar a remessa de auxílios pecuniários aos implicados civis, cujos bens poderão vir a ser confiscados para responderem pelas despesas e danos decorrentes com ameaças de sedições.

Esses ônus não devem mais ser imputados ao povo, o qual contribui para o Tesouro da nação e tem direito de tranqüilidade. Uma vez que timbram em não corresponder ao governo, este terá de ser inexorável na aplicação da lei, cumprindo e punindo a decisão daqueles que tentarem de qualquer modo subverter a nova ordem<sup>264</sup>.

O temor do governo era o de que aqueles políticos que foram exilados em decorrência dos acontecimentos da revolução paulista de 1932 se rearticulassem e dessem um golpe no Governo Provisório, por isso as medidas acima foram tomadas, como forma de prevenção.

Em resposta à nota emitida à imprensa, o diretório do PL enviou telegramas para Flores da Cunha e para Maciel Júnior, como noticiava *O Nacional*:

A Frente Única está alheia aos conchavos que dizem verificar-se na fronteira para a perturbação da ordem, e que deseja paz mas exige que se respeite o resultado das urnas. Isso declara em virtude do discurso proferido por Nolasco Frazão, no qual o orador disse que o Partido Republicano Liberal venceria pelas armas onde não vencesse pelas urnas<sup>265</sup>.

Flores da Cunha, como forma de acalmar os ânimos, disse, em entrevista ao jornal *O Globo*, reproduzida pelo *O Nacional*, que o seu desejo era o de conseguir a anistia geral:

Julgo conveniente a concessão da anistia para apaziguar de vez os patrícios. Entendo que a atividade dos que se acham expatriados será muito menos nociva estando eles dentro do país do que daqui afastados. Para desarmar os espíritos e restabelecer a tranqüilidade não vejo outro meio senão a anistia.

*O Nacional* destacou, também, a resposta às declarações de Flores da Cunha, que Raul Pilla, exilado em Buenos Ayres, deu em entrevista ao jornal *La Nacion*:

---

<sup>263</sup> *O Nacional*, 6 de março de 1933.

<sup>264</sup> *O Nacional*, 6 de março de 1933.

<sup>265</sup> *O Nacional*, 9 de março de 1933.

Não é ela uma resolução do governo que tenha um simples propósito. Que aos membros da ditadura se revelou que outro seria agora o panorama brasileiro se, logo após a revolução, que foi uma advertência ao governo, tivesse ele anistiado amplamente os revolucionários, garantindo voto, sem cassar os direitos políticos de inúmeros cidadãos. Quem conhece o Brasil sabe existirem ali elementos capazes de vetar toda a medida pacificadora se vencerem os extremistas, certamente vetarão a anistia. Creio que nenhum exilado de responsabilidade aceitará a anistia, pois é necessário, para ela, que eles a requeiram ao governo. Não tenho notícias de anistia em tais condições. A anistia não é mais um indulto. Concede-a o governo provisório para permitir que regressemos, mas depois de haver-nos passado por uma humilhação<sup>266</sup>.

No mesmo sentido que Raul Pilla, Borges de Medeiros também disse que “se desinteressava pela anistia<sup>267</sup>”. Estando exilado em Recife, disse que “mesmo que seja decretada, permanecerá em Pernambuco até a volta do país ao regime legal<sup>268</sup>”, conforme noticiou *O Nacional*.

Referindo-se às eleições que se aproximavam, Flores da Cunha, entrevistado pelo Correio da Manhã, declarou que o seu partido “teria uma vitória esmagadora de setenta por cento, deixando trinta por cento para os adversários, incluindo neles, aqueles que chamo de trãsufugas e traidores<sup>269</sup>”.

### • 1933

As chapas para a Constituinte estavam sendo montadas e os candidatos da Frente Única foram remetidos à apreciação de Borges de Medeiros, ao qual caberia decidir os representantes tanto dos republicanos, quanto dos libertadores<sup>270</sup>. Os candidatos republicanos foram Maurício Cardoso, Ariosto Pinto, Sérgio Oliveira, Py Crespo, Joaquim Osório, Nicolau de Araújo Vergueiro e Armando Faria<sup>271</sup>.

Os libertadores foram Assis Brasil, Bruno Lima, Edgar Schneider, Gabriel Moacyr e Raimundo Vianna, além de outros “cujos nomes ainda são desconhecidos<sup>272</sup>”. Os integrantes da Frente Única pensavam em votar em alguns políticos que estavam exilados, alegando-se que eles adquiririam os direitos políticos, dando-se como

---

<sup>266</sup> O Nacional, 28 de março de 1933.

<sup>267</sup> O Nacional, 31 de março de 1933.

<sup>268</sup> O Nacional, 31 de março de 1933.

<sup>269</sup> O Nacional, 18 de março de 1933.

<sup>270</sup> O Nacional, 6 de março de 1933.

<sup>271</sup> O Nacional, 6 de março de 1933.

<sup>272</sup> O Nacional, 6 de março de 1933.

exemplos o caso de José Bonifácio depois da primeira Constituinte, o qual estava exilado e, tendo sido eleito, voltou ao Brasil, novamente adquirindo direitos políticos, fato que nessas eleições não se confirmou.

No início do mês de maio de 1933, o PRL apresentou a sua chapa de candidatos que concorreria à Assembléia Nacional Constituinte, que contava com os seguintes políticos<sup>273</sup>, conforme quadro abaixo:

**Figura 1 – Quadro de Candidatos, contendo suas Profissões e Cidades de Atuação**

<b>CANDIDATO</b>	<b>PROFISSÃO</b>	<b>CIDADE</b>
Alberto Correa	Advogado	Rio de Janeiro
Augusto Simões Lopes	Advogado	Pelotas
Carlos Cavalcanti Mangabeira	Farmacêutico Militar	Bagé
Carlos Maximiliano Pereira dos Santos	Advogado	Rio de Janeiro
Cel. Argemiro Dornelles	Militar	Porto Alegre
Demetrio Mercio Xavier	Advogado	Dom Pedrito
Frederico Dahne	Engenheiro	Porto Alegre
Frederico João Wolfenbüttel	Médico	São Leopoldo
Gaspar Saldanha	Advogado	Curitiba
Heitor Annes Dias	Médico	Porto Alegre
João Ascanio Moura Tubino	Advogado	Quarai
João Fanfa Ribas	Jornalista	Bagé
João Simplicio Alves de Carvalho	Engenheiro Civil	Rio de Janeiro
Pedro Vergara	Jornalista e Advogado	Porto Alegre
Raul Jobim Bittencourt	Médico	Porto Alegre
Renato Barbosa	Médico	Porto Alegre

Fonte: AMARAL, Sandra M. *O Teatro do Poder: As Elites Políticas no Rio Grande do Sul na Vigência do Estado Novo*. (Tese de Doutorado). Porto Alegre: PUCRS, 2005. p. 285-337.

Pelo quadro acima, podemos constatar que a maioria dos candidatos eram profissionais liberais: advogados (6); médicos (4); engenheiros (2); jornalistas (2) e militares (2). Na sua maioria atuavam na capital (6); muito embora outros atuassem na região metropolitana (1), alguns na zona sul e fronteira (4) e outros ainda com atuação fora do Estado (4).

<sup>273</sup> Jornal O Nacional, 2 de maio de 1933.



Na mesma edição do lançamento da chapa do partido, em seção livre foi divulgado o seguinte manifesto, conforme atesta *O Nacional*:

O Partido Republicano Liberal, cuja figura central é José Antônio Flores da Cunha, é um partido surgido do “Congresso da Ordem”, e são soldados do partido glorioso todos os bons “gaúchos”, que querem a ordem para terem a paz; a paz para terem o trabalho; e o trabalho para terem o bem estar social e individual, e assim sendo, o progresso material da grande pátria brasileira. O P. R. Liberal é o continuador da nova era pátria, iniciada com a gloriosa revolução de outubro de 1930. Um partido que colabora com Getúlio Dornelles Vargas, é um partido merecedor incontestemente do apoio moral e material de todos os homens de bem, de todos os homens sensatos e de todos os bons brasileiros<sup>274</sup>.

Nestas eleições, sob o título de “secção livre”, vinculavam-se notícias e apelos de ambos os partidos políticos que concorriam às eleições. *O Nacional*, cujo diretor era Herculano Annes e gerente interino Múcio de Castro, noticiava ambos os lados, não sendo uma crítica ou oposição direta aos partidos políticos que disputavam o pleito.

As eleições constituintes ocorreram em 3 de maio de 1933. Em Passo Fundo, conforme noticiava o jornal *O Nacional*, “o trabalho de votação foi feito com inteira lisura, sendo o voto absolutamente secreto<sup>275</sup>”. Porém advertia sobre a falta de informação dos eleitores, pois, segundo o jornal:

Pouca gente sabia que a votação se faria na ordem das senhas numeradas, acreditando que ela obedeceria a ordem das listas publicadas integralmente pelo jornal “A Federação”. Desse fato se viu que muitos eleitores chegaram tarde às suas mesas, atrasando em muito os trabalhos. Em algumas secções houve pessoas que venderam senhas de boa colocação, variando o preço delas entre 5\$000 e 20\$000<sup>276</sup>.

A fiscalização dos trabalhos eleitorais foi acompanhada de perto pelos principais partidos participantes das eleições:

O Partido Liberal instalou postos de informações a cem metros das mesas eleitorais. A Frente Única esteve atívisima na fiscalização dos trabalhos. Os seus delegados, assim como os juizes eleitorais, percorreram diversas secções<sup>277</sup>.

No Rio Grande do Sul, as eleições ocorreram dentro de uma relativa ordem. Um incidente ocorrido na cidade de Caçapava é que destoou dessa ordem. Numa emboscada, foi assassinado o coronel Higino Pereira, subprefeito, subdelegado e chefe do Partido Republicano Liberal naquele município<sup>278</sup>.

---

<sup>274</sup> *O Nacional*, 2 de maio de 1933.

<sup>275</sup> *O Nacional*, 4 de maio de 1933.

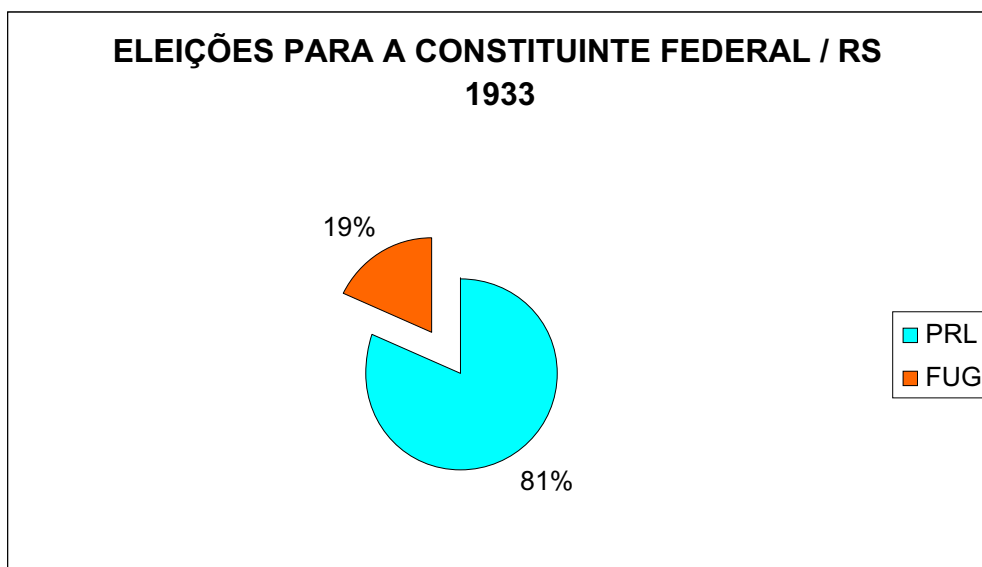
<sup>276</sup> *O Nacional*, 4 de maio de 1933.

<sup>277</sup> *O Nacional*, 4 de maio de 1933.

<sup>278</sup> *O Nacional*, 5 de maio de 1933.

No gráfico e no mapa a seguir, é possível vislumbrar o desempenho da FUG em 63 municípios do estado do Rio Grande do Sul, nas eleições de 1933. Nessas eleições, das 16 cadeiras que cabiam ao Rio Grande do Sul, o Partido Republicano Liberal consegue obter 13, sendo derrotado apenas em cinco municípios (Candelária, São Pedro, D. Pedrito, Caçapava e São Sepé), dos 82 municípios do Estado)<sup>279</sup>.

**GRÁFICO 1**

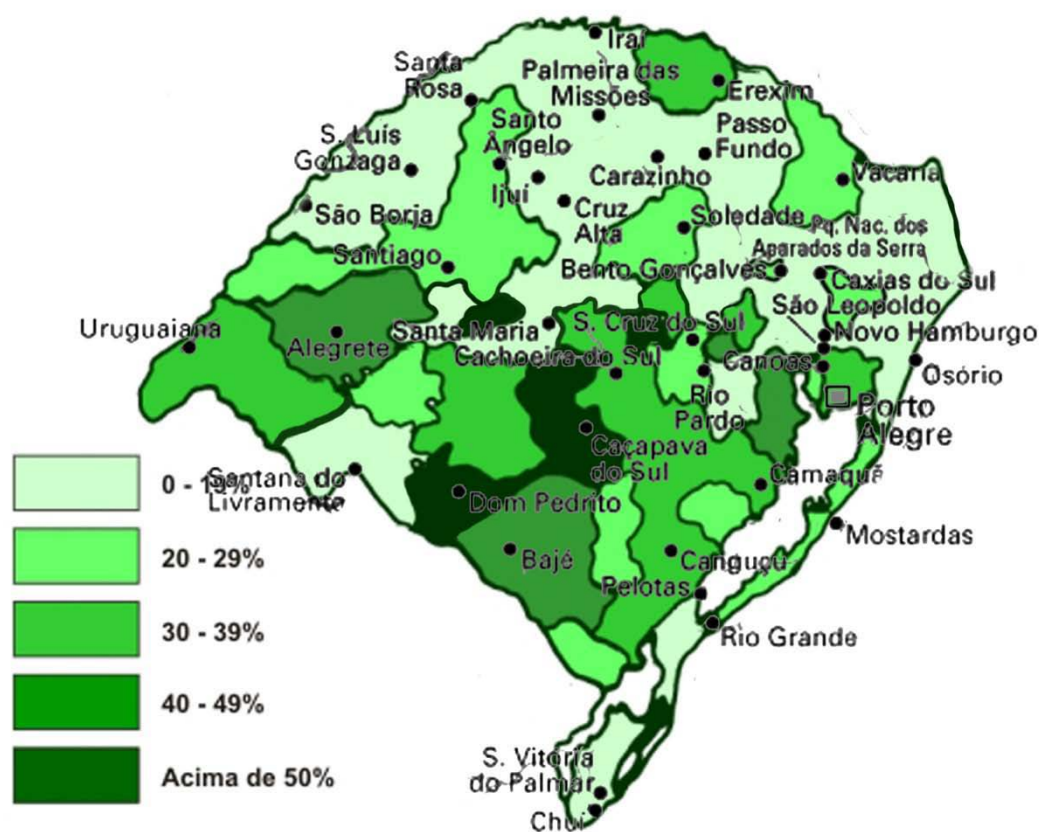


Fonte: TRINDADE, Hégio; NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. TRINDADE, Hégio; NOLL, Maria Izabel. *Estatísticas Eleitorais no Rio Grande da América do Sul (1823-2002)*.

<sup>279</sup> TRINDADE, Hégio. NOLL, Maria Izabel. Op.cit. p. 71.

## MAPA 4: Eleições para a Assembléia Constituinte de 1933 – RS

### Votação da FUG, 63 Municípios



Fonte: TRINDADE, Héglio; NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. TRINDADE, Héglio; NOLL, Maria Izabel. *Estatísticas Eleitorais no Rio Grande da América do Sul (1823-2002)*

Estas eleições, ocorridas antes da Constituinte de 1934, suscitaram críticas da oposição. Armando Fay de Azevedo, do PL, em entrevista à Agência Brasileira, se manifestou da seguinte forma:

A experiência de ontem patenteou a deficiência da lei vigente no que concerne à cédula. Como não dispunha expressamente a lei de que ela deveria ser de papel comum, o partido oficial do Rio Grande do Sul distribuiu cartolina que deu à sobrecarta uma rigeza verificável à simples inspeção ocular<sup>280</sup>.

<sup>280</sup> O Nacional, 5 de maio de 1933.

Com relação ao sistema eleitoral adotado, *O Nacional* destacava que Armando Azevedo, acreditava

que as futuras eleições processadas já sob o império da constituição, com restabelecimento de todas as garantias, é que permitiriam um juízo garantido da eficiência legal do sistema adotado que, doutrinariamente, é o mais perfeito<sup>281</sup>.

Enquanto se processavam as apurações eleitorais, já começava a surgir a indicação de Getúlio Vargas para futuro presidente constitucional do Brasil<sup>282</sup>. Nesse sentido, o ministro do Exterior, desmentindo notícias de que iria se candidatar à presidência do constitucional Brasil, declarou que não via “razões para que se afaste dessa presidência no período constitucional aquele que há mais de dois anos vem exercendo a magistratura do país com superior capacidade e patriotismo incontestável<sup>283</sup>”.

Paralelamente às apurações que transcorriam em todo o país, foi divulgado o regimento interno da Constituinte, em *O Nacional*:

A assembléia reunir-se-ia é sessão preparatória, cinco dias antes da sua instalação solene, sob a presidência do ministro do Tribunal Superior Eleitoral, Hermenegildo de Barros. No dia da instalação definitiva, já a mesa estaria eleita, cabendo-lhe dirigir os trabalhos. Os prazos estabelecidos para as discussões são curtos, de modo a não prolongarem-se demasiado os trabalhos. O regimento interno faculta o comparecimento às sessões dos ministros do governo, não podendo os mesmos falar mais que uma hora. As sessões terão lugar com a presença mínima de 64 deputados. Na constituinte só se poderão tratar de assuntos concernentes à constituição, à eleição do presidente da república e a discussão dos atos do governo provisório<sup>284</sup>.

Foram eleitos, em primeiro turno, conforme noticiaram os jornais Correio do Povo e Diário de Notícias: Carlos Maximiliano, Simões Lopes e Maurício Cardoso, e pelo quociente eleitoral partidário: Demétrio Xavier, Annes Dias, Frederico Dahne, João Simplício, Renato Barbosa, Ascanio Tubino, Wolfendutel, Vitor Russomano, Pedro Vergara, Sergio de Oliveira. Pelo segundo turno: Francisco Ribas e Gaspar Saldanha.

Em decorrência de irregularidades apuradas durante as eleições, inúmeros municípios tiveram urnas sob suspeita. Dessa forma, foi necessária a intervenção do Tribunal Eleitoral para apurá-las.

---

<sup>281</sup> O Nacional, 5 de maio de 1933.

<sup>282</sup> O Nacional, 8 de maio de 1933.

<sup>283</sup> O Nacional, 5 de maio de 1933.

<sup>284</sup> O Nacional, 12 de maio de 1933.

Nessa situação, encontravam-se 343 urnas, as quais foram escrutinadas, observando-se a seguinte ordem dos municípios:

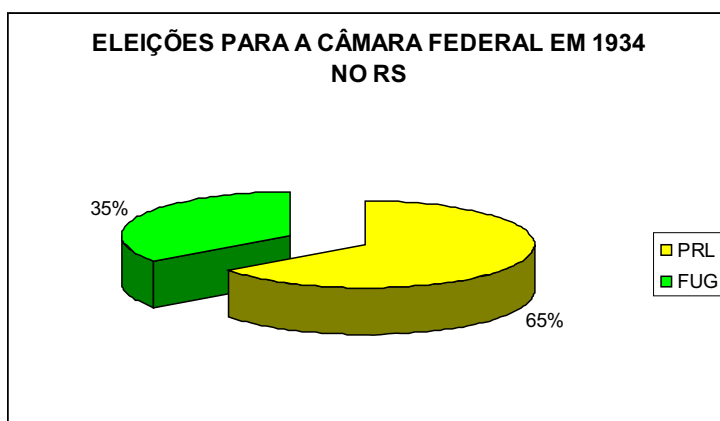
Alegrete, São Francisco de Assis, Santo Ângelo, Ijuí, Santa Rosa, Vacaria, Antônio Prado, Bom Jesus, Caxias do Sul, Nova Trento, Dom Pedrito, São Sebastião do Caí, Passo Fundo, Rio Grande, São José do Norte, Caçapava, São Sepé, São Gabriel, Lavras, Encruzilhada, Lagoa Vermelha, Prata, São Luiz Gonzaga, Quaraí, Palmeira das Missões, Santa Vitória do Palmar, Pelotas, São Lourenço, Jaguarão, Arroio Grande, Herval, Canguçu, Piratini, Itaqui, Uruguaiana e São Borja<sup>285</sup>.

- 1934

No pleito de 1934, para a Câmara Federal e para a Constituinte Estadual, o PRL obteve 126.766 votos contra 35.723 da Frente Única<sup>286</sup>. Elegeu, respectivamente, treze dos vinte deputados federais do Estado e vinte e uma das trinta cadeiras na Assembléia do Estado<sup>287</sup>.

Percebemos, segundo o gráfico a seguir, o desempenho eleitoral alcançado, tanto pelo PRL, quanto pela FUG, nas eleições para a Câmara Federal no Rio Grande do Sul. Observa-se uma diminuição na hegemonia política por parte do PRL, visto que a FUG aumenta em quatro o número de deputados com relação à Constituinte.

**GRÁFICO 2**



Fonte: TRINDADE, HÉLGIO; NOLL, MARIA IZABEL. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. TRINDADE, HÉLGIO; NOLL, MARIA IZABEL. *Estatísticas Eleitorais no Rio Grande da América do Sul (1823-2002)*.

<sup>285</sup> O Nacional, 12 de junho de 1933.

<sup>286</sup> O Nacional, 23 de junho de 1933.

<sup>287</sup> CAGGIANI, Ivo. Op. Cit. p. 146.

Finalizadas as apurações no Rio Grande do Sul, *O Nacional* noticiava que haviam sido eleitos, no primeiro turno, os liberais Simões Lopes e Carlos Maximiliano. Pela Frente Única Maurício Cardoso e Assis Brasil<sup>288</sup>. No segundo turno, foram eleitos os liberais: Heitor Annes Dias, Frederico Wolffenbuettel, João Simplicio, Ascanio Tubino, Frederico Dahne, Demetrio Mercio Xavier, Pedro Vergara, Renato Barbosa, Vitor Russomano, Fanfa Ribas e Sergio Oliveira pelos unionistas<sup>289</sup>.

Já a Frente Única elegeu sete deputados federais. Nenhum dos outros partidos competidores conseguiu eleger representantes; porém, os resultados eleitorais apresentam como mais votados, numa ordem decrescente: o Integralismo, a Liga Eleitoral Proletária, o Trabalhador Ocupa teu Posto e finalmente candidatos avulsos<sup>290</sup>, de acordo com *O Nacional*.

Nestas eleições, muitos políticos deixaram de compor chapas, tendo em vista estarem presos e estarem prestes de terem os seus direitos políticos cassados. Um telegrama do ministro da Justiça Antunes Maciel para Flores da Cunha solicita que este se posicione sobre o fato.

O telegrama informa que “havia candidatos republicanos cuja presença na chapa dependerá ou não da cassação de seus direitos, visto como quais estão presos neste momento. Caso entendas, debes assim comunicar a este ministério<sup>291</sup>”.

A divisão de votos com a Frente Única é um aspecto a ser considerado nos totais eleitorais de 1934 do PRL, pois a existência de outras legendas, mesmo sem se constituir em ameaça à dominação do partido oficial, contribuiu para diminuir o impacto de sua votação<sup>292</sup>.

Nas mesmas eleições, para a Constituinte Estadual, o PRL elegeu 21 das 32 cadeiras existentes. Foram eleitos: Argemiro Dornelles; Antenor Amorim; Cylon Rosa; Jose Loureiro da Silva; Jose P. Coelho e Souza; Roque Degrazzia; Benjamin Dornelles Vargas; Hildebrando Wesphalen; Moyses Velhinho; Paulo Rache; Guerra Blessmann; Antônio Xavier da Rocha; Viriato Dutra; Favorino de Freitas Mercio; Alberto de Brito;

---

<sup>288</sup> O Nacional, 23 de junho de 1933.

<sup>289</sup> O Nacional, 23 de junho de 1933.

<sup>290</sup> O Nacional, 23 de junho de 1933.

<sup>291</sup> Telegrama de Antunes Maciel para Flores da Cunha, ano de 1934, sem data. Porto Alegre: NUPERGS/UFRGS.

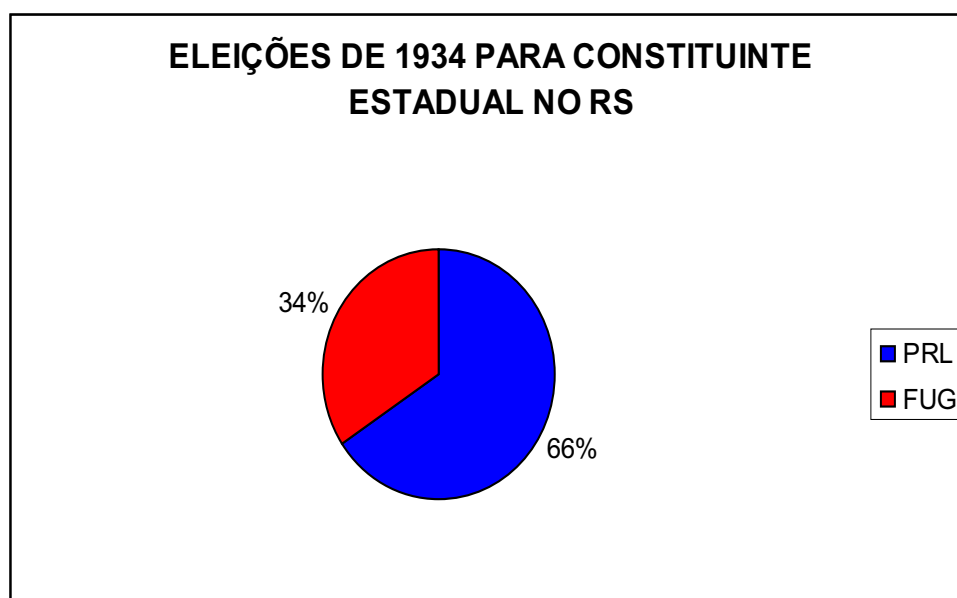
<sup>292</sup> Idem, *ibidem*.

Adolpho Pena; Paulino Fontoura; Julio Diogo; Oscar Karnal; Eurico Arthur Ferreira e Antônio Assumpção Junior<sup>293</sup>.

A coligação de oposição, a FUG, por sua vez, conseguiu eleger 11 deputados. Sete eram do PRR: Firmino Paim Filho; Maurício Cardoso; Adroaldo Mesquita da Costa; Camilo Martins da Costa; Oliveira de Deus Vieira Filho; Aurélio de Lima Py e Adolfo Dupont. Outros 4 deputados pertenciam ao PL: Raul Pilla; Edgar Luis Schneider; Décio Martins Costa e Armando Fay de Azevedo<sup>294</sup>.

Observamos, no gráfico abaixo, a performance eleitoral do PRL e da FUG, nas eleições para a Constituinte no Rio Grande do Sul. Embora a FUG tenha obtido um desempenho melhor nessas eleições, o partido de Flores da Cunha conseguiu manter a maioria dos deputados na Assembléia Legislativa Rio Grande do Sul.

### GRÁFICO 3



Fonte: TRINDADE, Hégio; NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. TRINDADE, Hégio; NOLL, Maria Izabel. *Estatísticas Eleitorais no Rio Grande da América do Sul (1823-2002)*.

<sup>293</sup> TRINDADE, Hégio. NOLL, Maria Izabel. Op.cit. p. 71.

<sup>294</sup> FELIZARDO, Joaquim José. SCHIMIDT, Mateus. *Partidos Políticos e Eleições no Brasil: da Redemocratização aos Nossos Dias*. Porto Alegre: Editora Vozes, 1982. ps. 31-32.

**Figura 2: Apontamentos da Cidade, Agremiação Política Anterior à Criação do PRL e as Respectivas Profissões dos Políticos Eleitos para a Constituinte Estadual, em 1934<sup>295</sup>.**

<b>NOME</b>	<b>CIDADE</b>	<b>PARTIDO/32</b>	<b>PARTIDO/34</b>	<b>PROFISSÃO</b>
Adolpho Peña	N. I.	N. I.	PRL	N. I.
Alberto de Brito	Porto Alegre	N. I.	PRL	Advogado
Antenor Amorin	N. I.	N. I.	PRL	N. I.
Antônio Augusto de Assunção Júnior		N. I.	PRL	N. I.
Antônio Xavier da Rocha	Santa Maria	N. I.	PRL	Médico
Argemiro Dorelles	Encruzilhada	N.I.	PRL	Militar
Benjamin Dornelles Vargas	São Borja	PRR	PRL	Funcionário Público
Eurico A. Ferreira	N. I.	N. I.	PRL	N. I.
Favorino de Freitas Mercio	N. I.	N. I.	PRL	N. I.
Hildebrando Westphalen	Cruz Alta	N. I.	PRL	Médico
José Coelho de Souza	Porto Alegre	PRR/PRC	PRL	Jornalista
José Loureiro da Silva	Porto Alegre	PRR	PRL	Funcionário Público
Júlio Vieira Diogo	N. I.	N. I.	PRL	
Luis Francisco Guerra Blesmann	Alegrete	N. I.	PRL	Médico
Moisés de Moraes Velinho	Santa Maria	N. I.	PRL	Funcionário Público
Oscar da Costa Karnal	Lajeado	N. I.	PRL	Jornalista
Paulino Fontoura	N. I.	N. I.	PRL	N. I.
Paulo Vaz Rache	Rio Grande	PRR	PRL	Funcionário Público
Pompílio Cylon Rosa	Montenegro	N. I.	PRL	Advogado
Roque Degrazzia	N. I.	N. I.	PRL	N. I.
Viriato Pereira Dutra	São Borja	N. I.	PRL	Médico

Legenda: NI = não identificada

Fonte: AMARAL, Sandra M. *O Teatro do Poder: As Elites Políticas no Rio Grande do Sul na Vigência do Estado Novo*. (Tese de Doutorado). Porto Alegre: PUCRS, 2005. p. 286 a 312..

<sup>295</sup> AMARAL, Sandra Maria do. *O Teatro do Poder: As Elites Políticas no Rio Grande do Sul na Vigência do Estado Novo*. Porto Alegre: PUC/RS, 2005. ps. 286 a 312. . (Tese de Doutorado).



- 1935

As eleições para a escolha dos prefeitos municipais no Rio Grande do Sul em 1935 foram marcadas por atos de extrema violência, principalmente contra os opositores do PRL. O caráter de violência que esta eleição adquiriu deveu-se, em grande parte, ao fato de inúmeros prefeitos (nomeados pelo interventor/governador) concorrerem ao cargo sem que deles se desincompatibilizassem no prazo estabelecido pela lei eleitoral<sup>296</sup>.

Sobre os episódios de extrema violência que marcaram as eleições municipais de 1935 no Rio Grande do Sul, Derocina Alves Campos destaca algumas ações adotadas por Flores da Cunha:

Flores da Cunha passou a utilizar métodos ilegais para intimidar os seus adversários. Seguindo o seu furor caudilhesco, demitiu prefeitos e funcionários que votaram na FUG nas eleições estaduais, provocou ainda, o desmembramento de uma parte do município de Passo Fundo (reduzido da Frente Única), que passou a chamar-se Getúlio Vargas, pressionou também o Tribunal Regional Eleitoral a anular o voto de determinados distritos e convocar uma nova eleição para 17 de dezembro, devido aos conflitos entre membros do PRL e da FUG. O crivo do governador cobria ainda, os nomes dos candidatos da Frente Única que deveriam compor as listas de votação<sup>297</sup>.

Outro exemplo dessa extremada violência, foi o assassinato ocorrido na cidade de Lajeado. Segundo o relato do jornal *O Nacional*, o subprefeito da cidade, Clímaco Ribeiro, matou o político Orlando Flett, opositorista da Frente Única<sup>298</sup>.

Sobre este fato, após reunião entre Flores da Cunha e Raul Pilla, o primeiro determinou que o subchefe de polícia, o coronel Quim César apurasse o ocorrido, tendo a informação deste de que “o primeiro tiro do conflito em Lageado partiu de um membro da caravana frente-unista, generalizando-se depois. Acrescenta que o subprefeito recebeu dois balaços e sua ordenança três, estando ambos em estado grave<sup>299</sup>”.

Em sessão da Assembléia Legislativa, Raul Pilla proferiu um discurso sobre os fatos ocorridos em Lajeado-RS:

---

<sup>296</sup> TRINDADE, Hégio. NOLL, Maria Izabel. Op. Cit. p. 73.

<sup>297</sup> CAMPOS, Derocina Alves. Op. Cit. p. 67.

<sup>298</sup> O Nacional: Passo Fundo, 13 de novembro de 1935.

<sup>299</sup> O Nacional: Passo Fundo, 14 de novembro de 1935.

Efetivamente somente por milagre, escapou da chacina que pretendia liquidar a campanha eleitoral naquele município, o nosso colega Décio Martins Costa. Nenhum peso teve a majestade do Poder Legislativo no ânimo dos capangas que assolam alguns municípios do Estado; nenhum valor tem, para as autoridades de Lageado, as imunidades do mandato popular que nos foi conferido. Felizmente, saiu ileso do brutal atentado o nosso colega Décio Martins Consta, mas não escapamos nós, ao ato de desrespeito praticado pelo Sub-Prefeito comandante do assalto, contra a Assembléia Legislativa do Estado; e não escapou a laboriosa população de Lageado de se ver fundamente ferida com a perda irremediável de um dos seus mais dignos e prestimosos cidadãos, Orlando Fett, vice-prefeito da Frente Única Local<sup>300</sup>.

Mesmo tendo havido tal incidente, nessa cidade a Frente-Única venceu as eleições municipais, assim como em mais dezenove municípios, sendo, dentre eles: São Gabriel; Triunfo; Estrela; Candelária; Caçapava; Rosário; Encruzilhada; Jaguarão; Herval e Camaquã<sup>301</sup>. Cabe destacar que, dos vinte municípios onde a FUG foi vitoriosa, treze prefeitos eram membros do PL<sup>302</sup>.

Trindade e Noll, ao analisarem os resultados das eleições municipais do Rio Grande do Sul em 1935, tecem as seguintes considerações:

Os resultados de 1935 podem sugerir que o Partido Libertador manteve-se ainda mais intacto do que o Partido Republicano, obedecendo uma trajetória constante de votação, o que não teria acontecido com o PRR, mais atingido pela criação do PRL, que lhe provocou uma sangria, possivelmente mortal<sup>303</sup>.

Podemos observar, com relação às ponderações feitas por estes dois pesquisadores, e pelas pesquisas feitas por este autor, que, com a criação do PRL em 1932, o partido que mais enfraqueceu no Rio Grande do Sul foi realmente o PRR. Boa parte de seus ex-filiados migraram para o partido recém-criado, acompanhando Flores da Cunha.

Segundo a análise de Noll e Trindade, tais eleições tiveram características particulares, pois:

Realizadas em novembro de 1935, sob o signo, por um lado, de uma crescente mobilização social e conseqüente tentativa de controle por parte do executivo federal, e de, outro, sob a ameaça iminente de um rompimento entre Flores da Cunha e Vargas, as eleições significaram para o PRL algo mais fundamental: um teste para o funcionamento de suas máquinas municipais (eleição de prefeitos e vereadores) e reconhecimento da política local levada a cabo desde a sua fundação<sup>304</sup>.

---

<sup>300</sup> Anais da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, ano de 1935. V. II.

<sup>301</sup> O Nacional: Passo Fundo, 11 de dezembro de 1935.

<sup>302</sup> TRINDADE, Hégio. NOLL, Maria Izabel. Op. Cit. p. 75.

<sup>303</sup> Idem, ibidem.

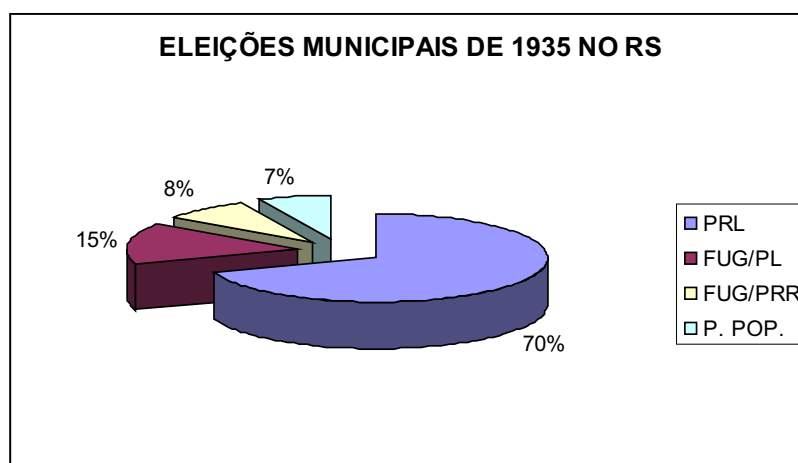
<sup>304</sup> Idem, ibidem.

Nas eleições de 1935, o PRL volta ao domínio eleitoral. Dos 86 municípios onde ocorreram as eleições, o partido de Flores da Cunha venceu em 60<sup>305</sup>. Dentre as cidades em que a situação venceu as eleições, podemos destacar os seguintes: Taquara; Uruguaiana; Quaraí; Novo Hamburgo; Arroio do Meio; Venâncio Ayres; Farroupilha; Santa Maria; São José; Erechim; São Francisco de Assis; Cachoeira; Carazinho, Passo Fundo<sup>306</sup> e Nova Trento, dentre outras<sup>307</sup>. O seu desempenho não foi igual ao de 1933, mas serviu para reconstituir a sua força inicial<sup>308</sup>. As Oposições Coligadas venceram em quatro municípios<sup>309</sup>.

Nas últimas eleições ocorridas antes do golpe do Estado Novo, o PRL ainda mantinha o domínio do poder no Rio Grande do Sul, muito embora, a partir de 1935 tivesse ocorrido uma diminuição da influência de Flores da Cunha junto ao governo central e o apoio das oposições no seu Estado.

No gráfico abaixo observamos o desempenho eleitoral das agremiações envolvidas no pleito: PRL; FUG e o Partido Popular. Observa-se que o partido de Flores da Cunha consegue uma ampla vitória nessas eleições, fato que não diminuiu a forte oposição que passou a enfrentar, tanto em nível estadual, quanto federal.

**GRÁFICO 4**



Fonte: TRINDADE, Hégio; NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. TRINDADE, Hégio; NOLL, Maria Izabel. *Estatísticas Eleitorais no Rio Grande da América do Sul (1823-2002)*.

<sup>305</sup> Idem. p. 95.

<sup>306</sup> O Nacional, 27 de novembro de 1935.

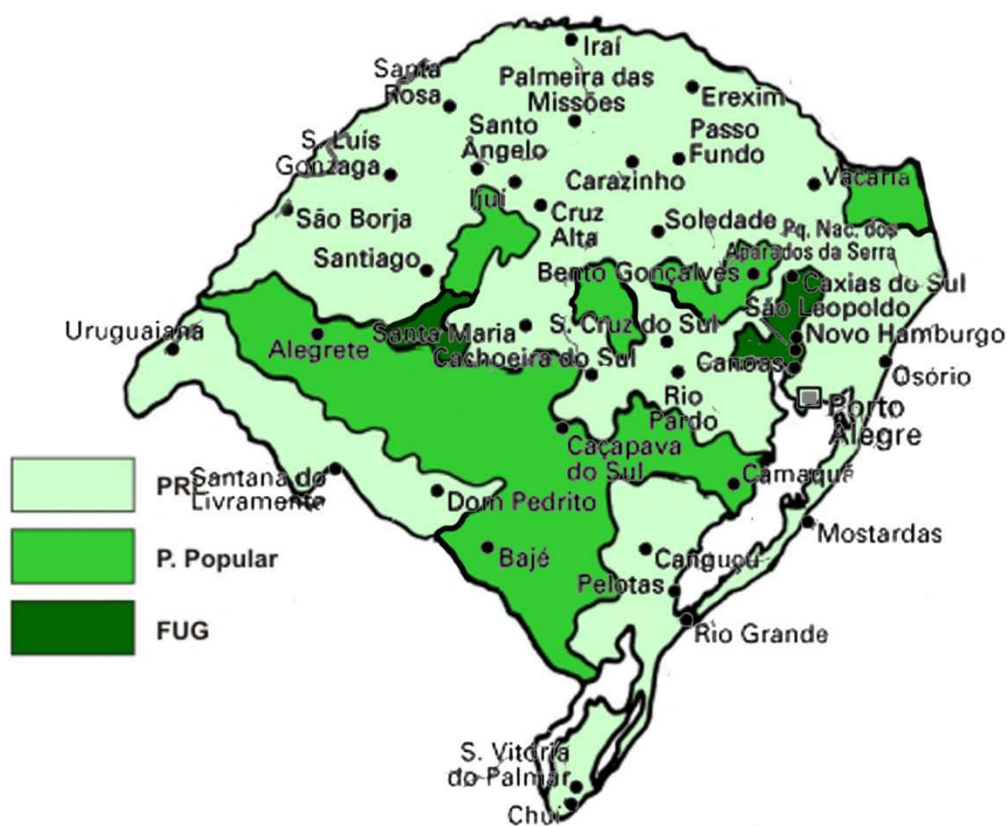
<sup>307</sup> A cidade de Nova Trento passou a se chamar Flores da Cunha, a partir de 23 de dezembro de 1935. Em homenagem ao então governador do estado do Rio Grande do Sul.

<sup>308</sup> O Nacional, 27 de novembro de 1935.

<sup>309</sup> O Nacional, 27 de novembro de 1935.

No mapa 5 observamos as cidades onde o PRL obteve vitória nas eleições de 1935, bem como as a outras agremiações, como a FUG e o Partido Popular. Podemos observar como o partido de Flores da Cunha soube se aproveitar do monopólio político de que dispunha, obtendo a vitória em quase todas as regiões do estado do Rio Grande do Sul, exceto naquelas onde havia uma forte tradição libertadora.

**MAPA 5: Eleições para Prefeitos Municipais – 1935/ RS, 86 Municípios**



Fonte: TRINDADE, Héglio; NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. TRINDADE, Héglio; NOLL, Maria Izabel. *Estatísticas Eleitorais no Rio Grande da América do Sul (1823-2002)*.

Há de se observar, porém, os casos extremos onde o PRL obteve o total da votação, pois não havia candidatos de oposição, nem segurança para os eleitores das

correntes contrárias<sup>310</sup>. Este fato verificou-se ao menos em 12 municípios, localizados, principalmente, na zona de dominação tradicional do partido e, no caso de Livramento, onde o candidato a prefeito era Antônio Flores da Cunha<sup>311</sup>.

O governador do Rio Grande do Sul, nesse período, lutava em duas frentes de oposição distintas: o governo federal, com Getúlio Vargas e no seu Estado, com a oposição, acrescida dos dissidentes liberais do seu partido comandados por Benjamin Vargas, irmão de Getúlio Vargas.

No próximo e último capítulo, abordaremos as divisões no interior do PRL, o conflito dos dirigentes com o governo Vargas e o fim do partido.

---

<sup>310</sup> NOLL, Maria I, TRINDADE, Hélgio. Op. Cit. p. 74.

<sup>311</sup> Idem, *ibidem*.

### 3. DECLÍNIO E FIM DO PARTIDO REPUBLICANO LIBERAL

Após as eleições de 1935, o PRL começou a sucumbir, por desconsiderar as questões doutrinárias e por mudar constantemente suas diretrizes, querendo valer-se apenas de compromissos de lealdade política, sem contar com o temor permanente de um rompimento com o poder central.

Além de haver sérios problemas de entendimento com o governo federal, dentro do Estado do Rio Grande do Sul, Flores passou a ter nesse período uma Assembléia Legislativa combativa, o que o obrigou a um constante diálogo, visto que agora o papel do Legislativo não era somente a aprovação do orçamento, como o era no período castilhista-borgista.

Aliado a isso, ocorreu ainda a chamada Dissidência Liberal, que se caracterizou como uma ala de deputados estaduais do PRL, mais afinada com Vargas do que com Flores da Cunha que, no limiar do rompimento entre ambos, optam por acompanharem o governo federal. Integraram essa dissidência os deputados Viriato Pereira Dutra; Paulino Fontoura; Moisés de Moraes Vellinho; Antônio Xavier da Rocha; Pompílio Cylon da Rosa; Benjamin Dornelles Vargas; José Pereira Coelho de Souza; José Loureiro da Silva e Júlio Vieira Diogo<sup>312</sup>.

Para dar sustentabilidade às suas ações é que Flores iria utilizar-se das forças da Brigada Militar, dos Batalhões Provisórios e dos Batalhões Rodoviários. O que acirrou ainda mais a sua crise com Vargas foi o apoio ao candidato Armando Salles Oliveira para a presidência da República em 1937.

Dados os constantes atritos ocorridos entre Flores da Cunha e Getúlio Vargas, e o conseqüente rompimento entre ambos, sérios e relevantes episódios ocorreram neste período e, nesta “queda de braço”, quem restou vitorioso foi Getúlio Vargas, visto que, pouco a pouco, ele foi minando as pretensões políticas de Flores, enfraquecendo o seu prestígio e praticamente o obrigando a renunciar ao governo do Rio Grande do Sul, em novembro de 1937.

Vargas se valeu de várias estratégias para que tal intento fosse atingido, dentre elas podem-se citar o chamado “Estado de Guerra”, solicitado pela Assembléia Legislativa e aprovado por Vargas; a federalização da Brigada Militar e também pela

---

<sup>312</sup> FELIZARDO, Joaquim José. SCHIMIDT, Mateus. Op. Cit. p. 31.

escolha de Vargas do candidato Nereu Ramos para concorrer ao governo do Estado de Santa Catarina, contrariando a indicação de Flores da Cunha, que defendia o nome de Aristiliano Ramos.

A FUG se rearticulava, inclusive com o apoio do governo federal. Com isso, Flores e o PRL foram enfraquecendo politicamente. Getúlio Vargas, em 1937, aplicou um duro golpe às instituições políticas brasileiras ao instituir o Estado Novo, fechando o Congresso Nacional, as Assembléias Legislativas Estaduais, bem como promovendo a extinção dos partidos políticos; o país mergulhou num período autoritário.

Com a extinção dos partidos políticos e das instituições democráticas, o Estado Novo vai significar um período de reestruturação para a oposição – muitos políticos de oposição (e agora Flores da Cunha se inclui neste quadro) – vão estar no exílio e passam a ser observados de perto por aqueles, que por ironia, no período pré-Estado Novo, fizeram oposição à Vargas.

### **3.1 Flores da Cunha x Getúlio Vargas: o Enfraquecimento do PRL**

A partir de 1935 as relações de Flores da Cunha com o governo central foram progressivamente se deteriorando, sucedendo-se os conflitos entre o governador e Getúlio Vargas. Flores personificava a autonomia estadual, por ele defendida com palavras, articulações políticas e ameaças militares. Sua força residia nos seis mil homens da Brigada Militar, nos 20 mil civis da milícia de corpos provisórios e nos seus aliados dentro do Exército sediado no Rio Grande do Sul.

Renato Lessa entende que a estratégia geral de Flores da Cunha consistia:

na defesa da autonomia estadual e da descentralização política como recurso para enfraquecer o poder da elite executiva federal. A reação ao processo de centralização era vista por Flores como a única maneira de se consolidar as elites oligárquicas. Ao mesmo tempo, as intervenções concretas de Flores teriam como objetivo imediato desestabilizar o governo de Getúlio Vargas, com vistas à sucessão presidencial de 1938. Assim, a situação do governador gaúcho consistia em um impeditivo com relação às manobras continuístas por parte do presidente da República<sup>313</sup>.

Um indicativo forte do rompimento que se aproximava entre Flores de Vargas, foi a decisão do primeiro em defender e apoiar a candidatura do interventor de Santa

---

<sup>313</sup> ABREU, Alzira Alves de (org). Op. Cit. p. 1744.

Catarina Aristiliano Ramos, que havia sido lançado pela coligação oposicionista, liderada pelo PRC.

Para fazer frente a Aristiliano, o Partido Liberal Catarinense lançou o candidato Nereu Ramos. Tentando fazer valer o seu prestígio junto a Vargas, Flores pediu ao presidente para que ele interviesse no sentido de apoiar o candidato do PRC, porém Vargas não atendeu a tal pedido, restando Nereu vencedor de tal pleito.

Em telegrama enviado a Flores da Cunha, já no ano de 1933, Olegário Maciel dava uma panorâmica das intenções de Vargas para a questão do governador de Santa Catarina:

O Presidente acaba de autorizar-me resolver contigo assunto de Santa Catarina. Aguardo, pois, tua palavra. Necessário entretanto mandares verificar a posição atual de Aristiliano e seus amigos visto como aquele firmou uma convocação, pela imprensa, do partido liberal, juntamente com Nereu Ramos, para e de abril. Osvaldo diz haver recebido notícia todos esses elementos se tornaram contrários ao governo e até estão entendidos com Konder. Pelo que tenho ouvido, candidato mais viável seria Candido Ramos caso esteja solidário conosco. Caso aproves sugestão poderemos mandar à Florianópolis Ciro Aranha, que lá foi chefe de polícia afim de conversar com interessados e nos informar melhor sobre a situação e nome a escolher. A reunião ministerial correu muito bem, ficou assentado que daremos representa à Assembléia, 40 deputados eleitos pelas associações profissionais oficialmente reconhecidas e inclusive associação civis não sindicalizadas porém com personalidade jurídica. Não se trata de representação de classes no sentido exato e daremos assim uma satisfação aos grandes elementos sindicalizados que prestigiam o governo, com grande massa eleitoral, sobretudo no distrito federal, constituem fiéis sustentáculos. Projeto é de minha, tendo sido brilhantemente defendido por Osvaldo. Aguardamos teu beneplácito. Responde o meu anterior telegrama de hoje logo que possas. Zubaram pediu demissão hoje<sup>314</sup>.

Também, no Rio de Janeiro, ocorreu uma colisão entre os desejos de Flores da Cunha e os de Getúlio Vargas. O primeiro apoiara a candidatura do general Cristóvão Barcelos, candidato na UPF. Já Vargas decidiu-se por apoiar o então ministro da Marinha, o almirante Protógenes Guimarães que era apoiado pela CRS.

Neste pleito, novamente venceu o candidato apoiado por Vargas. Flores da Cunha, descontente com a decisão da primeira eleição, em que o seu candidato foi ferido a bala, apoiou recurso impetrado para que houvesse novas eleições, as quais foram vencidas novamente com apenas um voto de diferença em favor de Protógenes.

Quando a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro confirmou o resultado das eleições indiretas para o governo do estado, Getúlio Vargas estava no Rio Grande do

---

<sup>314</sup> Telegrama de Maciel para Flores da Cunha, sem data aparente, NUPERGS/UFRGS. Rio de Janeiro: 1933.



Sul, em visita oficial às comemorações do centenário da Revolução Farroupilha e assistiu a Flores da Cunha contestar a validade daquelas eleições, acionando a sua bancada para invalidá-la junto ao Tribunal Eleitoral<sup>315</sup>.

Getúlio Vargas considerou essa iniciativa uma afronta e escreveu em seu diário:

Os principais motivos de queixa que tenho do Flores são os seguintes: 1º) o constante trabalho oficial que se faz no Rio Grande, dizendo que o governo federal nada fez por aquele Estado; 2º) a mania de estar, lá de Porto Alegre, pretendendo dirigir a política federal, agitando antecipadamente a questão da sucessão presidencial e intervindo na política de outros Estados; 3º) quando estive em Porto Alegre, a minha correspondência telegráfica com o Rio era controlada pelo Flores, e, nestas condições, quando os avisos iam pela estação do palácio do governo, seu telegrafista solicitava ao diretor regional as cópias dos telegramas que o Almirante Protógenes me dirigia; 4º) apoderando-se, por esta maneira, do telegrama do ministro da Justiça passando a mim, divulgou-o para que fosse publicado; 5º) e, por fim, inventou ou admitiu a invencionice que eu procurava abrir cisão na política do Rio Grande para enfraquecê-lo<sup>316</sup>.

Nessa ocasião, Flores ainda acusou Getúlio de ter pressionado os deputados do Rio de Janeiro a votarem favorável ao candidato por este apoiado. Com tal ação, Flores acirrou ainda mais a sua crise com Vargas e com o governo central. Essa crise com o governo central estava longe do seu final.

Também agravando o desgaste, ocorreu um episódio que envolveu o governador do Rio Grande do Sul e o ministro da Guerra. Em maio de 1935, oficiais de Cachoeira do Sul haviam interpelado Góis Monteiro, exigindo que este revisse os vencimentos dos militares, abordagem que foi considerada ofensiva pelo ministro da Guerra.

Em decorrência de tal ato de insubordinação, os militares foram punidos e, com o apoio de Flores da Cunha, passaram a exigir que Góis Monteiro fosse deposto. No dia 1 de maio daquele ano, o general Góis Monteiro apresentou o seu pedido de demissão para Getúlio Vargas, o qual foi aceito.

Tentando interferir na escolha de Vargas para a substituição de Góis, Flores indicou o nome de alguns generais, todos eles descartados pelo presidente, tendo este aceitado a indicação do governador de São Paulo, Armando Sales de Oliveira, conduzindo ao cargo o general João Gomes.

---

<sup>315</sup> RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. Op. Cit. p. 65.

<sup>316</sup> VARGAS, G. *Diários*. São Paulo: Siciliano: Rio de Janeiro: FGV, 1995. p. 426.

Lauro Schirmer relata um episódio envolvendo Flores da Cunha e Getúlio Vargas, ocorrido em Porto Alegre, quando da visita do chefe do Governo Provisório, que possivelmente foi a gênese do rompimento completo entre ambos:

Quando o Dr. Getúlio Vargas penetrou no meu aposento, eu, que sou vivaz e em todo caso pouco menos astuto que ele, notei logo que algo de grave vinha a tratar comigo, porque a primeira iniciativa que teve foi passar a chave na porta do quarto. Sentou-se ele na cadeira à frente de uma mesinha onde eu costumava escrever, e eu à beira da cama. Conversávamos, de início, sobre generalidades, quando então ele me falou – eu costume empregar outro termo –, quando ele achou de cantar-me. O Sr. Presidente, com quem na intimidade nos tuteamos, disse-me: “Flores, com esta Constituição de 34 e com este Congresso eu não poderei continuar governando! Levantei-me e disse-lhe, e nisso um traço de minha imbecilidade, que só poderia contar comigo se houvesse outra revolução. Terminou o colóquio com esse meu gesto de inabilidade ou de imbecilidade, pois que eu deveria ter-lhe dado corda para ver até onde chegaria. Desde então fiquei, pela minha resistência, marcado na paleta, como se diz no Rio Grande do Sul<sup>317</sup>.”

Tal conversa segundo outros autores, seria a comunicação, ou a proposta de Vargas a Flores para que este fizesse parte do futuro golpe do Estado Novo que o presidente já estaria costurando. Ante a suposta negação de Flores em participar do golpe que Vargas planejara, este passou a enfraquecer a força política do Interventor do Rio Grande do Sul, visto que, neste momento, ele era o único político com força suficiente para fazer frente às pretensões de Vargas.

Regina Portella Schneider vai além, relata que:

Correu então a notícia de que Getúlio Vargas teria apresentado a Flores da Cunha a possibilidade dos que detinham o poder Executivo do País (Presidente e Governadores) continuarem governando, dispensando o pleito eleitoral que se aproximava, e que Flores teria rebatido rispidamente a idéia, classificando-a de golpe de Estado<sup>318</sup>.

Para tal autora, as hostilidades para com Flores da Cunha apenas estavam começando<sup>319</sup>. Em depoimento dele na Câmara Federal, Flores afirmava que “desde então começaram as hostilidades a mim, ao meu governo, através da imprensa assalariada a seu serviço e também de alguns beaguins da política que nunca faltam em todas situações<sup>320</sup>”.

Schirmer relata, também, que por ocasião dos festejos do centenário da revolução farroupilha, ocorrido no Rio Grande do Sul em 1835, “Getúlio teria exposto o

---

<sup>317</sup> SCHIRMER, Lauro. Op. Cit. p. 150.

<sup>318</sup> SCHNEIDER, Regina Portella. Op. Cit. p.294.

<sup>319</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>320</sup> Depoimento prestado por Flores da Cunha ao Congresso Nacional. Ver Diário do Congresso Nacional, datado de 11.04.1953, p. 2642-2643.

seu projeto, apoiado pelos militares Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, de um golpe de Estado para alcançar os postulados da Revolução”.

Na ocasião, segundo o autor, Getúlio Vargas teria:

pedido a adesão do governador do gaúcho para o fechamento do Congresso e da edição de uma nova Constituição que aproveitaria, inclusive, os avanços que vinham sendo experimentados com sucesso na Alemanha de Hitler e na Itália de Mussolini. Flores ouviu Getúlio em silêncio, ergueu-se do sofá em que estava sentado e respondeu:

- Doutor Getúlio, - ele assim o tratava como presidente – não conte comigo. Em 1932, eu me neguei a apoiar a revolução de São Paulo porque sou legalista e ajudei a mantê-lo no Catete. Não conte com o Rio Grande para fechar o Congresso<sup>321</sup>.

Procurando defender as instituições democráticas, Flores da Cunha teria procurado “prevenir-se”, importando da Tchecoslováquia armamentos de que nem o Exército Brasileiro dispunha. Organizou então batalhões ferroviários, muito bem armados, chefiados por veteranos que participaram ao seu lado das revoluções de 1923, 1924, 1926 e 1930, pertencentes ao Partido Republicano Liberal, que o apoiavam no governo do Rio Grande do Sul.

Pertinente à compra de armas por parte de Flores da Cunha, Robert Levine afirma:

O Estado do Rio Grande do Sul, dominado com mão firme, a partir de 1932, pelo seu interventor, Flores da Cunha, afastou-se gradualmente do governo e estabeleceu ligações com as facções hostis a Vargas no resto do Brasil. Flores causou indignação no Exército comprando de fornecedores europeus abundante e variado equipamento de guerra, inclusive tanques e canhões, e tentando fazer que passasse de contrabando as fronteiras do Estado<sup>322</sup>.

Flores da Cunha afirmava que estava em andamento uma conspiração armada contra o seu governo, motivo pelo qual se lançou a armar ainda mais os seus provisórios: aumentou o arsenal bélico, montou planos de ação tanto para defesa do território gaúcho como para ataques de qualquer natureza<sup>323</sup>.

Flores da Cunha contava também com o apoio da Brigada Militar e com numerosos “Corpos Provisórios”. Parte deste armamento foi adquirido a pedido do próprio Getúlio Vargas, quando da Intentona Comunista em 1935, segundo depoimento do próprio Flores da Cunha, em Porto Alegre, no ano de 1980, conforme afirma Schneider.

---

<sup>321</sup> SCHIRMER, Lauro. Op. Cit. p. 108.

<sup>322</sup> LEVINE, Robert. *O Regime de Vargas: Os Anos Críticos, 1934-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 31.

<sup>323</sup> BELLINTANI, Adriana I. Op. Cit. p. 40.

Flores, em seu depoimento, continuava:

O pretexto para os ataques a mim feitos e ao meu Governo era os chamados Provisórios organizados no Estado desde a revolução de 1932. E devo dizer à Câmara, já que estou dando um depoimento amplo e sincero, que para combater a revolução paulista eu forneci ao Sr. Getúlio Vargas, mais de 30 mil homens, por mar, embarcados para o vale do Paraíba; por terra, diante de pedidos ingentes do Sr. General Waldomiro Lima, para deter os Exércitos do General Bertoldo Klinger sobre Itararé, depois sobre Capão Bonito, depois sobre Itapetininga, depois sobre as margens do Paranapanema. (sic)

Aí os “Provisórios” eram desejados e até solicitados. Depôs, quando eu vi que não se realizariam as eleições para o Congresso e para sucessor do Sr. Getúlio Vargas, mandei não organizar mais grupos provisórios, onde (já) não existiam, mas organizei turmas de trabalhadores com as carabinas e a munição bem perto para defender o regime constitucional e a realização, no tempo marcado, das eleições<sup>324</sup>.

Vargas conseguia conter todas as tentativas de Flores de intervenção na esfera federal e em nível estadual e consolidava ainda mais as suas alianças com a oposição. Um racha ocorrido na base do próprio PRL acabou agravando o quadro ainda mais. Esta cisão ocorrida dentro do PRL ficou conhecida como Dissidência Liberal e passou a ser mais uma frente de combate contra Flores do Rio Grande.

### **3. 2. – O Início do Fim : A Dissidência Liberal**

O rompimento nas hostes do PRL tornou-se público, pela primeira vez em *Federação*, em outubro de 1936, quando deputados liberais votaram contra o candidato indicado por Flores da Cunha para a vice-presidência da Assembléia Legislativa<sup>325</sup> e, numa nota oficial fornecida à imprensa pela Comissão Central do PRL, em 21 de outubro de 1936, os dissidentes declararam:

acatamos a orientação da mesma, mantendo os pontos de vista reiteradamente manifestados por todos nós que continuamos integrados no PRL, certos de que o partido que ajudamos a fundar foi organizado para promover o bem do RS, em harmonia com os superiores interesses nacionais<sup>326</sup>.

Dos vinte e um deputados estaduais eleitos para a formação da Assembléia Estadual no Rio Grande do Sul pelo PRL em 1934, nove deles se constituíram numa bancada dissidente, intitulada “Dissidência Liberal”. Eram eles: Viriato Pereira Dutra; Paulino Fontoura; Moysés de Moraes Velinho; Antônio Xavier da Rocha, Pompílio

<sup>324</sup> SCHNEIDER, Regina Portella. Op. Cit. p. 295.

<sup>325</sup> TRINDADE, Hélió. Op. Cit. p. 401.

<sup>326</sup> Jornal *O Nacional*, 21 de Outubro de 1937.

Cylon da Rosa; Benjamin Dornelles Vargas; José Pereira Coelho de Souza; José Loureiro da Silva e Júlio Vieira Diogo<sup>327</sup>.

O estopim dessa ruptura teria sido o fato de “vários deputados do PRL, desobedecendo à resolução da chefia, acompanharam a bancada frente-unista sufragando Alexandre da Rosa vice-presidente da Assembléia<sup>328</sup>”. A manchete que denunciava o “Dissídio” na Assembléia Estadual informava:

Alguns deputados liberais votaram com a Frente Única tendo sido eleito vice-presidente da Assembléia Alexandre Rosa. Na Assembléia verificou-se um dissídio, pois, contrariando a resolução da chefia situacionista, os deputados liberais, Vargas, Loureiro, Velinho, Viriato, Coelho, Xavier, Diogo e Paulino, acompanhados da bancada frentista, sufragaram Alexandre Rosa vice-presidente, contra a candidatura de A. J. Renner, que a direção do Partido Republicano Liberal considerava uma questão fechada. Por esse motivo, renunciou o líder liberal, não tendo, porém, o general Flores da Cunha aceito a renúncia<sup>329</sup>.

Com este dissídio “abriu-se uma nova crise na vida política do Estado<sup>330</sup>”. Várias reuniões envolvendo lideranças políticas de ambos os lados ocorreram. Políticos de oposição, como Raul Pilla e Lindolfo Collor pediram demissão das secretarias da Agricultura e da Fazenda, respectivamente.

Enquanto “*A Federação*” tentava desmentir notícias de demissões de lideranças liberais, “*O Nacional*” repercutiu a cisão ocorrida dentro do PRL:

Continua a prender o interesse público, a crise que acaba de se revelar na política estadual, estendendo-se até ao próprio governo, com a demissão apresentada por Raul Pilla, secretário da Agricultura e por Lindolfo Collor, secretário da Fazenda. Tais demissões que ontem ainda simples suposições, se tornaram agora efetivas. Estão sendo esperados hoje, nesta capital, vindos do Rio, João Carlos Machado, líder da bancada liberal da Câmara, senador Francisco Flores da Cunha e deputado Simões Lopes<sup>331</sup>.

Sobre a cisão ocorrida no PRL, Loureiro da Silva, em entrevista, justificou a sua atitude, dizendo que “já se achava desligado da chefia do PRL desde janeiro último, quando Flores da Cunha o ameaçou de expulsão do partido<sup>332</sup>”. Disse ainda que “os dissidentes desejam reajustar o partido sobre outras bases, dentro dos ideais que nortearam a revolução de 1930<sup>333</sup>”.

---

<sup>327</sup> FELIZARDO, Joaquim José. SCHMIDT. Op. Cit. p. 31.

<sup>328</sup> *Jornal O Nacional*, 16 de Outubro de 1936.

<sup>329</sup> *Jornal O Nacional*, 16 de Outubro de 1936.

<sup>330</sup> *Jornal O Nacional*, 17 de Outubro de 1936.

<sup>331</sup> *Jornal O Nacional*, 17 de Outubro de 1936.

<sup>332</sup> *Jornal O Nacional*, 19 de Outubro de 1936.

<sup>333</sup> *Jornal O Nacional*, 19 de Outubro de 1936.

Muito embora inicialmente “Flores da Cunha e os líderes do PRL tentaram tratar com reserva o problema”<sup>334</sup>, a imprensa da capital divulgou amplamente a nova crise política gaúcha, como atestou *O Nacional*:

Batista Lusardo declarou que as conseqüências da crise terão enorme gravidade. Depende a solução da questão do que decida a comissão central do Partido Liberal, sendo uma questão que gira em torno dos nomes, facilmente poderá ser resolvida. Se for porém, considerada política, então não haverá solução<sup>335</sup>.

Borges de Medeiros também externou a sua impressão sobre a crise, não divergindo muito do que dissera Batista Lusardo<sup>336</sup>. Já Flores declarou “que somente resolveria a questão da demissão dos secretários da Agricultura e da Fazenda, depois da reunião que efetuará com a comissão central do PRL<sup>337</sup>”.

Por motivo “da crise verificada na política estadual”, foram endereçados vários telegramas de Passo Fundo para Flores da Cunha, registrados pelo *O Nacional*. Dentre eles:

Condenando procedimento de alguns deputados liberais que desacatarem a indicação da chefia suprema do partido com relação ao candidato segundo vice-presidente da Assembléia, sufragando outro candidato, hipotecamos o nosso apoio e indefectível solidariedade<sup>338</sup>.

Os vereadores da bancada liberal de Passo Fundo também enviaram um telegrama reprovando a

atitude de indisciplina de alguns deputados liberais do legislativo Estadual que traindo os compromissos políticos, desacatarem a indicação da chefia suprema a propósito da eleição do segundo vice-presidente da Assembléia, hipotecando o seu inteiro apoio e plena solidariedade ao vosso governo e a chefia política<sup>339</sup>.

A Comissão Executiva do PRL de Passo Fundo telegrafou para Flores da Cunha, solidarizando-se com a situação, conforme atesta a publicação em *O Nacional*:

A Comissão Executiva do Partido Liberal de Passo Fundo, ciente do rompimento de disciplina verificado por ocasião do preenchimento da vaga de segundo vice-presidente da Assembléia, vem reafirmar em nome dos liberais do município, integral solidariedade ao seu eminente Chefe, lamentando que um grupo de deputados, menosprezando as injunções partidárias, preferisse reforçar a Frente Única com votos ao seu candidato<sup>340</sup>.

---

<sup>334</sup> Jornal *O Nacional*, 19 de Outubro de 1936.

<sup>335</sup> Jornal *O Nacional*, 19 de Outubro de 1936.

<sup>336</sup> Jornal *O Nacional*, 19 de Outubro de 1936.

<sup>337</sup> Jornal *O Nacional*, 19 de Outubro de 1936.

<sup>338</sup> Jornal *O Nacional*, 19 de Outubro de 1936.

<sup>339</sup> Jornal *O Nacional*, 19 de Outubro de 1936. Assinaram esse telegrama os vereadores: Aparício Lângaro; Salathiel Sperry; Artur Leite; Otacílio Ribas e Arnaldo Sperb.

<sup>340</sup> Jornal *O Nacional*, 20 de Outubro de 1936.

A Comissão Central do PRL, após analisar o relatório submetido à sua apreciação:

Feito um relatório, foi o mesmo submetido à apreciação da Comissão Central, a qual discutiu e aprovou as resoluções, reconhecendo a legitimidade do ato praticado pelos deputados, em face do artigo 27 do Regimento da Assembléia e julgando o incidente findo, recomendando ao Partido que continue vindo nos deputados os mesmos autorizados representantes do Partido Republicano Liberal<sup>341</sup>.

Os pedidos de demissão solicitados por Raul Pilla e por Lindolfo Collor não foram aceitos por Flores da Cunha,<sup>342</sup> tendo os secretários demissionários se reunido para buscarem uma solução para esse impasse. Tentando solucionar o impasse, “as gestões conciliatórias ao redor da crise estavam sendo feitas entre o governo do Estado e as direções da Frente Única<sup>343</sup>”.

Porém a “solução da crise política no Estado<sup>344</sup>” se encaminhava para mais um capítulo, dessa vez com outra crise, esta dentro da Frente Única, a qual, por sua vez, vivia uma crise interna, “em virtude desse partido entender que o *modus vivendi* com o governo do Estado só pode se manter, desde que os senhores Raul Pilla e Lindolfo Collor sejam substituídos nas suas respectivas secretarias<sup>345</sup>”.

De acordo com Hélió Trindade, a Dissidência Liberal trouxe dois problemas para Flores da Cunha:

A eclosão da dissidência trará como primeira consequência para o governador a perda da maioria dentro da Assembléia. Esta situação, dentro de um quadro nacional que não lhe é favorável, trará maiores problemas por internalizar a oposição localizada na esfera federal. Ao grupo une-se a oposição tradicional da Frente Única que a partir de 1936 entra num processo de reaproximação com Vargas, com vistas às eleições presidenciais de 1938 e à necessidade de respaldo federal para enfrentar Flores da Cunha em nível interno<sup>346</sup>.

Os dissidentes que se afastaram do PRL em fins de 1936 contribuíram efetivamente para a derrocada de Flores, pois, mantendo-se ao lado do governo federal,

---

<sup>341</sup> Jornal *O Nacional*, 21 de Outubro de 1937.

<sup>342</sup> Jornal *O Nacional*, 21 de Outubro de 1937.

<sup>343</sup> Jornal *O Nacional*, 22 de Outubro de 1937.

<sup>344</sup> Jornal *O Nacional*, 23 de Outubro de 1937.

<sup>345</sup> Jornal *O Nacional*, 23 de Outubro de 1937.

<sup>346</sup> TRINDADE, Hélió. NOLL, Maria I. *170 Anos do Parlamento Gaúcho. Subsídios para a História do Rio Grande do Sul (1890-1937)*. Porto Alegre: Corag, 2005. p. 115.

participaram dos planos deste para isolar Flores e, então derrotá-lo<sup>347</sup>. Com essa atitude acabaram favorecendo o projeto centralizador de Vargas.

E a crise política continuava insolúvel porque os integrantes do Partido Libertador propunham uma nova cláusula à ata de 17 de janeiro. “Para a boa continuação do *modus vivendi*, nenhum partido deverá tomar resoluções políticas de caráter geral sem prévia notificação dos demais partidos<sup>348</sup>”.

Nesse clima de instabilidade política, as direções da Frente Única decidiram que somente iriam se pronunciar sobre os acontecimentos após uma reunião dos respectivos diretórios<sup>349</sup>. Porém ocorreram várias reuniões entre as lideranças dos partidos que compunham o *modus vivendi*, cada uma delas opinando de forma diversa, o que foi registrado por *O Nacional*:

Pasqualini declarou que sendo a continuidade do acordo, de justificada necessidade para a paz e a tranqüilidade, nada mais natural, para a segurança da mesma, que a Frente Única condicione a volta dos secretários Lindolfo Collor e Raul Pilla, com a cessação dos preparativos bélicos e desmobilização dos provisórios<sup>350</sup>.

Influenciados por Maurício Cardoso, “o PRR formou uma comissão composta por Camilo, Vergueiro, Crespo e Ramiro, a fim de assistir uma reunião que ocorreria com os libertadores, em que esclareceriam o pensamento do partido<sup>351</sup>”. A comissão executiva do PRR “ratificou também a sua confiança nos secretários de Estado que se demitiram<sup>352</sup>”.

Enquanto se aguardava uma decisão para o impasse, as bancadas federais expressavam as suas posições sobre a crise no Estado:

A bancada federal frente-unista manifestou-se contrária a qualquer alteração das cláusulas do pacto inicial, telegrafando à Maurício Cardoso e a outros políticos, comunicando que os libertadores não aceitarão alterações que modifiquem a natureza e o objetivo do acordo, nem secundarão qualquer movimento que viesse a perturbar a ordem<sup>353</sup>.

---

<sup>347</sup> CAMPOS, Derocina A. *Flores da Cunha X Getúlio Vargas*. (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre: PUCRS, 1995. p.114.

<sup>348</sup> *Jornal O Nacional*, 23 de Outubro de 1937.

<sup>349</sup> *Jornal O Nacional*, 23 de Outubro de 1937.

<sup>350</sup> *Jornal O Nacional*, 26 de Outubro de 1937.

<sup>351</sup> *Jornal O Nacional*, 27 de Outubro de 1937.

<sup>352</sup> *Jornal O Nacional*, 27 de Outubro de 1937.

<sup>353</sup> *Jornal O Nacional*, 28 de Outubro de 1937.



A crise do PRL foi acompanhada diuturnamente pela imprensa passo-fundense. A Comissão Central do PRL, “mantinha a sua posição com relação ao aditivo proposto, agravando novamente a crise política estadual<sup>354</sup>”. Assim:

Os diretórios dos partidos da Frente Única enviaram cartas à Darcy Azambuja, presidente do secretariado, reafirmando o seu desejo de manter o acordo com a situação, renovando os seus anseios de paz e de ordem, continuando a colaboração administrativa entre a oposição e o governo, nos termos do pacto de janeiro e do memorando de maio. Os republicanos renovaram a sua confiança em Lindolfo Collor para permanecer na secretaria da Fazenda. Raul Pilla não voltará para a secretaria da Agricultura, devendo assumir a chefia do Partido Libertador, sendo substituído por outro libertador<sup>355</sup>.

Nessa onda de demissões, Flores da Cunha recebeu um telegrama de Camilo Mércio, o qual renunciou ao cargo de membro do diretório central do PRL, alegando “ficar com o direito de pensar e agir conforme sua inspiração e consciência<sup>356</sup>”.

Fracassaram as tentativas de manter o *Modus Vivendi* entre os partidos políticos no Estado<sup>357</sup>. A Frente Única não aceitou a introdução do aditivo imposto pelo PRL e este acabou sendo dissolvido, conforme noticiava *O Nacional*:

A Comissão Central resolveu assegurar à Flores da Cunha, sua integral solidariedade e o seu aplauso pela ação política e pela sua obra administrativa. A seguir resolveu manter o aditivo ao modus vivendi com a Frente Única, a fim de evitar que fatos novos e inesperados venham perturbar o acordo. Decidiu ainda a Comissão outorgar à Flores da Cunha plenos poderes para decidir o assunto. O Partido Republicano Liberal é extremado defensor da ordem e da paz<sup>358</sup>.

O jornal local informava que, sobre esses acontecimentos políticos, a Frente Única distribuiu à imprensa a seguinte nota:

A direção da Frente Única, tomando conhecimento da decisão do Partido Republicano Liberal, mantendo o adendo proposto ao modus vivendi, interpretado erroneamente os termos das cartas dirigidas à Darcy Azambuja, sente-se na necessidade de reafirmar o seu pensamento contrário a qualquer modificação do primitivo pacto, sobre a proposta de tornar obrigatória a notificação mútua, das resoluções políticas. Assim, declara virtualmente denunciado o acordo existente, ficando os frenteunistas impossibilitados de colaborar com o governo<sup>359</sup>.

Havido o rompimento do *modus vivendi*, o PRL lançou um manifesto acusando a Frente Única de “em obediência às forças ocultas, ter-se oposto conscientemente à

---

<sup>354</sup> Jornal *O Nacional*, 29 de Outubro de 1937.

<sup>355</sup> Jornal *O Nacional*, 29 de Outubro de 1937.

<sup>356</sup> Jornal *O Nacional*, 29 de Outubro de 1937.

<sup>357</sup> Jornal *O Nacional*, 30 de Outubro de 1937.

<sup>358</sup> Jornal *O Nacional*, 30 de Outubro de 1937.

<sup>359</sup> Jornal *O Nacional*, 30 de Outubro de 1937.

concordia dos partidos gaúchos<sup>360</sup>”. Nesse manifesto, os liberais “censuram a atitude dos frenteunistas, acrescentando que não passavam despercebidas as intenções mal veladas dos adversários<sup>361</sup>”.

O tal manifesto foi reproduzido pelo *O Nacional* e afirmava:

Atrás de sua atitude fácil é vislumbrar forças ocultas com que pensam pôr em cheque o prestígio e a eficiência do Partido Republicano Liberal. Essa manobra não nos preocupa e tampouco nos intimida. Aceitamos o desafio como foi lançado, com a certeza de que nunca partirá de nós um gesto que não esteja conforme o nosso passado de responsabilidade perante o Brasil e o Rio Grande. Como defensores impenitentes da ordem continuaremos a pugnar intransigentes pela manutenção de um Rio Grande fecundo e próspero. Será ele o melhor juiz da sinceridade de nossa atitude e invariável espírito de renúncia<sup>362</sup>.

Sobre o mesmo episódio a historiografia coloca que:

A ala dissidente do PRL será cooptada por Vargas, através de Benjamin Vargas, que fora uma espécie de ponte para os mais ciosos, que temiam um acordo maior com o presidente. Os elementos de destaque dessa corrente dissidente foram além de Benjamin, Moysés Vellinho, Loureiro da Silva e Coelho de Souza<sup>363</sup>.

Loureiro da Silva, dissidente do PRL, em discurso sobre a atuação da bancada dissidente na Assembléia Legislativa:

Com a outorga plena dos meus oito companheiros de bancada liberal, era meu intuito traçar, nesta sessão de encerramento, um largo bosqueio da nossa atuação na Assembléia do Estado. Entretanto, tantas foram as tarefas que nos impusemos nestes últimos dias que, nesta hora, fiquei privado de fazê-lo, limitando-me, apenas a esboçar um quadro rápido do que tem sido a vida política e na vida administrativa do Estado, a atuação serena, construtiva e orgânica dos homens que, em boa ou má fé, constituem para muitos a ala dissidente do Partido Republicano Liberal. Não somos dissidentes no sentido amplo da palavra. Somos um grupo de Deputados que, compreendendo a alta e nobre missão legisladora, cõncios de que fazem parte de um poder do Estado, não se sujeitam e não se submetem às imposições, e aos interesses particulares deste ou daquele...O poder que exercitamos, queremos nobilitá-lo na alta e nobre missão, agindo com independência e com autonomia, na certeza de que somos do mesmo sangue e da mesma estirpe da velha raça rio-grandense, que não se cursa e não se dobra<sup>364</sup>.

Coelho de Souza foi outro deputado cooptado por Benjamin Vargas e que, a partir de 1937, passou a contestar Flores da Cunha em favor de Getúlio Vargas<sup>365</sup>.

---

<sup>360</sup> Jornal *O Nacional*, 31 de Outubro de 1937.

<sup>361</sup> Jornal *O Nacional*, 31 de Outubro de 1937.

<sup>362</sup> Jornal *O Nacional*, 31 de Outubro de 1937.

<sup>363</sup> CAMPOS, Derocina A. Op. Cit. p.114.

<sup>364</sup> Discurso de Loureiro da Silva sobre a atuação da bancada dissidente (15/01/1937). In: TRINDADE, Hélgio. Op. Cit. p. 355.

<sup>365</sup> CAMPOS, Derocina A. Op. Cit. p. 115.

Segundo os dissidentes, as atitudes autoritárias do governador com relação ao partido e ao uso do mesmo para fins particulares foram as causas do rompimento<sup>366</sup>.

Segundo Héglio Trindade:

Somente em abril de 1937, se verifica, segundo “A Federação”, a adesão de nove deputados e alguns liberais às fileiras da oposição, mas o jornal afirma que não houve cisão no partido e também não houve adesão à FUG já que “talvez os insubmissos não inspirem confiança às oposições rio-grandenses”. No mesmo dia, “A Federação” faz uma crítica a um artigo do “Correio do Povo” intitulado o “novo aspecto da crise gaúcha” que denuncia o surgimento de uma dissidência no partido oficial. Portanto, através dessa crítica, o PRL admite a dissidência das fileiras do partido<sup>367</sup>.

Vargas, ainda buscando uma conciliação, ofereceu ao deputado João Carlos Machado, do Rio Grande do Sul, a maioria na Câmara Federal, sabendo que este era muito ligado a Flores da Cunha. Este recusou e avisou que o apoio do Partido Republicano Liberal, não seria mais “incondicional” ao governo federal.

Tendo eclodido no Brasil, em novembro de 1935, um movimento organizado pela ala comunista da ANL, Flores arregimentou 20 mil homens, telegrafando para Vargas e os colocando a disposição para debelar tal movimento, o qual foi desmobilizado com facilidade. Ao agir dessa forma, Flores deixou claro para Vargas de que dispunha da maior força armada estadual do país.

Para complicar ainda mais a situação política de Flores da Cunha, Benjamin Vargas, aliado e irmão de Getúlio, convenceu os deputados de oposição a transferirem o direito de executar o *estado de sítio* do governador do Estado para o comandante da 3ª Região Militar<sup>368</sup>.

Este ato fez com que Flores perdesse mais autonomia e liberdade de ação em relação ao governo estadual. Segundo Bellintani:

Benjamin Vargas realizou intensa campanha pela intervenção federal no Estado e Flores passou a ser acusado de comunista. Como meio de aumentar a intolerância da população com o governador, espalharam-se pelo Estado rumores sobre a participação de Flores da Cunha nos movimentos comunistas, visto que o comunismo era o mal do momento, inimigo comum de todas as classes e segmentos, que deveria ser banido do Brasil em nome da soberania nacional. Como Vargas era o defensor da Nação e estava apto a derrotar o comunismo, era previsto que extinguisse os poderes do governador gaúcho<sup>369</sup>.

---

<sup>366</sup> CAMPOS, Derocina A. Op. Cit. p. 115.

<sup>367</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>368</sup> BELLINTANI, Adriana, I. *A Conspiração de Flores da Cunha nos Bastidores do Estado Novo*. (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre: PUCRS, 2001. p. 46.

<sup>369</sup> Idem, p. 47.

As acusações a respeito do envolvimento de Flores com elementos comunistas não passaram de rumores, pois nenhuma ligação ficou comprovada no período que antecedeu o Estado Novo. Pelo contrário:

Em 1935, por ocasião da Intentona Comunista, Flores da Cunha dera total apoio a Getúlio e colocara à disposição do governo federal seus bem armados provisórios no intento de extirpar o movimento revolucionário. Percebendo que o cenário político estava-lhe menos propenso e prevendo um confronto armado com Vargas, Flores investiu discretamente em armamentos pesados da Europa<sup>370</sup>.

Procurando se fortalecer politicamente, Flores da Cunha reaproximou-se da oposição e, em 1936, em acordo com Borges de Medeiros e Raul Pilla, traçaram um acordo que ficou conhecido como *modus vivendi*<sup>371</sup>. Então, os partidos rio-grandenses, com o intuito de promover a pacificação dos espíritos e o bem geral do Estado, ponderando a gravidade dos problemas políticos, econômicos e administrativos da atualidade e entendendo proveitosa a colaboração no governo de todas as correntes ponderáveis de opinião, decidiram, depois de auscultar o pensamento dos seus respectivos correligionários, estabelecerem as bases do *modus vivendi* que regularia as relações recíprocas.

Representantes do PL, na pessoa de Raul Pilla, e do Partido Republicano Rio-grandense, representado por Osvaldo Vergara, se correspondem com Flores da Cunha, no sentido de promover a pacificação no Rio Grande do Sul, visto que haviam sido convidados por este a entrar em conversações preliminares.

Flores da Cunha, num encontro ocorrido entre os representantes da Frente Única, declarou não ter nenhuma proposição concreta a formular, porém disse estar sempre pronto para receber sugestões nesse sentido. Os frenteunistas, por sua vez, ponderaram que não se achavam habilitados para apresentar nenhuma proposta, visto que não haviam sido eles os promotores de tal encontro. Esses representantes alegavam que a sua missão era apenas transmitir à direção da Frente Única a avaliação feita por Flores.

---

<sup>370</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>371</sup> ABREU, Alzira Alves de (org). Op. Cit. p. 1744. O acordo conhecido como *Modos Vivendi*, foi uma tentativa de entendimento entre a Frente Única Gaúcha e o governo do general Flores da Cunha, foi uma proposta sem paralelo no Estado e no país. Mais do que uma intenção de boa convivência entre a situação e oposição, o acordo representou a formação de um bloco pretensamente coeso para enfrentar o governo federal. Para a oposição significou uma maior autonomia estadual; já para Flores, o conluio político, o tornava particularmente mais apto para enfrentar a política varguista. Dessa forma, o acordo, de início, o respaldava, criando a primeira oportunidade realmente concreta para obter uma projeção nacional. Nesse sentido, ver: CAMPOS, Derocina A. Op. Cit. p.97

Disseram os frenteunistas em tal encontro que o sentimento geral da Frente Única era o de que o único modo de se obter uma pacificação imediata, real e completa, seria a apresentação ao governo constitucional do Estado da candidatura de um cidadão que, não tendo tomado parte direta e ativa das lutas e dissídios dos últimos anos, pudesse comportar-se no exercício do alto cargo, não como chefe de partido, mas como verdadeiro magistrado, sobranceiro às competições da política partidária.

Essa seria, ao ver dos partidários da Frente Única, a verdadeira solução, tanto mais recomendável, quanto importaria a exaltação dos que, ao parecer, viessem a ceder alguma coisa de suas vantagens e prerrogativas. Em vista, porém, de já estar assente a candidatura de Flores da Cunha, amparada pelo PRL que, há poucos dias, ou seja, em plena fase de conversação, reiterou, em caráter obstativo, a irrevogável resolução de fazer sufragar o nome do seu chefe à curul presidencial, coube aos delegados dos partidos ligados em Frente Única, que fora da fórmula por estes apresentada, não haveria qualquer possibilidade de acordo, compromisso ou combinação política.

Mesmo assim, animados do sincero empenho de ver realizada a pacificação moral do Rio Grande do Sul, reconheceram e proclamaram que a efetivação desse objetivo, independentemente de qualquer entendimento, estaria unicamente nas mãos de Flores da Cunha, a quem, como governador do Estado, cumpriria assegurar todas as garantias da ordem e da liberdade, no desempenho do mandato que lhe iria ser outorgado.

Com efeito, segundo tais delegados partidários, Raul Pilla (PL) e Osvaldo Vergara (PRR) muito concorreriam o governo de Flores da Cunha para a objetivação desse ideal, se adotasse, entre outras, de idêntica inspiração, as seguintes normas administrativas:

- 1º) Reformar radicalmente a organização policial, de modo que perca o caráter político-partidário e se torne a garantia efetiva dos direitos individuais, para o que se instituiria a polícia de carreira.
- 2º) Exercer a chefia de polícia quem possua atributos pessoais e antecedentes que assegurem isenção, serenidade e imparcialidade no desempenho das respectivas funções.
- 3º) Suprimir as sub-chefaturas de polícia.
- 4º) Proceder, de imediato, à severa revisão nos quadros do pessoal de polícia, quer estadual, quer municipal, afim de serem destituídos os funcionários denunciados ou pronunciados pela Justiça, ou por qualquer outra forma considerados idôneos.
- 5º) Uma vez efetuada a reforma policial, promover os necessários inquéritos para a repressão criminal de todos os responsáveis pelos atentados que tem sido cometidos contra os membros da Frente Única.
- 6º) Visando os interesses gerais do Rio Grande, reduzir, ao mínimo, a despesa pública, com a supressão dos gastos desnecessários ou improdutivos;

libertar a produção e a circulação de todos os entraves que as perturbam, extinguindo os privilégios fiscais, criados com as chamadas taxas bromatológicas, hidrográficas e outras análogas.

7º) dotar medidas assecuratórias do livre exercício das atividades eleitorais e subsistir, nos municípios onde se tenham registrado violência ou crimes, as autoridades direta ou indiretamente responsáveis.

8º) No provimento dos cargos públicos a que antecederá concursos de prova ou de títulos, e na promoção dos serventuários, excluir o critério partidário.

9º) Readmitir aos lugares que ocupavam ou provê-los em outros equivalentes, contando-se-lhes, para os efeitos da intigüidade, o tempo em que tenham estado afastado das respectivas funções – os empregados públicos civis e militares, demitidos, reformados, aposentados ou transferidos por motivos políticos.

10º) Proibir a quem quer que exerça função pública ou alguma parcela de autoridade, a intervenção direta ou indireta, nos pleitos eleitorais e na propaganda política: impor a pena de suspensão administrativa, além da responsabilidade criminal em que incorrer, aquele que se prevalecer do cargo para suggestionar, corromper, intimidar ou violentar qualquer eleitor, devendo ser imediatamente destituído da função, caso seja demissível ad nutum.

11º) Assegurar, em toda a plenitude, a liberdade de imprensa, de tribuna e de reunião<sup>372</sup>.

Esse documento fora redigido por Raul Pilla e Osvaldo Vergara, representando, respectivamente o PL e o PRR, no qual se comprometiam a garantir:

o apaziguamento dos espíritos e do arrefecimento da paixão partidária, cuja exaltação, nesta hora da vida do Rio Grande, chegou lamentavelmente, a um grau pouco compatível com a elaboração que todos nós exigiam os superiores interesses da coletividade.

Era a resposta da Frente Única ao chamado de Flores da Cunha para a paz no Rio Grande do Sul. Esse acordo, no entanto, não teve os efeitos esperados, pois:

Além do governador não conseguir administrar a fórmula da divisão de poder com a oposição, o governo federal fez de tudo para miná-lo, chamando a oposição gaúcha para o seu lado. O referido acordo que em 1935 foi percebido pelo governo federal como interessante porque limitava o poder do governador, acabou se tornando incômodo em 1936, já que dava a idéia de que o governador aceitava a colaboração da oposição ao contrário de Vargas que a repudiava no plano federal<sup>373</sup>.

O *modus vivendi* teve duração efêmera, até outubro de 1936 e entre as causas apontadas para tão breve existência, destacava-se, segundo a FUG, o não cumprimento por parte de Flores da Cunha, das cláusulas do acordo<sup>374</sup>.

Desde o momento em que se deu início à incansável queda-de-braço entre Flores da Cunha e Getúlio Vargas, indiscutivelmente o xeque-mate em favor do segundo teve desfecho no final do ano de 1937, que, por forças das circunstâncias, culminou com a renúncia de Flores, após sucessíveis golpes contra a estrutura no seu governo estadual.

<sup>372</sup> Documento sem data, 1936. Porto Alegre: URG/NUPERGS.

<sup>373</sup> SOSA, Derocina A. C. *História Política do Brasil (1930-1946) sob a ótica da imprensa gaúcha*. Porto Alegre: PUCRS/CE, 2005. p. 128.

<sup>374</sup> CAMPOS, Derocina A. Op. Cit. p. 106.

Dentre tais ações podemos citar ações praticadas pelo Ministro da Guerra, que, em 14 de outubro de 1937, assinou um decreto federalizando a Brigada Militar<sup>375</sup>. Flores da Cunha agiu de forma habilidosa, conseguindo a maioria na Assembléia Legislativa, pensando que dessa forma ele era quem iria comandar o Estado de Guerra no Rio Grande do Sul.

Neste mesmo dia, o jornal passo-fundense *Diário da Manhã* noticiava que, dias antes, Getúlio Vargas, “em mensagem governamental dirigiu-se à Câmara dos Deputados, solicitou a imediata decretação de medidas especiais para combater as doutrinas extremistas que estavam contaminando os alicerces da democracia<sup>376</sup>”. Os deputados, “na sua maioria atenderam ao pedido do presidente da República e outorgaram uma lei especial e de emergência para reprimir, o quanto possível e para sempre, o surto extremista existente no Brasil<sup>377</sup>”. A Câmara aprovou, por 158 votos contra 52, o projeto que instituiu o Estado de Guerra em todo o país<sup>378</sup>.

O *Diário da Manhã* relatou que, durante a votação do projeto em que Vargas solicitava a aprovação, pela Câmara dos Deputados, houve manifestações de deputados que pareciam antever o que pretendia o presidente da República com tal medida. O jornal *Diário da Manhã* reproduziu tais manifestações:

O primeiro orador, em certa altura do seu discurso disse que o Estado de Guerra era a primeira preliminar para o estabelecimento de uma ditadura no Brasil. Disse que estranhava que a Câmara se prestasse para uma indecorosa manobra política de ameaça acintosa ao regime democrático. Valdemar Ferreira, depois de tecer largas considerações sobre o projeto, terminou seu discurso dizendo que a Câmara estava vivendo os seus últimos dias. Em seguida, Otávio Mangabeira, conhecido líder democrático, ocupou a tribuna da Câmara para pronunciar um violento discurso, acusando fortemente Getúlio Vargas por persistir em se perpetuar no poder. O conhecido parlamentar baiano disse que talvez a Câmara estivesse realizando uma de suas últimas sessões, porquanto era evidente que Getúlio Vargas, uma vez munido de leis especiais, decretaria imediatamente o fechamento do Legislativo Federal, para implantar a sua sonhada Ditadura<sup>379</sup>.

Na época em que tal medida foi tomada, um de seus solicitantes, Macedo Soares, “que se manifestou favorável ao pedido, alegava que o Estado de Guerra não era para fins políticos e que a sucessão presidencial se processaria normalmente<sup>380</sup>”.

---

<sup>375</sup> ABREU, Alzira Alves de (org). Op. Cit. p.1746.

<sup>376</sup> *Diário da Manhã*. Passo Fundo, 7 de outubro de 1937.

<sup>377</sup> *Diário da Manhã*. Passo Fundo, 7 de outubro de 1937.

<sup>378</sup> *Diário da Manhã*. Passo Fundo, 7 de outubro de 1937.

<sup>379</sup> *Diário da Manhã*. Passo Fundo, 7 de outubro de 1937.

<sup>380</sup> *Diário da Manhã*: Passo Fundo, 2 de outubro de 1937.

Getúlio Vargas, em seu diário, fazendo referências aos dias 13 a 15 de outubro de 1937, aborda o panorama político nacional vigente e o decreto por ele assinado, registrando da seguinte forma:

O panorama da vida política do Brasil vai se complicando. Os partidários dos dois candidatos começam a vacilar. Armando Sales, perdida a esperança na vitória, pensa em delegar poderes ao governador do seu estado para tratar com o de Minas Gerais a escolha de um terceiro candidato. Entre os militares há um certo grupo partidário de Armando Sales que disfarça a sua atitude, manifestando-se contrário às medidas tomadas pelo governo. O ministro da Guerra, porém, prepara com a decisão a marcha dos acontecimentos. Assinei dois decretos requisitando as polícias militares de São Paulo e Rio Grande<sup>381</sup>.

No momento em que estava em tramitação o projeto para a decretação do Estado de Guerra no país, o jornal *Diário da Manhã* noticiava que “consolidou-se a supremacia do general Flores da Cunha na Assembléia<sup>382</sup>”. E seguia a manchete:

Conforme estava sendo esperado, tomou posse hoje da cadeira de deputado, vaga com a renúncia de Alexandre Martins da Rosa, Moacir Godói Ilha, suplente daquele. Godói Ilha, que ainda se achava convalescendo da grave enfermidade que o reteve ao leito por vários meses, compareceu à Assembléia numa cadeira especial da Santa Casa. Com a posse desse representante classista, pertencente ao Partido Republicano Liberal, o Governador do Estado, Flores da Cunha, readquiriu a maioria na Assembléia Legislativa. Dessa forma, caso venha a ser decretado um novo Estado de Guerra, como geralmente se espera, a execução do mesmo no Rio Grande ficará nas mãos do general Flores da Cunha e não do comandante da região, em virtude do Governador estar com maioria no Legislativo Estadual<sup>383</sup>.

Ao ser aprovado o projeto solicitado pelo presidente da República, o presidente da Câmara dos deputados, Pedro Aleixo, falando sobre a execução do Estado de Guerra, “declarou que os governadores dos Estados seriam os seus executores, conforme instruções que estariam sendo baixadas pelo poder competente<sup>384</sup>”.

Crente que seria o executor dessa medida no Rio Grande do Sul, “Flores da Cunha telegrafou para João Carlos Machado, pronunciando-se favorável ao Estado de Guerra<sup>385</sup>”, porém, precavendo-se de uma anunciada ação de Vargas no sentido de enfraquecê-lo, fez a seguinte solicitação, sendo dado o seguinte destaque para este para este telegrama pelo citado jornal:

O general Flores da Cunha, governador do Estado, acaba de telegrafar para João Carlos Machado, líder da bancada Liberal na Câmara, pedindo-lhe que

---

<sup>381</sup> VARGAS, Getúlio. *Getúlio Vargas: Diário*. São Paulo: Editora Siciliana, 1995. p. 74.

<sup>382</sup> *Diário da Manhã*. Passo Fundo, 2 de outubro de 1937.

<sup>383</sup> *Diário da Manhã*. Passo Fundo, 2 de outubro de 1937.

<sup>384</sup> *Diário da Manhã*. Passo Fundo, 3 de outubro de 1937.

<sup>385</sup> *Diário da Manhã*. Passo Fundo, 3 de outubro de 1937.



todos os membros de sua bancada votem pela decretação do Estado de Guerra, tão somente na parte que se refere ao combate aos extremistas<sup>386</sup>.

Flores da Cunha acreditava que ele seria o executor do Estado de Guerra no Rio Grande do Sul. E ligadas ao governador<sup>387</sup>, conforme divulgava o Diário da Manhã, davam conta de que ele:

teria recebido um longo rádio transmitido por J. C. Macedo Soares, titular da pasta da Justiça, transmitindo-lhes as instruções quanto à execução do Estado de Guerra para todo o país. Conforme consta no referido decreto, no país ele será executado pelo Ministro da Justiça, e nos Estados, pelos governadores, com o auxílio das forças federais e estaduais<sup>388</sup>.

Essas notícias eram dúbias e mostravam a queda de braço que ocorria entre Flores da Cunha e Getúlio Vargas. A cada ação de um, vinha uma reação de outro. Porém, nesta briga particular entre ambos, quem estava vencendo e anulando a força política do outro era Vargas.

Na mesma edição desse jornal, outra notícia fazia alusão a uma entrevista concedida pelo general Daltro Filho, comandante da 3<sup>a</sup> Região Militar, sobre a execução do Estado de Guerra no Rio Grande do Sul. O noticiado foi o seguinte:

Tendo os jornais noticiado que o Estado de Guerra seria executado nos Estados pelos Governadores, com a exceção do Rio Grande do Sul e de São Paulo, onde a execução ficaria a cargo dos comandantes das regiões militares, um dos vespertinos ouviu hoje o general Daltro Filho, comandante da 3<sup>a</sup> Região Militar, sobre o assunto. Daltro Filho disse que fora informado, através dos jornais, daquele exceção feita pelo Governo Federal quanto aos governos de São Paulo e Rio Grande, adiantando, porém, não ter recebido até agora nenhuma comunicação oficial quanto á execução do Estado de Guerra<sup>389</sup>.

Tal suspeita se confirmou. Nos jornais do dia seguinte estampava-se a seguinte manchete:

realizou-se uma importante conferência no Palácio do Catete dos ministros da Guerra, Marinha e Justiça com o presidente Getúlio Vargas, a fim de assentarem as diretrizes quanto à execução do Estado de Guerra nos estados do Brasil<sup>390</sup>. E, como já havia sido divulgado anteriormente, como suspeita, agora se confirmara: “foi resolvido que em todos os Estados da União o Estado de Guerra será executado pelos respectivos comandantes de regiões. O Estado de Guerra no Rio Grande do Sul e São Paulo seria executado pelos comandantes das regiões militares, generais Daltro Filho e Pargas Rodrigues, respectivamente. Nos Estados onde não houver sede de Região Militar, o Estado de Guerra ficará a cargo de delegados militares, especialmente designados<sup>391</sup>.

---

<sup>386</sup> Diário da Manhã. Passo Fundo, 3 de outubro de 1937.

<sup>387</sup> Diário da Manhã. Passo Fundo, 5 de outubro de 1937.

<sup>388</sup> Diário da Manhã. Passo Fundo, 5 de outubro de 1937.

<sup>389</sup> Diário da Manhã. Passo Fundo, 5 de outubro de 1937.

<sup>390</sup> Diário da Manhã. Passo Fundo, 6 de outubro de 1937.

<sup>391</sup> Diário da Manhã. Passo Fundo, 6 de outubro de 1937.

Flores da Cunha recebeu um telegrama do ministro da Justiça, o qual lhe comunicava o teor do decreto 1.506, datado de 17 de março daquele ano, que designava o comandante da 3ª Região Militar para executar o Estado de Guerra. Flores da Cunha, em resposta a esse telegrama, expressou a sua indignação:

Protesto energicamente contra esse ato do governo federal, que nada justifica e que outra coisa não é senão um ultraje feito à dignidade do governo e aos brios do povo rio-grandense. No propósito em que estou de não concorrer para quebrar o ritmo de prosperidade que o Rio Grande desfruta, declaro a vossa excelência que farei os maiores esforços no sentido de impedir que o ato que acaba de ser praticado venha a ter conseqüências mais graves. Muito antes do que poderá imaginar vossa excelência há de ser feito o julgamento da deliberação contraproducente e vexatória que o presidente da República acaba de tomar contra o seu Estado natal que, nada mais do que eu, a quem procura diretamente humilhar, é atingido na sua altivez e no seu civismo<sup>392</sup>.

Em resposta a esse telegrama, o ministro da Justiça respondeu a Flores da Cunha dizendo que o “Ato federal foi feito em virtude de solicitação da maioria da assembléia do Estado, composta de mandatários do povo rio-grandense<sup>393</sup>”. Estava clara a rota de colisão existente entre Flores da Cunha e o governo federal. Cada vez mais sem força política e com a sua representatividade cada vez mais comprometida, o seu tempo à frente do governo do Rio Grande do Sul estava cada vez mais próximo do fim.

Após mais essa derrota, Flores da Cunha, enfraquecido politicamente, dava indícios sobre o seu próximo passo, demonstrando ainda mais a sua animosidade contra o governo federal. Em entrevista aos jornais da época, Flores da Cunha alfinetava Vargas ao expor as suas “condições para a sua renúncia<sup>394</sup>”. Nessa entrevista, ele condicionava a sua saída:

Se a questão é esta, afirmo o chefe do governo rio-grandense, para todos que quiserem ouvi-lo assumo – quando me exigirem o compromisso de honra renunciar, impreterivelmente ao cargo de governador, no dia 3 de maio, junto com o presidente da República. E só exijo uma coisa: é que também, o senhor Getúlio Vargas assumo, solenemente, idêntico compromisso, de permitir com todos os recursos de sua função, que se realizem as eleições 3 de janeiro<sup>395</sup>.

O clima político estava bastante instável nesse momento, mas tinha-se a impressão de que as eleições presidenciais ocorreriam naturalmente, ao menos era o que se veiculava nos jornais, que deram conta de que Armando Salles e José Américo

---

<sup>392</sup> CPDOQ/FGV. Telegrama de Flores da Cunha ao Ministro da Justiça A. Magalhães. GV C 1937.04.27/8.

<sup>393</sup> CPDOQ/FGV. Telegrama do Ministro da Justiça A. Magalhães a Flores da Cunha. GV C 1937.04.27/8.

<sup>394</sup> Diário da Manhã. Passo Fundo, 8 de outubro de 1937.

<sup>395</sup> Diário da Manhã. Passo Fundo, 8 de outubro de 1937.

estavam em plena campanha para a sucessão presidencial<sup>396</sup>. Segundo esse jornal, “tanto os partidários da candidatura de Sales Oliveira como os de José Américo reiniciam hoje suas atividades políticas, índice seguro de que vamos ter sucessão<sup>397</sup>”.

As declarações de Getúlio Vargas para o jornal “The Times” de Nova York iam nesse sentido, pois, segundo tais declarações:

Quanto à decretação do Estado de Guerra por noventa dias, tem este apenas a finalidade de inutilizar a propaganda comunista no Brasil, evitando adquirisse base sólida e perigosa, porque realiza sólido trabalho subterrâneo, de modo que o Brasil não pode deter a ação subversiva dos agitadores do Komintern, senão com meios excepcionais. Essa é a razão pela qual as forças armadas pediram o Estado de Guerra, que o Congresso concedeu. Em caso algum esse Estado de Guerra será ligado à eleição presidencial, que continuará normalmente o seu curso<sup>398</sup>.

Vargas tramava o seu plano de golpe nos bastidores, ao mesmo tempo em que tranqüilizava aqueles que suspeitavam de suas ações, declarando que as eleições presidenciais iriam ocorrer normalmente. Utilizando-se do estratagema de que o Brasil temia o perigo comunista, usava do pavor que os militares e a sociedade alimentavam sobre a questão, que posteriormente constatou-se não passar de um plano para que ele pudesse permanecer no poder e decretar o Estado Novo.

Dentro desse clima de confiança de que as eleições realmente ocorreriam conforme a promessa de Vargas, os partidos promoviam o alistamento eleitoral de seus “correligionários<sup>399</sup>”, com vistas ao próximo pleito. Agindo arditamente, Vargas passava a idéia, pela imprensa, de que haveria as eleições presidenciais.

Vargas aproveita o Plano Cohen, plano que forjava uma falsa ameaça comunista, ou seja, consistia em um documento forjado no qual se noticiaram “massacres, greves, desrespeito aos lares, incêndio de igreja e toda forma de barbárie que a população pensava ser obra dos comunistas<sup>400</sup>”.

Ricardo Seitenfus esclarece tal documento:

Esse curto documento, denominado ser razão precisa de Plano Cohen, foi divulgado a 29 de setembro de 1937. As rádios brasileiras o anunciaram imediatamente como um plano preparado pela Internacional Comunista (*Komintern*) visando à tomada do poder através de uma ação violenta: greves, massacres, incêndios de igrejas e etc<sup>401</sup>.

---

<sup>396</sup> Diário da Manhã. Passo Fundo, 9 de outubro de 1937.

<sup>397</sup> Diário da Manhã. Passo Fundo, 9 de outubro de 1937.

<sup>398</sup> Diário da Manhã. Passo Fundo, 14 de outubro de 1937.

<sup>399</sup> Diário da Manhã. Passo Fundo, 8 de outubro de 1937.

<sup>400</sup> BELLINTANI, Adriana, I. Op. Cit. p. 49.

<sup>401</sup> SEITENFUS, Ricardo. *A Entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Porto Alegre: EDIPUCS, 2000. p. 86.

Durante a execução do Estado de Guerra, todas as polícias militares estaduais foram requisitadas pelo governo federal. No Rio Grande do Sul, Daltro Filho fez uma “proclamação ao povo gaúcho dando ciência dos seus atos como executor da lei de exceção nesse Estado gaúcho<sup>402</sup>”.

Dizia tal proclamação:

O general Daltro Filho, depois de historiar os seus desejos de vir mantendo o povo em perfeito conhecimento de sua atitude como executor do Estado de Guerra, diz que no momento existem relações oficiais da mais alta importância, entre o senhor presidente da República, por seu intermédio, e o governador do Estado do Rio Grande. A seguir o general Daltro Filho transcreve cópia dos documentos existentes em seu poder sobre a convocação pelo governo federal, da Brigada Militar do Rio Grande do Sul<sup>403</sup>.

Em tal pronunciamento, Daltro Filho expôs na íntegra a solicitação do governo federal sobre a requisição da Brigada Militar:

O decreto convocando a Brigada Militar foi comunicado ao general Daltro Filho, comandante da 3ª Região Militar, por um despacho radiofônico datado de ontem e sob o nº 1.260, do ministro da Guerra. O decreto diz que a Brigada Militar é convocada pelo Governo Federal, nos termos da letra c do artigo 2º da Lei nº 192, de 17 de janeiro de 1936. O despacho radiofônico determina que, em nome do senhor Ministro da Guerra, que a comunicação do ato governamental deva ser feita ao governador do Estado, o general Flores da Cunha, pelo general Daltro Filho<sup>404</sup>.

Flores da Cunha, respondeu a esse despacho dizendo que “convocaria uma reunião com o seu secretariado para resolver sobre a convocação da Brigada Militar feita pelo Governo da União, por intermédio do Ministro da Guerra<sup>405</sup>”. No dia 19 de outubro ocorreu a divulgação da renúncia de Flores da Cunha pelo jornal Diário da Manhã:

Vargas, dessa forma, oficialmente convocou a maior força militar estadual que dava sustentação às ações de Flores da Cunha no governo do Rio Grande do Sul. Agindo dessa forma, Vargas utilizou-se da legalidade para enfraquecer Flores da Cunha. Como este devia se pronunciar sobre a decisão, ficou evidente que o seu próximo passo seria a renúncia ao governo do Rio Grande do Sul.

Neste dia, o arcebispo dom João Becker informou ao general Daltro Filho a decisão de Flores da Cunha sobre a sua renúncia, condicionada à garantia da manutenção da ordem no estado, condição aceita por Vargas. Flores disse que

---

<sup>402</sup> Diário da Manhã. Passo Fundo, 17 de outubro de 1937.

<sup>403</sup> Diário da Manhã. Passo Fundo, 17 de outubro de 1937.

<sup>404</sup> Diário da Manhã. Passo Fundo, 17 de outubro de 1937.

<sup>405</sup> Diário da Manhã. Passo Fundo, 17 de outubro de 1937.

renunciaria para não assinar a entrega da Brigada Militar a Daltro Filho. Em decorrência disso, assumiu a Assembléia Darci Azambuja, e em seguida elegeu Maciel Júnior<sup>406</sup>.

No dia 19 de outubro foi decretada a intervenção federal no Rio Grande do Sul e é nomeado o general Daltro Filho para o cargo de interventor.

Vargas, na véspera, registra tal ação da seguinte forma em seu diário:

Pela manhã, chamei o ministro da Justiça, incumbindo-o de justificar o decreto de intervenção no Rio Grande do Sul. Após o almoço, recebi o ministro, com quem tratei de vários assuntos e, por fim, o deputado João Neves, que desejava adiar a intervenção, permitindo-se a discussão para a escolha de um candidato. Segui para o Catete, onde despachei com o ministro da Justiça e atendia várias audiências.

O Benjamin insiste pela intervenção imediata, a fim de evitar o choque das competições pessoais, solicitando para interventor o próprio comandante da Região.

À noite, no Guanabara, recebo o general Góis, e por fim, por intermédio do general Pinto, já tarde da noite, pede-me para falar o general Newton Cavalcanti. Recebo-o. Traz vários papéis contra a Bahia e Pernambuco, aos quais acusa de estar combinados com São Paulo e Rio Grande num movimento contra o governo federal e, por fim, faz várias acusações ao ministro da Justiça, dizendo que ele e seu companheiro sentem-se incompatibilizados para trabalhar com aquele. Digo-lhe que levem os fatos ao conhecimento dos respectivos ministros militares, com os quais me entenderei a respeito. Está criada a crise, ou antes, uma nova crise.

A renúncia do Flores teve uma longa repercussão no espírito público. Ainda é cedo para calcular o mal ou bem desse acontecimento. Estou convencido de que foi um bem. Os acontecimentos estão ocorrendo, e é cedo ainda para verificar suas conseqüências: a resistência caudilhesca, desagregadora, regionalista contra a tendência centralizadora e coercitiva do poder central. Se esse regionalismo caudilhesco pode resistir tanto tempo, é que ele se apoiava nos próprios elementos militares desviados de sua missão<sup>407</sup>.

Em 17 de outubro de 1937, chegou ao fim o governo de Flores da Cunha no Rio Grande do Sul. Ao renunciar ao governo do Estado, foi emitida a seguinte nota ao povo rio-grandense:

Ao Rio Grande do Sul. – Ponderando a excepcional gravidade do momento que vivemos e não querendo contribuir para que das minhas atitudes decorram dificuldades ainda maiores ao Rio Grande do Sul em prejuízo do seu ritmo constitucional e da sua tranqüilidade material acabo de enviar à Assembléia Legislativa a minha renúncia ao cargo de Governador do Estado<sup>408</sup>.

Declarou ainda nesse documento, o quanto utilizou da sua “capacidade de transigência em face das agressões de que vinha sendo alvo<sup>409</sup>”. Flores da Cunha, nesse seu último ato como governador do Rio Grande do Sul estava tentando sensibilizar o

---

<sup>406</sup> VARGAS, Getúlio. Op. Cit. p. 75.

<sup>407</sup> VARGAS, Getúlio. Op. Cit. p. 75-76.

<sup>408</sup> SCHNEIDER, Regina P. Op. Cit. p. 331.

<sup>409</sup> Idem, Ibidem.

eleitorado rio-grandense do seu ato, bem como chamava a atenção do comandante da 3ª Região Militar, o general Daltro Filho, da sua contribuição, quando do combate à chamada onda comunista que supostamente se arrastou pelo país em 1935:

Não se enganava o senhor general Daltro Filho, ilustre Comandante desta Região Militar, quando abrindo justificado crédito ao meu patriotismo, afirmou que eu saberia, na abundância do meu civismo, encontrar recursos para não agravar as dificuldades que defrontamos e que requer para a garantia da ordem pública e da estrutura da sociedade brasileira, ameaçada pelo comunismo, a harmonia de todos os corações que pulsam com amor pelos mais altos interesses do Brasil<sup>410</sup>.

Também fez menção à execução do Estado de Guerra, perpetrado por Daltro Filho, bem como à federalização da Brigada Militar, implicitamente comentada na seqüência de seu manifesto:

Se esses altos e nobres propósitos invocados pelo senhor general comandante da Região podem ser alcançados pela medida que o Governo Federal e a Sua Excelência pareceu imprescindível, devem o Rio Grande do Sul e o País confiar em que da situação política que eu represento nenhum empecilho virá invalidá-la ou dificultar-lhes a realização<sup>411</sup>.

Na condição política em que se encontrava Flores da Cunha, sem o apoio bélico da Brigada Militar e dos corpos provisórios, e com a sua base na Assembléia Legislativa prestes a ser dissolvida, mesmo que ele ainda não soubesse, não poderia mesmo fazer frente às ações do governo federal.

Dizia ainda Flores da Cunha que confiava nas ações que seriam praticadas pelo Comandante da Região Militar, pois segundo ele, Daltro Filho:

Saberá avaliar as enormes responsabilidades que lhe pesam perante a população confiante do Rio Grande do Sul, e tudo fará por contribuir para que a vida constitucional do Estado não sofra colapso, por que a dignidade da sua autonomia se preserve contra ameaças que já não encontrariam nenhum pretexto que as coonestassem e por que a paz e a tranqüilidade não se afastem um instante sequer de nossos lares<sup>412</sup>.

Nesse momento em que Flores da Cunha, desprovido do respaldo da Brigada Militar e dos Corpos Provisórios e Rodoviários, renunciou ao governo do Rio Grande do Sul, poderia ter havido outro desfecho, na análise de Derocina Alves Campos, pois, segundo ela:

Nesta condição de iminente perigo, quando as forças do Estado estão unidas ao governo federal no sentido de derrotá-lo e mais ainda, constatando que o poder federal era naquele momento mais forte do que nunca, poderia muito bem ter recuado, mudado de tática, aliando-se, mesmo que superficialmente, ao projeto Estadonovista. Mas ao contrário, Flores esperneou até o fim, pois a sua forma de ver e fazer política eram imediatistas e passionais. Não media as

---

<sup>410</sup> SCHNEIDER, Regina P. Op. Cit. p. 331.

<sup>411</sup> Idem, Ibidem.

<sup>412</sup> Idem Ibidem.

conseqüências de seus atos. Agia em determinados momentos mais com o coração do que com a razão. A conclusão portanto, coloca-se como uma resposta aos questionamentos em torno do porquê o governador adquiriu tamanha projeção em dois anos que antecederam o Estado Novo. A forma como conduzia a política é que permitiu-lhe ocupar a posição de entrave máximo ao regime que começaria em 1937. Não é a toa, deste modo, que deveria ser destruído para a implantação desse regime<sup>413</sup>.

De fato, Flores da Cunha representava o maior entrave para o projeto de Getúlio Vargas de dar o golpe do Estado Novo. Porém, ao ser-lhe arrancada a Brigada Militar, o seu apoio bélico esvaiu-se. Ao não recuar em sua idéia de governar apenas pelo viés constitucional, Flores da Cunha não teve outra saída, senão a renúncia. Esta ocorreu momentos antes da decretação do Estado Novo por Vargas e da extinção dos partidos políticos.

Ao renunciar ao cargo de governador do Estado, Flores da Cunha abriu espaço para Daltro Filho, ainda que por um curto espaço de tempo, visto que este viria a morrer meses mais tarde. Porém, em decorrência da renúncia, suscitou-se que, em alguns municípios do Estado, fossem substituídos os seus prefeitos, tendo em vista a clara influência de Flores da Cunha.

Foi criada uma comissão mista, com integrantes da Dissidência Liberal, representada por Protásio Vargas; Batista Lusardo, representante do PL; e Firmino Paim Filho, representante do PRR, a qual se reuniu na sede do PL, com a finalidade de deliberarem no sentido de fazerem as indicações dos prefeitos municipais que seriam substituídos, em decorrência do novo regime político instituído no país, a partir de 10 de novembro de 1937<sup>414</sup>.

Segundo essa ata, após várias deliberações da comissão mista, as indicações seguiram o seguinte critério:

as prefeituras que vagarem e cujos titulares pertençam ao Partido Republicano Liberal serão providos por políticos pertencentes à Dissidência Liberal, porém com a anuência da Frente Única, exceto os casos onde a maioria da Frente Única for manifesta. Quanto às subprefeituras desses municípios, deverão ser preenchidas de acordo com os índices eleitorais dos partidos coligados, reservando-se, preferencialmente aos políticos da Frente Única os distritos onde a mesma dispõe de maioria eleitoral, na hipótese de serem esses lugares mantidos pela nova organização policial do Estado, em

---

<sup>413</sup> CAMPOS, Derocina Alves. Op. Cit. p. 124.

<sup>414</sup> Ata datada de 26 de novembro de 1937, na qual fizeram parte Protásio B. Vargas, representante da Dissidência Liberal, Batista Lusardo, representante do Partido Libertador, no impedimento de Maurício Cardoso, representando o Partido Republicano Rio-Grandense, Firmino Paim Filho, e como secretário Moysés Velinho. Rio de Janeiro: CPDOQ/FGV.

elaboração. Nos casos que pressupõem a exceção acima referida, adotar-se-á o mesmo critério em benefício da Dissidência Liberal<sup>415</sup>.

Numa correspondência assinada por Protásio Vargas, Batista Lusardo e Firmino Paim Filho, representantes autorizados da Frente Única e da Dissidência Liberal sugeriam ao interventor federal no Rio Grande do Sul, “em face da nova ordem política do Estado e em virtude dos últimos acontecimentos políticos<sup>416</sup>”, a manutenção dos prefeitos das seguintes cidades:

Alegrete; Arroio Grande; Arroio do Meio; Bagé; Bento Gonçalves; Bom Jesus; Caçapava; Candelária; Carazinho; Encantado; Encruzilhada; Estrela; Garibaldi; Herval; Irai; Jaguarão; Lageado; Lavras; Osório; Palmeiras; Pinheiro Machado; Piratini; Prata; Rio Grande; Rosário; Santa Rosa; São Borja; São Jerônimo; São José do Norte; São Leopoldo; São Sepé; Santiago do Boqueirão, São Vicente; Tapes; Torres e Viamão<sup>417</sup>.

Por outro lado, tal Comissão Mista sugeriu a substituição dos prefeitos das seguintes cidades:

Alfredo Chaves; Antônio Prado; Caxias do Sul; Erechim; Farroupilha; Flores da Cunha; Getúlio Vargas; Guaíba; Guaporé; Ijuí; Júlio de Castilhos; Lagoa Vermelha; Livramento; Montenegro; Passo Fundo; Quaraí; Santa Cruz do Sul; Santa Maria; Santa Vitória do Palmar; Santo Ângelo; São Francisco de Assis; São Gabriel; Soledade; Taquari; Triunfo; Tupanciretã; Uruguaiana e Vacaria<sup>418</sup>.

Com relação aos outros vinte e um municípios<sup>419</sup>, excluída a cidade de Porto Alegre, tal Comissão Mista, “continuou um metucioso estudo das condições políticas e administrativas de cada um procurando assentar as indicações para os respectivos governos de acordo com a capacidade dos candidatos e o grau de confiança que possam eles inspirar como cidadãos<sup>420</sup>”.

---

<sup>415</sup> Ata datada de 26 de novembro de 1937, na qual fizeram parte Protásio B. Vargas, representante da Dissidência Liberal, Batista Lusardo, representante do Partido Libertador, no impedimento de Maurício Cardoso, representando o Partido Republicano Rio-Grandense, Firmino Paim Filho, e como secretário Moysés Velinho. Rio de Janeiro: CPDOQ/FGV.

<sup>416</sup> Correspondência datada de 27 de novembro de 1937, remetida por Protásio B. Vargas; Batista Lusardo e Firmino Paim Filho ao Interventor Federal no Rio Grande do Sul, general Daltro Filho. Rio de Janeiro: CPDOQ/FGV.

<sup>417</sup> Correspondência datada de 27 de novembro de 1937, remetida por Protásio B. Vargas; Batista Lusardo e Firmino Paim Filho ao Interventor Federal no Rio Grande do Sul, general Daltro Filho. Rio de Janeiro: CPDOQ/FGV.

<sup>418</sup> Correspondência datada de 27 de novembro de 1937, remetida por Protásio B. Vargas; Batista Lusardo e Firmino Paim Filho ao Interventor Federal no Rio Grande do Sul, general Daltro Filho. Rio de Janeiro: CPDOQ/FGV.

<sup>419</sup> Com relação a essas cidades, não me detive a encontrar na documentação tais dados, em que pese o fato de ser um período que já extrapolava ao previsto na presente dissertação. Tal objeto de análise, adentrando ao Estado Novo, será tema para uma nova pesquisa.

<sup>420</sup> Correspondência datada de 27 de novembro de 1937, remetida por Protásio B. Vargas; Batista Lusardo e Firmino Paim Filho ao Interventor Federal no Rio Grande do Sul, general Daltro Filho. Rio de Janeiro: CPDOQ/FGV.



Justificando as mudanças dos prefeitos sugeridas pela Comissão Mista, em nota oficial ao “Jornal do Estado”, reproduzida pelo *O Nacional*, declarou “que as mudanças de prefeitos que tem havido não são motivadas pelo mero desejo de mudanças, mas obedecem às necessidades do bem público e da administração<sup>421</sup>”.

No desenrolar das ações, na verdade, o Rio Grande do Sul, bem como os demais Estados da federação, sofreu um colapso, ao passo que Getúlio Vargas, em 10 de novembro seguinte, implementou o Estado Novo. Esse ato não afetou apenas Flores da Cunha e o seu PRL, tampouco somente o Estado do Rio Grande do Sul, mas sim todos os partidos políticos, de seu Estado e de todo o Brasil.

Muito embora inicialmente alguns governadores tenham se mostrado favorável ao golpe, mais tarde também iriam sentir na carne as conseqüências deste período ditatorial que o Brasil viveu. Com o Estado Novo e a nova Constituição que fora conhecida pejorativamente como “polaca”, por causa dos moldes da carta polonesa, Vargas, por decreto, extinguiu os partidos políticos e fechou o Congresso, bem como, extinguiu as garantias individuais dos cidadãos, tendo vivido o Brasil e sua população, um período de exceção.

O Diário da Manhã de 4 de dezembro de 1937 noticiou que foram:

Extintos todos os partidos políticos, inclusive a Ação Integralista. O decreto governamental nesse sentido foi assinado ontem. Conforme geralmente se esperava, o Sr. Getúlio Vargas, Presidente da República, assinou ontem um decreto extinguindo todos os partidos políticos do país, inclusive a Ação Integralista Brasileira. De acordo com o referido decreto, é permitido aos partidos políticos se transformarem em organizações culturais e recreativas, porém mudando de denominação. Fica, de conformidade com o mesmo decreto, proibido também o uso de uniformes ou de quaisquer organizações partidárias de feição militarizada ou pelo menos que com isso se assemelhem<sup>422</sup>.

Esse decreto já era esperado pelos partidos políticos e correligionários que apoiavam Vargas:

Muito embora tal medida fosse a toda hora esperada, o decreto governamental, extinguindo no território nacional todos os partidos políticos, inclusive a Ação Integralista Brasileira, causou enorme sensação em todos os círculos desta capital. Essa medida, causou satisfação e regozijo, principalmente pelo fechamento do Sigma<sup>423</sup>.

Essa afirmação, repercutida na imprensa local, da impressão sentida na capital do país, refletia a opinião daqueles que apoiaram Vargas e que não simpatizavam com

---

<sup>421</sup> O Nacional, 28 de dezembro de 1937.

<sup>422</sup> Diário da Manhã, 4 de dezembro de 1937.

<sup>423</sup> Diário da Manhã, 4 de dezembro de 1937.

os integralistas. No Rio Grande do Sul, os políticos de situação aderiram a este novo momento reservas.

Com relação ao governo do Estado, Daltro Filho realizou uma varredura nas ações de Flores da Cunha, iniciou vários inquéritos para apurar várias denúncias, dentre elas a questão dos armamentos contrabandeados da Europa, bem como acerca das “turmas rodoviárias”.

Daltro Filho nomeou uma comissão para investigar essas “turmas<sup>424</sup>”:

A Comissão que atualmente se encontra nessa região, é constituída por José Batista Pereira, Emílio Ribeiro e Cecílio Gomes. Aqui está para levantar dados completos do números de elementos rodoviários existentes em todo o interior do Estado, quando do governo de Flores da Cunha; as atuais condições das nossas rodovias e os trabalhos realmente feitos pelas diversas turmas empregadas nesse mister, com cuja manutenção o Estado despendeu alguns milhares de réis<sup>425</sup>.

Na imprensa local, repercutiam os inquéritos policiais instaurados contra Flores da Cunha, dentre eles o da “apropriação indébita de 10.000 libras, empregadas na compra do “Jornal da Manhã<sup>426</sup>”. Especulava-se “que, tratando-se de um processo-crime comum, era provável que fosse requerida a extradição ao governo do Uruguai, que se encontrava refugiado no país vizinho<sup>427</sup>”.

Essa medida para a extradição de Flores da Cunha acabou não ocorrendo. Aos poucos, parte das medidas utilizadas para enfraquecer o antigo governador passou a se tornar sem efeito. É o caso da requisição da Brigada Militar:

Getúlio Vargas, presidente da República, considerando que cessaram os motivos determinantes da sua convocação, assinou ontem um decreto na pauta da Guerra, mandando retornar aos Governos dos respectivos Estados as respectivas forças públicas que, em Outubro último, de acordo com a letra C do artigo 2º da Lei número 192 de 17 de janeiro de 1936, haviam sido requeridas pelo Governo Federal<sup>428</sup>.

Flores da Cunha permaneceu exilado no exterior conspirando, mantendo contato com vários líderes políticos do Cone Sul, mas nunca chegou a concretizar um levante contra o Estado Novo, muito embora Vargas sempre estivesse atento aos seus passos. Batista Lusardo, embaixador do Brasil no Uruguai e a polícia daquele país, acompanhavam todos os passos de Flores.

---

<sup>424</sup> Com relação ao resultado desses inquéritos não me ative a aprofundar por fugir ao meu objeto de pesquisa.

<sup>425</sup> Diário da Manhã, 5 de dezembro de 1937.

<sup>426</sup> Diário da Manhã, 7 de dezembro de 1937.

<sup>427</sup> Diário da Manhã, 7 de dezembro de 1937.

<sup>428</sup> Diário da Manhã, 12 de dezembro de 1937.

Alzira Alves de Abreu sintetiza o retorno de Flores para o Brasil, com o “apoio de Vargas:

Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, Flores da Cunha resolve voltar para o Brasil, em um avião especialmente enviado por Getúlio Vargas. Ao chegar, foi conduzido para o presídio da Colônia Agrícola de Dois Rios, na ilha Grande, no Rio de Janeiro, onde permaneceu por nove meses, ao fim dos quais foi indultado por Vargas, faltando três meses para o cumprimento total da pena<sup>429</sup>.

Na verdade, o “patrocínio” de Vargas para o retorno de Flores para o Brasil foi a garantia de que ele iria para a prisão e de que não conspiraria contra o seu governo. Julgando cessado o perigo, Vargas indultou Flores do pouco de pena que estava por cumprir e este voltou à vida pública.

Flores da Cunha, após sair da prisão, continuou fazendo oposição ao governo de Vargas. Esteve presente na formação da UDN, que reuniu a oposição ao governo, em torno do nome de Eduardo Gomes como candidato do partido à presidência<sup>430</sup>. Conseguiu ainda convencer antigos políticos rio-grandenses a aderir às fileiras da UDN, dentre eles, Borges de Medeiros e Raul Pilla<sup>431</sup>.

Vargas foi deposto por uma decisão do alto comando do Exército, assumindo a chefia do governo, José Linhares, presidente do STF<sup>432</sup>. Nas eleições ocorridas em dezembro de 1945, o candidato da UDN, Eduardo Gomes, perdeu as eleições para o general Eurico Gaspar Dutra, que foi apoiado pelo PSD, ministro da Guerra do governo de Vargas. Nessa mesma eleição, Flores da Cunha foi eleito deputado constituinte e seguiu fazendo oposição a Vargas, em sua visão o grande algoz do ocaso do PRL e de sua derrocada política.<sup>433</sup>

---

<sup>429</sup> ABREU, Alzira Alves de (org). Op. Cit. p. 1747.

<sup>430</sup> Idem, ibidem.

<sup>431</sup> Idem, ibidem.

<sup>432</sup> Idem, ibidem.

<sup>433</sup> ABREU, Alzira Alves de (org). Op. Cit. p. 1747.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante as pesquisas desenvolvidas para a construção desta dissertação, foi possível constatar que, no Rio Grande do Sul, desde o Império até o início do Estado Novo, o duelo político realizado entre situação *versus* oposição ocorreu de forma bastante violenta e acirrada.

No Império, a realidade era apenas invertida. Os republicanos, com forte oposição às idéias monarquistas, criaram o PRR. Tinham na figura de Júlio Prates de Castilhos o seu líder e ícone. Já os monarquistas eram capitaneados por Silveira Martins e defendiam a bandeira do PL.

Quando ocorreu a proclamação da República, em 1889, inverteram-se os papéis, e Silveira Martins, antes líder político no Rio Grande do Sul, foi deposto, preso e exilado para o exterior. Seu rival, Júlio de Castilhos, ascendeu ao poder, permanecendo por um longo período, criando as raízes de uma prática política que vai nortear as ações de outros políticos rio-grandenses, que vão substituí-lo no governo do Estado, como foi o caso de Borges de Medeiros.

Como substituto de Júlio, emergiu ao poder Antônio Augusto Borges de Medeiros, outro republicano histórico que se manteve no poder político do Rio Grande do Sul por vinte e cinco anos, fruto de vitórias nas eleições para a presidência do Estado, sempre contestadas pela oposição sob a forte suspeita de fraudes.

Contando sempre com a indignação da oposição, que sempre reclamava da exclusão política e da existência de fraudes nas eleições, que eram sempre fiscalizadas pelo partido da situação, por não haver na época um Tribunal Eleitoral, inúmeras tentativas de tomadas do poder ocorreram pela via das armas.

Exemplo disso foi a Revolução Federalista, entre 1893-1895, cujo principal objetivo dos Federalistas, liderados por Gaspar Silveira Martins, era a deposição de Júlio Prates de Castilhos. Essa revolução foi considerada a mais cruel revolução civil ocorrida em território brasileiro, dado o modo cruel com que os inimigos eram mortos: pela degola. Acredita-se que ocorreram mais de dez mil mortos. Ao final, os federalistas ou maragatos foram derrotados pelas forças legalistas.

Outra revolução ocorrida contra o governo legal do Rio Grande do Sul foi a de 1923, também chamada de Revolução Maragata, a qual objetivava destituir do governo do Rio Grande do Sul Antônio Augusto Borges de Medeiros, que já estava há um quarto de século na direção política do Estado. Com o Pacto de Pedras Altas, os opositores obtiveram a garantia de que Borges de Medeiros não concorreria mais para a presidência do Rio Grande.

Nas eleições de 1928, venceu para o governo do Estado do Rio Grande do Sul Getúlio Dornelles Vargas, republicano histórico, herdeiro político de Julio de Castilhos e de Borges de Medeiros. Com advento do golpe ocorrido em 1930, Vargas foi empossado, por uma junta militar, chefe do Governo Provisório, e permaneceu por quinze anos à frente do comando do país, até ser deposto.

Constatei, durante minha pesquisa, que este período conhecido da República Velha (1889-1930) foi marcado por um forte bipartidarismo no Estado do Rio Grande do Sul, destacando-se a luta permanente entre o PRR e o PF, que, após a sua extinção, fez surgir o PL.

No final da década de 1920, Getúlio Dornelles Vargas venceu as eleições e assumiu o cargo, permanecendo no comando do Rio Grande do Sul, até a revolução de 1930. Cujas participação política, pela primeira vez no período republicano, arregimentou forças políticas opostas e rivais: o PRR e o PL, que desta união, foi gerada a FUG, a qual deu suporte para o golpe de 1930.

Criado o Governo Provisório, Vargas substituiu as chamadas “velhas oligarquias agrárias” por políticos rio-grandenses, seus opositores históricos no Rio Grande do Sul, que, a partir da união de forças, possibilitaram a sua ascensão ao poder, sob a promessa da imediata reconstitucionalização do país, fato que Vargas iria protelar ao máximo, adiando a chamada das eleições. Aliada a isso, a nomeação de um tenente para ser interventor federal em São Paulo, começou a descontentar aquele estado, que iniciou a resistência armada contra Vargas.

Várias destas lideranças que apoiaram Vargas no início do governo provisório eram políticos rio-grandenses, muitos deles de oposição. Descontentes com o rumo dos acontecimentos, renunciaram aos seus cargos no Governo Provisório, passando a conspirar contra Vargas, no Estado e fora dele, amarrando alianças políticas com outras federações.

Este é o caso, por exemplo, de Batista Lusardo, do PL, que havia sido nomeado chefe de Polícia do Distrito Federal (RJ) por Vargas. Renunciou em detrimento do atraso deliberado de Vargas em marcar a data para as eleições constituintes, utilizando como. Ele usou o caso do empastelamento do Diário Carioca para deixar o Governo Provisório, visto que os culpados não foram punidos.

Borges de Medeiros, líder político do PRR, do qual Vargas era herdeiro político, deixou de lhe dar apoio e também passou a conspirar, exigindo a imediata reconstitucionalização do país, bem como a nomeação de um nome que fosse do acordo das lideranças paulistanas para a Interventoria daquele Estado.

Lusardo e Borges organizaram levantes armados no Rio Grande do Sul. Tais levantes foram sufocados pela Brigada Militar. Essa instituição militar, que estava nas mãos do Interventor, era o trunfo dos conspiradores para a derrocada do Governo Provisório.

Flores da Cunha, embora tenha conspirado contra o Governo Provisório, colocando o seu cargo à disposição de Vargas, assegurou a ordem social no Rio Grande do Sul. Tal atitude foi um elemento determinante para a vitória de Vargas na revolução em 1932, que ficou conhecida como Revolução Constitucionalista.

Flores da Cunha, neste episódio, agiu de forma dúbia com as forças em conflito. Por um lado, dava esperanças aos conspiradores rio-grandenses e paulistas, dizendo que permaneceria ao seu lado contra o Governo Provisório, prometendo o uso da Brigada Militar e dos Corpos Provisórios e Rodoviários em benefício deles.

Por outro, assegurou a Vargas que permaneceria à frente do governo do Rio Grande, como de fato ocorreu. Com essa decisão, Flores da Cunha perdeu o seu prestígio, tanto com os políticos rio-grandenses de oposição no Rio Grande, dos quais recebeu a pecha de traidor, quanto em seu partido, o PRR, cujo respaldo perdeu.

Lusardo e outras lideranças que conspiraram em 1932 foram presos e exilados. O primeiro fugiu para o Uruguai, onde permaneceu até que ocorresse a anistia. Borges de Medeiros não foi exilado. A pedido de Vargas, Borges de Medeiros foi conduzido para uma prisão em Recife.

O PRL surgiu após o rompimento de Flores da Cunha com vários líderes políticos, identificados com o PRR e com o PL. Seu surgimento ocorreu em novembro de 1932, quando Flores da Cunha, aproveitando um encontro dos prefeitos do Estado do

Rio Grande do Sul, ocorrido na sua capital, Porto Alegre, criou o PRL. Nessa ocasião, foi aclamado como chefe do partido. Como primeiro presidente, foi escolhido, pelos prefeitos, Osvaldo Aranha. A partir deste momento, Flores da Cunha passou a governar o Estado, à frente do PRL com o apoio de Vargas, neste momento.

Nas primeiras eleições das quais participou, as de 1933, o PRL, aproveitando-se de um decreto que impedia a participação nas eleições dos políticos envolvidos nos eventos concernentes à revolução Constitucionalista, obteve uma vitória esmagadora frente aos demais partidos.

Nas eleições municipais de 1935 a realidade eleitoral de 1933 se confirmou, aumentando ainda mais o domínio do PRL no Estado, em que pesem a violência e as ameaças utilizadas neste pleito, apresentando uma vitória maior ainda deste partido ante a FUG, visto que, dos 86 municípios do Rio Grande do Sul, o PRL venceu em 60. A FUG venceu em 20 municípios, sendo que, em 13, os prefeitos eleitos eram das fileiras do PL.

No entanto, a partir de 1935, as relações entre Flores da Cunha e Getúlio Vargas passaram a ficar cada vez mais conflituosas. Flores passou a colidir diretamente ao antigo aliado. Tentou interferir deliberadamente nas ações do governo federal, inclusive entre os entes federados.

Tentou influenciar na indicação do ministro da Guerra, bem como apoiou candidatos a governador, nos estados de Santa Catarina e Rio de Janeiro, diversos dos indicados por Vargas. Em ambos os casos, não obteve êxito. Em decorrência disso, dentro do Exército passou a contar com animosidades. Um dos casos mais conhecidos foi o conflito com Góis Monteiro, o qual forçou a demissão do Ministério da Guerra.

Vargas soube anular politicamente a força de Flores. Sob o pretexto do “mal comunista”, convenceu o Congresso Nacional instaurar o Estado de Guerra e recrutou as forças militares estaduais a comporem um esforço contra esse suposto “mal externo” que estaria se instalando no país.

Flores realizou uma manobra política na qual conseguia a maioria na Assembléia Legislativa do Estado, a fim de poder comandar o Estado de Guerra. Vargas determinou que tal medida seria executada pelos comandantes das Regiões Militares. Este, por sua vez, requisitou a Brigada Militar, fato que forçou a renúncia de Flores da Cunha.

Em decorrência disso, Flores da Cunha se exilou no Uruguai, donde passou a conspirar contra Getúlio Vargas, tentando se aliar contra políticos de oposição. No exílio era vigiado por Batista Lusardo, embaixador do Brasil no país vizinho. País onde permaneceu até retornar ao Brasil, anos mais tarde.

Segundo os jornais passo-fundenses examinados para a construção desta dissertação: *O Nacional* e *Diário da Manhã*, os seus proprietários eram identificados com o PRR. O primeiro, inaugurado em 1925, por Múcio de Castro, passou a aderir ao PRL em 1932, quando Flores da Cunha rompeu com o seu partido de origem.

Já o *Diário da Manhã*, criado em 1935, por Túlio Fontoura, era mais identificado com Getúlio Vargas. Tal divergência remonta a 1928, ano em que teria ocorrido o início da rivalidade entre os jornalistas Túlio Fontoura e Múcio de Castro. Tal rivalidade seria causada por uma briga entre esses jornalistas, havidas nas eleições de 1928.

Nos jornais analisados, havia vinculação de propaganda dos dois partidos republicanos, tanto o Rio-grandense quanto o Liberal. Não constatei críticas mais agudas, a não ser nos editoriais, os quais, segundo os proprietários dos jornais, não expressavam a opinião dos jornais, e sim a livre expressão dos editorialistas.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Alzira Alves; BELOCHI, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando e LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV/Editora, 2001.
- AITA, Carmen. *Perfis Parlamentares. Joaquim Francisco de Assis Brasil*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2006.
- AMARAL, Sandra Maria do. *O Teatro do Poder: As Elites Políticas no Rio Grande do Sul na Vigência do Estado Novo*. (Tese de Doutorado). Porto Alegre: PUC/RS, 2005.
- AXT, Gunter. SEELIG, Ricardo Vaz. CABEDA, Coralio Bragança Pardo. MORITZ, Maria Lúcia Rodrigues de Freitas (Orgs.) *Gustavo Moritz: Acontecimentos Políticos do Rio Grande do Sul*. Partes I e II. Porto Alegre: Editora Nova Prova, 2005.
- AZAMBUJA, Darcy. *Introdução à Ciência Política*. São Paulo: Editora Globo, 2005.
- BELLINTANI, Adriana, I. *A Conspiração de Flores da Cunha Nos Bastidores do Estado Novo* (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre: PUC/RS, 2001.
- BENVEGNU, Sandra M. *Décadas de Poder: O PTB e a Ação Política de César Santos na Metrópole da Serra*. Dissertação de Mestrado. Passo Fundo: UPF, 2006.
- BERTOL, Sônia. FROSI, Fabíola. *O Surgimento da Mídia Impressa no Município de Passo Fundo: Os Primeiros 50 Anos*. In: BATISTELLA, A. *Passo Fundo, sua História*. Passo Fundo: Méritos Editora, 2007. v. 1.
- BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.
- BRASIL, Irany Paraná do. *1932: A Guerra de São Paulo*. São Paulo: Factash Editora, 2005.
- CAGGIANI, Ivo. *FLORES DA CUNHA (Biografia)*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.
- CAMPOS, Derocina A. *Flores da Cunha X Getúlio Vargas*. (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre: PUCRS, 1995.
- CÂNEPA, Mercedes Maria Loguércio. *Partidos e Representação Política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS EDITORA, 2005.

- CARNEIRO, Glauco. *Lusardo: O Último Caudilho*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1978.
- CAVALHEIRO, Maria Eloísa. *Imprensa e Poder: o caso sui generis de Carazinho-RS*. Passo Fundo: UPF Editora, 2005.
- CHARLOT, Jean. *Os Partidos Políticos*. Tradução de Carlos Alberto Lamback. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1971.
- DONATO, Hernani. *1932: História da Revolução de 32*. São Paulo: IBASA, 2002.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2004.
- FAUSTO, Boris. *Perfis Brasileiros – Getúlio Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- FÉLIX, Loiva Otero, *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRPGS, 1987.
- FELIZARDO, Joaquim José. SCHIMIDT, Mateus. *Partidos Políticos e Eleições no Brasil: da Redemocratização aos Nossos Dias*. Porto Alegre: Editora Vozes, 1982.
- FLEISCHER, David. *Partidos Políticos*. In: AVELAR, Lúcia. CINTRA, Antônio Octávio. *Sistema Político Brasileiro: uma introdução*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- FLORES, Ericson. “Um Posto de Combate e uma Tribuna de Doutrina”: *O Partido Libertador e o Jornal “Estado do Rio Grande” (1929-1932)*. Dissertação de Mestrado. Passo Fundo: UPF, 2009.
- FLORES, Moacyr. *Dicionário de História do Brasil*. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.
- FLORES, Moacyr. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1988.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre: Editora Globo, 1966.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *O Partido Federalista*. In: BOEIRA, Nelson e GOLIN, Tau (Coords.). *História geral do Rio Grande do Sul: República Velha (1889-1930)*. v. 3, t. 1. Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 134.
- GUIBERNAU, Montserrat. *Nacionalismos. O estado nacional e o nacionalismo no século XX*. Tradução: Mauro Gama, Cláudia Martinelli Gana. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Limas Salgado. SÁ, Paulo Sérgio Moraes de. ESTEVÃO, Sílvia Ninita de Moura; ASCENÇÃO, Vera Lúcia da. *A Revolução de 30 Textos e Documentos*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

- JUNGBECK, Benhur. *Perigo iminente: a segunda guerra mundial na leitura da imprensa passo-fundense*. Dissertação de Mestrado. Passo Fundo: UPF, 2005.
- KÜHN, Fábio. *Breve História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Leitura XXI, 2004.
- LEVINE, Robert. *O Regime de Vargas: Os Anos Críticos, 1934-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- LOVE, Joseph. *O Regionalismo Gaúcho*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1971.
- MALUF, Nagiba M. R. *Revolução de 32: o que foi, porque foi*. São Paulo: Edicon, 1986.
- NOLL, Maria I. *O Contexto político revolucionário de 1930 e a unificação dos partidos rio-grandenses (1928-1930)*. In: TRINDADE, Hélió. Porto Alegre: L&PM, 1980. p. 33.
- NOLL, Maria Izabel, in: TRINDADE, Hélió. *Poder Legislativo e Autoritarismo no Rio Grande do Sul – 1891-1937*. Porto Alegre: Editora Sulina, 1980.
- NOLL, Maria Izabel. *A Revolução de 1930 e a construção da nova ordem*. Passo Fundo. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; FÉLIX, Loiva Otero (Orgs.) *RS: 200 ANOS. DEFININDO ESPAÇOS NA HISTÓRIA NACIONAL*. Passo Fundo: UPF EDITORA, 2002.
- OLIVEN, Rubem George. *Nação e região na identidade brasileira*. IN: *Região e nação na América Latina*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- OSÓRIO, Joaquim Luis. *Partidos Políticos no Rio Grande do Sul: Período Republicano*. Porto Alegre: Livraria Globo: 1930.
- PONTES, José Alfredo Vidigal. *1932 o Brasil se revolta, o caráter nacional de um movimento democrático*. São Paulo: Editora Terceiro Nome: O Estado de São Paulo, 2004.
- PRATES, Ana M. da R. *A Trajetória de Nicolau Vergueiro Na História Política de Passo Fundo-RS (1930-1932)*. Dissertação de Mestrado. Passo Fundo: UPF, 2001.
- RANGEL, Carlos R. R. *O governo de Flores da Cunha*. In: *REPÚBLICA: da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*. Passo Fundo: Méritos Editora, 2007.

- RECKZIEGEL, Ana L. S. *1893: A Revolução Além Fronteira*. In: RECKZIEGEL, Ana L. S. AXT, Günter. *REPÚBLICA: República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007.
- SARTORI, Giovani. *Partidos e Sistemas Partidários*. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.
- SCHNEIDER, Regina P. *Flores da Cunha: o último gaúcho legendário*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1981.
- SEITENFUS, Ricardo. *A Entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Porto Alegre: EDIPUCS, 2000.
- SOSA, Derocina A. C. *História Política do Brasil (1930-1946) sob a ótica da imprensa gaúcha*. Porto Alegre: PUCRS/CE, 2005.
- TRINDADE, Hélió. *Aspectos Políticos do Sistema Partidário Republicano Rio-grandense (1882-1937)*. In: ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: Economia & Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.
- TRINDADE, Hélió. NOLL, Maria I. *170 Anos do Parlamento Gaúcho. Subsídios para a História do Rio Grande do Sul (1890-1937)*. Porto Alegre: Corag, 2005.
- TRINDADE, Hélió. *Poder Legislativo e Autoritarismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: editora SULINA, 1980.
- TRINDADE, Hélió. NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul – Partidos e Eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS/Sulina, 1991.
- VARGAS, G. *Diários*. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FGV, 1995.